

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E
SOCIEDADE - PPGPCS
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

PATRIMÔNIO DIGITAL NO ÂMBITO DA UNESCO: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS AO OFÍCIO DE HISTORIADOR

DIGITAL HERITAGE WITHIN UNESCO: CONTEMPORARY CHALLENGES TO
THE HISTORIAN'S PROFESSION

PATRIMÓNIO DIGITAL EN EL ÁMBITO DE LA UNESCO: DESAFÍOS
CONTEMPORÁNEOS A LA PROFESION DE HISTORIADOR

GUILHERME JOSÉ MORAES

ORIENTADOR: Professor Dr. Fernando Cesar Sossai

JOINVILLE – SC

2024

GUILHERME JOSÉ MORAES
PATRIMÔNIO DIGITAL NO ÂMBITO DA UNESCO: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS AO OFÍCIO DE HISTORIADOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e sociedade, Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Linha de Pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação do professor Dr. Fernando Cesar Sossai.

Joinville – SC

2024

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

M827p	Moraes, Guilherme José Patrimônio digital no âmbito da UNESCO: desafios contemporâneos ao ofício de historiador / Guilherme José Moraes; orientação Dr. Fernando Cesar Sossai. – Joinville: UNIVILLE, 2024. 205 f.: il. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville) 1. Patrimônio digital. 2. UNESCO. 3. Ciberespaço. 4. Historiadores. 5. Patrimônio cultural. I. Sossai, Fernando Cesar. II. Título. CDD 363.69
-------	--

Termo de Aprovação

“Patrimônio Digital no Âmbito da Unesco: Desafios Contemporâneos ao Ofício de Historiador”

por

Guilherme José Moraes

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai
Orientador (UNIVILLE)

Prof. Dr. Juan Andrés Bresciano
(UDELAR)

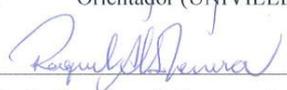
Profa. Dra. Daniela Pistorello
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Ilanil Coelho
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai
Orientador (UNIVILLE)



Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Joinville, 27 de março de 2024.

Dedico esse trabalho e aprovação à minha mãe, Cleide Maria, que carregou o mundo nas costas para que eu pudesse escolher e trilhar meu próprio caminho. A você mãe, todo meu amor e admiração, tu és minha referência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família, por todo esforço e dedicação para que eu realizasse meus sonhos. Aos meus avós, que às suas maneiras me deram todo amor e amparo possível na minha criação pessoal e profissional, ao vô Zezé, vó Nilza, vó Aracy e vô Dario, meu eterno agradecimento. Também a mãe Ne, que nos momentos cruciais me deu amor materno como se eu tivesse saído do teu ventre. Aos meus pais, que desde muito cedo batalham para constituir essa família, abdicaram dos seus sonhos para que os meus pudessem ser concretizados, jamais esquecerei de tal feito. Em especial a minha mãe, que foi a principal incentivadora e motivadora na continuidade dos meus estudos, se hoje concluo a primeira pós-graduação, ela é a razão. Muito agradecido por todo apoio e suporte mãe, tua sabedoria é a base das minhas conquistas.

Aos meus amigos, a todos que permanecem juntos nessa caminhada. Aos presentes, aos ausentes e principalmente em memória daqueles que não estão aqui. Ao Rhuan, Guilherme, Adonai, João, Will, Milton e ao Lourivaldo, a amizade de vocês é fundamental. A Isabelle Cubas também, que nas tristezas e nas alegrias, esteve comigo lado a lado. Também com grande importância na minha vida, agradeço imensamente a Cássia, pela lealdade e companheirismo nos momentos mais precisos, como diria Valete, “salvastes uma vida, tu sabes.”

Com grandes cumprimentos, agradeço aos professores que fizeram parte da minha trajetória profissional. Elaine Machado, Afonso Imhof, Arselle Fontoura, Ilanil Coelho e Daniela Pistorello, muito agradecido pelo conhecimento que vocês me oportunizaram. Com grande destaque, ao meu professor e orientador Fernando Cesar Sossai, que acreditou no meu projeto e contribuiu de forma significativa para que eu pudesse concluí-lo, você é um profissional ímpar.

Por fim, agradeço com grande valor e amor à minha companheira Isabela Orsi Becker. Teu amor foi o alicerce para que eu pudesse concluir mais uma etapa. Minha eterna gratidão pela parceria de sempre, suportou o peso dessa dissertação comigo e não me deixou cair. Te amo preta.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema central o patrimônio digital no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Para a constituição desta dissertação, as seguintes questões orientam a pesquisa: como o conceito de patrimônio digital foi historicamente construído no âmbito da UNESCO? Como a UNESCO tipifica os bens culturais digitais contemporâneos? Como o ciberespaço pode vir a ser um desafio à pesquisa histórica e patrimonial, assim como ao ofício de historiador? Sendo assim, por meio de uma pesquisa qualitativa, foram analisadas como fontes os documentos oficiais da UNESCO, que são: cartas, manuais e resoluções. Pesquisando acerca do patrimônio digital, o acesso a esses documentos só foi possível por meio do site Unesco Digital Library. Para além da UNESCO no que tange às discussões sobre as noções de patrimônio e a sua história, os autores Lynn Meskell, Nestor Garcia Canclini, Françoise Choay, Simone Scifoni e Natalie Heinich são algumas das referências que contribuem significativamente para essa dissertação. Ademais, para as questões pertinentes ao ciberespaço, cultura digital, pesquisa histórica e os desafios do historiador no tempo presente, o aporte é de Manuel Castells, Lucia Santaella, Juan Andrés Bresciano, Vera Lúcia Dodebei, José D'Assunção Barros e Gilliard da Silva Prado. Dessa forma, a dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro, "A UNESCO em perspectiva histórica", se refere à UNESCO como instituição; assim, apresento a organização e sua atuação no tempo presente, ao discorrer, também, sobre a sua constituição histórica e política que é influenciada pelas disputas durante Guerra Fria (1948 – 1990) entre EUA e URSS e no pós-guerra na década de 1990 pelo avanço do neoliberalismo. Para o segundo, "A Unesco e o Patrimônio Digital", abordo os documentos da UNESCO que discutem questões pertinentes sobre o patrimônio digital e as tecnologias digitais contemporâneas, como também a maneira como essa instituição relacionou o bem cultural digital ao patrimônio imaterial. Para o terceiro - e último - capítulo, "Ofício de historiador no contemporâneo e o patrimônio digital", exponho os desafios do historiador em relação à pesquisa histórica no ciberespaço, que diante da diversidade de documentos e bens culturais nascidos digitais, necessita rediscutir no tempo presente suas técnicas para compreender a originalidade e autenticidade desses

objetos. Portanto, essa dissertação visa contribuir e dar continuidade às pesquisas e debates contemporâneos acerca do patrimônio e cultura digital.

Palavras-chave: Patrimônio digital; UNESCO; Ciberespaço; Cultura Digital; Ofício de historiador.

ABSTRACT

The central theme of this dissertation is digital heritage within the scope of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). To create this dissertation, the following questions guide the research: how was the concept of digital heritage historically constructed within the scope of UNESCO? How does UNESCO typify contemporary digital cultural assets? How can cyberspace become a challenge to historical and heritage research, as well as to the profession of historian? Therefore, through qualitative research, official UNESCO documents were analysed as sources, which are: letters, manuals and resolutions. Researching digital heritage, access to these documents was only possible through the Unesco Digital Library website. In addition to UNESCO regarding discussions on the notions of heritage and its history, the authors Lynn Meskell, Nestor Garcia Canclini, Françoise Choay, Simone Scifoni and Natalie Heinich are some of the references that contribute significantly to this dissertation. Furthermore, for issues pertinent to cyberspace, digital culture, historical research, and the challenges of the historian in the present time, the contribution is from Manuel Castells, Lucia Santaella, Juan Andrés Bresciano, Vera Lúcia Dodebei, José D'Assunção Barros and Gilliard da Silva Meadow. Thus, the dissertation is organized into three chapters, in addition to the introduction and conclusion. The first, "UNESCO in historical perspective", refers to UNESCO as an institution; Thus, I present the organization and its performance in the present time, while also discussing its historical and political constitution, which is influenced by the disputes during the Cold War (1948 – 1990) between the USA and the USSR and in the post-war period in the 1990s. by the advancement of neoliberalism. For the second, "Unesco and Digital Heritage", I address UNESCO documents that discuss pertinent issues about digital heritage and contemporary digital technologies, as well as the way in which this institution related digital cultural assets to intangible heritage. For the third - and final - chapter, "Historian's craft in the contemporary world and digital heritage", I expose the historian's challenges in relation to historical research in cyberspace, which, given the diversity of documents and cultural assets born digitally, his techniques need to be re-discussed over to the present time, to understand the originality and authenticity

of these objects. Therefore, this dissertation aims to contribute and continue contemporary research and debates about digital heritage and culture.

Key-words: Digital heritage; UNESCO; Cyberspace; Digital Culture; Profession of historian.

RESUMEN

El tema central de esta tesis es el patrimonio digital en el ámbito de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). Para la elaboración de esta disertación, las siguientes preguntas guían la investigación: ¿Cómo se construyó históricamente el concepto de patrimonio digital en el ámbito de la UNESCO? ¿Cómo tipifica la UNESCO los bienes culturales digitales contemporáneos? ¿Cómo puede el ciberespacio convertirse en un desafío para la investigación histórica y patrimonial, así como para la profesión de historiador? Por lo tanto, a través de una investigación cualitativa se analizaron como fuentes documentos oficiales de la UNESCO, los cuales son: cartas, manuales y resoluciones. Al investigar sobre el patrimonio digital, el acceso a estos documentos sólo era posible a través del sitio web de la Biblioteca Digital de la Unesco. Más allá de la UNESCO en lo que respecta a las discusiones sobre las nociones de patrimonio y su historia, autores como Lynn Meskell, Nestor García Canclini, Françoise Choay, Simone Scifoni y Natalie Heinich son algunas de las referencias que contribuyen significativamente a esta disertación. Además, para temas pertinentes al ciberespacio, la cultura digital, la investigación histórica y los desafíos del historiador en tiempo presente, la contribución es de Manuel Castells, Lucia Santaella, Juan Andrés Bresciano, Vera Lúcia Dodebei, José D'Assunção Barros y Gilliard da Prado Silva. De esta manera, la tesis se organiza en tres capítulos, además de la introducción y la conclusión. El primero, "La UNESCO en perspectiva histórica", se refiere a la UNESCO como institución; Así, presento la organización y su desempeño en tiempo presente, al tiempo que discuto su constitución histórica y política, la cual es influenciada por las disputas durante la Guerra Fría (1948 – 1990) entre Estados Unidos y la URSS y en la posguerra. durante la década de 1990 por el avance del neoliberalismo. Para el segundo, "La Unesco y el patrimonio digital", abordo documentos de la UNESCO que discuten cuestiones pertinentes sobre el patrimonio digital y las tecnologías digitales contemporáneas, así como la forma en que esta institución relacionó los bienes culturales digitales con el patrimonio inmaterial. Para el tercer y último capítulo, "El oficio del historiador en el mundo contemporáneo y el patrimonio digital", expongo los desafíos del historiador en relación con la investigación histórica en el ciberespacio, que, dada la diversidad de documentos y bienes culturales nacidos digitalmente, necesita ser Rediscutido a lo largo del tiempo.

Presenta sus técnicas para comprender la originalidad y autenticidad de estos objetos. Por lo tanto, esta tesis tiene como objetivo contribuir y continuar con la investigación y los debates contemporáneos sobre el patrimonio y la cultura digitales.

Palabras claves: Patrimonio digital; UNESCO; Ciberespacio; Cultura Digital; Oficio de historiador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável de acordo com a UNESCO	31
Figura 2 - Hiperlink no Wikipedia.....	129
Figura 3 - Emojis presente no teclado do WhatsApp.....	135
Figura 4 - Stickers presentes no teclado do WhatsApp.....	136
Figura 5 - Arte em objeto do jogo Counter-Strike: Go.....	154
Figura 6 - Medalha de 2018 presente em acervo de jogador	154

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Levantamento de informações sobre o patrimônio digital em artigos	176
APÊNDICE B - Levantamento de informações sobre patrimônio digital em teses e dissertações	180
APÊNDICE C - Levantamento de informações sobre as Cartas da UNESCO.....	184

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Lista de membros da UNESCO em 2023 por ordem alfabética	188
ANEXO B - Gráfico que apresenta os números do Patrimônio Mundial por região.	204
ANEXO C - Gráficos que apresentam a proporção do Patrimônio Mundial por região	205

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. A UNESCO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	26
1.1 A UNESCO no tempo presente: Mandato, composição, estrutura e funcionamento administrativo	26
1.2 A constituição da UNESCO nos anos 1940: Conflitos políticos e relações de poderes	32
1.3 A UNESCO e a emergência da noção de patrimônio cultural	45
1.4 A UNESCO e suas políticas patrimoniais no pós-Guerra Fria (1945 -1990).....	57
2. A UNESCO E O PATRIMÔNIO DIGITAL	76
2.1 Patrimônio Digital na UNESCO: Análise das cartas para definição, recomendações e salvaguarda de bens culturais digitais.....	77
2.2 Patrimônio imaterial e patrimônio digital: Interfaces	100
3. OFÍCIO DE HISTORIADOR NO CONTEMPORÂNEO E O PATRIMÔNIO DIGITAL	119
3.1 O ofício de historiador e a Lei nº 14.038/2020: produtos e serviços histórico-digitais	120
3.2 Os desafios do historiador-pesquisador no âmbito da arquivística digital	125
3.3 Celulares e aplicativo: desafios contemporâneos ao ofício de historiador	137
3.4 Os desafios do ofício de historiador no âmbito da História digital e da história pública digital.....	143
3.5 Patrimônio digital e ofício de historiador no contemporâneo	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	166
APÊNDICES	176
APÊNDICE A - Levantamento de informações sobre o patrimônio digital em artigos... ..	176
APÊNDICE B - Levantamento de informações sobre patrimônio digital em teses e dissertações	180
APÊNDICE C - Levantamento de informações sobre as Cartas da UNESCO.....	184
ANEXOS	188

ANEXO A - Lista de membros da UNESCO em 2023 por ordem alfabética	188
ANEXO B - Gráfico que apresenta os números do Patrimônio Mundial por região.	204
ANEXO C - Gráficos que apresentam a proporção do Patrimônio Mundial por região	205

INTRODUÇÃO

Esta dissertação faz parte do Programa de Pós-Graduação Patrimônio Cultural e Sociedade, tendo por área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e, assim, ligado à linha de pesquisa “Patrimônio, Memória e Linguagens”. A pesquisa desta dissertação faz parte do programa de bolsas CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A pesquisa integra o Grupo Cidade, Cultura e Diferença, da Univille. Criado em 2007, o GPCCD tem por objetivo pesquisar, analisar e compartilhar conhecimentos científicos acerca dos temas de patrimônio cultural, memória, acervos, história e tecnologias, sendo liderado pela coordenadora professora Ilanil Coelho e o professor Fernando Cesar Sossai. A importância do GPCCD é fundamental para a estrutura desta dissertação, pois as contribuições de alguns pesquisadores que pertencem ao grupo foram essenciais, pela partilha de seus conhecimentos e pesquisas, e, por meio de suas considerações, publicações e orientações.

O interesse pela cultura digital e seus objetos históricos é o impulso para a presente pesquisa e dissertação. Sendo assim, a dissertação evidencia seu conteúdo por meio de seu título “Patrimônio digital no âmbito da UNESCO: Desafios contemporâneos ao ofício de historiador (2000 – 2022)”. A aproximação intensa com a cultura digital durante a pandemia de Covid-19 e a vivência com as tecnologias digitais através do trabalho, estudos e entretenimento, despertaram alguns questionamentos acerca dos objetos produzidos no meio digital. Ao aprofundar a compreensão sobre a cultura digital, questões complexas surgiram a respeito da relação entre cultura digital, bens culturais e instituições patrimoniais. Portanto, emergiram problemas que orientam a dissertação: Quais bens culturais são considerados o patrimônio digital no âmbito da UNESCO? Quais as orientações, por parte da UNESCO, acerca dos bens culturais próprios do ciberespaço? Quais os desafios do historiador frente às tecnologias digitais contemporâneas e suas produções?

Por mais que o consumo e um considerável acesso à internet só foram possíveis a partir do início dos anos 2000, é relevante, para enriquecer o assunto e dimensionar de maneira mais clara a complexidade do tema desta dissertação,

destacar a presença das tecnologias digitais em nossa sociedade desde os anos 1940, como, por exemplo, a construção do computador (BURKE e BRIGGS, 2006) e, mais tarde, a internet nos anos 1960 (CASTELLS, 2015). Sendo assim, apesar desta dissertação fazer um recorte temporal no período de 2000 a 2022, para discutir os desafios de historiador mediante às tecnologias digitais no tempo presente, essas evidências apresentadas têm grande contribuição à discussão, pois mostram a existência dos objetos culturais digitais desde a gênese das mais variadas tecnologias digitais.

Em meio às discussões temporais, seria errôneo, então, conceituar esses problemas como questões da atualidade. Para isso, urge compreender a distinção entre o atual e o contemporâneo, para se ter noção da profundidade do tema em discussão. Com finalidade de apresentar tais entendimentos, Giorgio Agamben, em “O que é o contemporâneo? E outros ensaios”, discorre sobre essa distinção. Em primeiro momento, cabe ressaltar que a noção de Agamben sobre o atual está relacionada a algo imediato, ou seja, a um fator de ruptura com o passado - em desencontro da compreensão do próprio autor de contemporâneo, apesar da relação entre ambos os conceitos.

Para identificar o que é contemporâneo, o filósofo expressa que é compreender os problemas do nosso tempo e, ao mesmo tempo, fazer o movimento de buscar as respostas, para organizar as informações obtidas e analisar com as de outros tempos além do nosso. Pelas palavras do próprio autor:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo ele é capaz, mais do que outros, de perceber e aprender o seu tempo. (2009. p. 58-59).

Trazendo essas reflexões de Agamben para o foco da dissertação, para o historiador contemporâneo, o desafio é de fazer desta investigação algo a mais que um conteúdo resultadista: é organizar, associar os tempos e estar à altura de transformá-lo (AGAMBEN, 2009. p. 69). Nesse sentido, é considerável compreender que muito das atribuições do ofício de historiador permanecem, independente do seu tempo; mas, outro ponto de entendimento é primordial. No

âmbito do patrimônio digital, os debates tendem cada vez mais a elasticidade, em decorrência do desenvolvimento significativo das próprias tecnologias.

Tais complexidades são estímulos aos estudos desta dissertação, na qual, por meio de uma pesquisa qualitativa, analisei fontes documentais de instituições patrimoniais, em especial a UNESCO. Manuais, resoluções e as cartas: esses são os objetos de estudo. Para organizar os dados coletados, foram produzidos fichamentos, os quais servem de base para o desenvolvimento das argumentações que sustentam a dissertação. Para as Cartas, teses, dissertações e artigos, a organização foi feita da seguinte maneira: ano de publicação, modelo, fonte e observações. As informações extraídas dos documentos foram feitas por comparações, com os critérios de: quais temas se repetem; se diferem; e, apresentam novas informações acerca do patrimônio digital. Os documentos com notoriedade são a Carta para Salvaguarda do Patrimônio Digital, de 2003; Recommendation Concerning the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace, também de 2003; Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, de 2005; e, The UNESCO/PERSIST Guidelines for the selection of digital heritage for long-term preservation, de 2016.¹

Para as fontes de pesquisas documentais, o site UNESCO Archives² é o principal meio para as Cartas e manuais, visto que o escopo é a própria UNESCO. Os acervos digitais de outras instituições patrimoniais foram consultados, em destaque pela grande referência no país sobre patrimônios e arquivos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Em complemento à dissertação, publicações científicas que abordaram e discutiram o patrimônio digital, a UNESCO, tecnologias digitais e história digital.³

Ao elaborar o estado da arte das Cartas da UNESCO, teses, dissertações e artigos, algumas observações foram constatadas e analisadas, servindo assim de orientação para o desenvolvimento da pesquisa. Boa parte das produções

¹ As informações obtidas e selecionadas dos documentos da UNESCO, estão presentes no apêndice C.

² Site de acervos documentais referentes a UNESCO, pode ser acessado através do portal <https://unesdoc.unesco.org/archives>

³ Os estados da arte de teses, dissertações e artigos podem ser encontrados nos apêndices A e B.

científicas apresentam, com qualidade e quantidade, informações a respeito da arquivística digital e/ou das tecnologias digitais contemporâneos.

Como complemento à discussão sobre cultura e patrimônio digital, foram utilizadas bibliografias pertinentes, as quais debatem sobre cultura, patrimônio digital e pesquisa histórica nos meios digitais. Em destaque, os conceitos e as publicações científicas de intelectuais como Lúcia Santaella, com *Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias a cibercultura* (2003); Manuel Castells, em *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade* (2003); Juan Andrés Bresciano, em conjunto com Tiago Gil, no *La historiografía ante el giro digital: Reflexiones teóricas y prácticas metodológicas* (2015); e, Fernando Cesar Sossai, com *Notas sobre o Digital: Historicidade e direcionamento contemporâneos* de 2019, fundamentam essa dissertação.

A razão pela qual o ponto central desta dissertação é a UNESCO decorre do fato de ser uma instituição global voltada à educação, ciência e cultura, a qual, no âmbito patrimonial, possui um peso histórico e, conseqüentemente, se apresenta como centralidade na discussão do patrimônio digital. Sendo assim, abordo, especificamente, a sua abrangência nos patrimônios culturais e suas definições, que são resultados das assembleias que debatem as relevâncias acerca dos bens culturais. Com influência mundial, a UNESCO é indissociável da Organização das Nações Unidas; portanto, apresentar a sua gênese requer uma introdução, contextualizando suas determinações e as relações políticas que atravessaram – e atravessam – suas assembleias. Para tal abordagem, também apresento o contexto de Guerra Fria (1945 – 1990), fato que teve impacto direto na ONU e, conseqüentemente, na própria UNESCO.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado “A UNESCO em perspectiva histórica”, aborda elementos importantes da sua construção no passado e presente. Nele, apresento a construção histórica da UNESCO em um contexto complexo, contraditório e conflitante devido à Guerra Fria (1945 – 1990). Além disso, discuto a UNESCO no tempo presente, particularmente o seu mandato/escopo, composição, estrutura, funcionamento administrativo e formas de atuação. Em destaque, abordo o Comitê do Patrimônio Mundial, a criação e operabilidade, como também, discorro sobre a organização, produção e deliberação em conjunto com as Organizações Consultivas e o papel

do Secretariado, fundamental para a organização das assembleias e execuções sobre os patrimônios.

Ao apresentar historicamente a UNESCO nos anos de 1940, demonstro como as disputas de poderes também fizeram parte de suas assembleias. Sendo assim, as divergências políticas e econômicas causadas pela Guerra Fria (1945 – 1990) estiveram presentes na UNESCO e, em meio as discussões, determinadas decisões acerca da cultura, ciência, educação e patrimônio foram acordadas e promovidas por ela através de seus Estados-membros. Por meio de uma linha cronológica, relato a trajetória da UNESCO que foi construída e atravessada pelas disputas entre Estados Unidos e União Soviética.

Nesse conflito de interesses, em “UNESCO e a Guerra Fria (1945 – 1990): Patrimônio Cultural em discussão em meio aos conflitos beligerantes”, assuntos importantíssimos foram discutidos, como a Convenção para a Proteção de Bens Culturais, em 1954, e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, em 1972, que avançaram significativamente sobre o conceito de patrimônio cultural. Esse desenvolvimento levou instituições patrimoniais, pesquisadores e os Estados-membros a acompanharem tais definições para que, com isso, pudessem compreender e, principalmente, propor a salvaguarda dos bens culturais.

Para encerrar as apresentações, exponho os avanços a respeito das ciências, educação e cultura, por parte da UNESCO, após o fim da Guerra Fria, que são globalmente reconhecidos; entretanto, ela continua sendo alvo de interesses políticos e econômicos com a predominância do sistema capitalista.

No tempo presente, alguns bens culturais são mercantilizados, com objetivo de gerar renda para seus municípios, estados ou países e, com isso, obter uma valorização turística. Nesse processo, busca-se o reconhecimento da UNESCO como patrimônio mundial. Ao desenvolver esse debate, busco fundamentar a discussão em trabalhos de autores como Christofolletti (2017), Steinke (2020), Scifoni (2003) e Peixoto (2002). O reconhecimento de novos patrimônios culturais, no tempo presente, traz potenciais debates sobre os interesses e objetivos, através de suas candidaturas e reconhecimentos como patrimônio mundial.

Com o grande acesso às tecnologias digitais contemporâneas, novos objetos históricos são produzidos e visam o reconhecimento institucional como patrimônio, sob interesses de preservação, manutenção, político, econômico-financeiro, entre outros.

Em “A emergência das noções de patrimônios além da UNESCO”, o segundo capítulo, apresento interpretações sobre o que é patrimônio, confrontando a perspectiva de intelectuais com perspectivas da UNESCO. Tais discussões não são inéditas; contudo, são noções de grande importância para fundamentar as argumentações desta dissertação sobre novos patrimônios no âmbito institucional da UNESCO.

A observação sobre o reconhecimento de novos patrimônios é referenciada aqui com a “Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, de 2003. Ao apresentar a interpretação sobre um novo patrimônio, com definições, resoluções e técnicas para salvaguarda, a UNESCO abriu caminho para que diversos grupos culturais almejassem o reconhecimento de seus bens, indo assim, além dos tradicionais patrimônios material e o imaterial, como é o caso da cultura DEMOSCENE (MARCOS, 2022). O olhar sobre tais possibilidades decorre, também, da emergência das inovações tecnológicas que, no final dos anos de 1990, ganharam notoriedade no mercado capitalista.

Em razão do acesso às tecnologias digitais, o volume de produções culturais no meio digital tende a crescer; assim, muito além de quantidade, o bem cultural digital é diverso. Portanto, emergem desafios acerca da compreensão sobre os bens culturais digitais no contemporâneo. Ao considerar-se historicamente o início dos anos 1990 como marco da significativa relação das sociedades com as tecnologias digitais contemporâneas, intelectuais empregam conceitos para referenciar tal momento, como Era Digital, *Digital Turn* ou Revolução Digital, o que evidencia um avanço nas pesquisas científicas acerca do tema (Sossai, 2019).

Neste capítulo, a partir do conceito de Era Digital (Santaella, 2003), aprofundo a discussão acerca da noção de patrimônio digital e sua construção histórica na UNESCO. Para aprofundar a discussão acerca do patrimônio digital, a fonte é a “Carta para a Salvaguarda do Patrimônio Digital”, de 2003. Por mais

que tal documento tenha sido desenvolvido através do Secretariado da UNESCO, com as primeiras noções do que é – de maneira vaga – o patrimônio digital, tais definições apresentaram um avanço que foi incorporado às futuras Cartas sobre patrimônio e cultura digital. O documento ganhou notoriedade como se tivesse sido executado pelo Comitê do Patrimônio Mundial e, conseqüentemente, o reconhecimento à nível de Convenção Patrimonial da UNESCO (UNESCO, 2003).

De forma cronológica, discorro sobre os primeiros resultados que estabelecem as recomendações para a utilização das tecnologias digitais à preservação de patrimônios materiais e/ou imateriais, bem como as respectivas manutenções desses acervos digitais.

Nesse contexto, discuto sobre os objetos culturais digitais próprios do ciberespaço e os confrontos com as Cartas e manuais sobre o patrimônio digital, por meio do uso das próprias definições e recomendações da UNESCO para fazer esse contraponto.

A carência de estudos e publicações acerca do patrimônio digital torna-se um desafio ao historiador que analisa bens culturais digitais. Então, no terceiro capítulo, discorro sobre tais dificuldades, na partilha da experiência obtida na construção dessa dissertação. Tomando de intelectuais como Juan Andrés Bresciano e Giliard da Silva Prado como base, trago ao debate o ofício de historiador no contemporâneo ao pesquisar e analisar documentos digitais. A presença das tecnologias digitais é uma característica da atual sociedade; sendo assim, o ofício de historiador não estaria descolado de tal realidade. Com a significativa quantidade de aparelhos digitais, essas tecnologias são potenciais objetos para a pesquisa, consulta e produções de fontes - assunto abordado no item “Ofício de Historiador no tempo presente: Os desafios no contemporâneo”.

O ciberespaço é um ambiente com característica própria, o que o difere ao ser comparado a outros meios de comunicações. Tais particularidades permitem que as produções digitais, por meio de redes de compartilhamento, façam circular os bens culturais em um dinamismo próprio do ciberespaço. Apesar da familiaridade de ofício ao analisar documentos, o historiador tem obstáculos a serem superados no tempo presente (BRESCIANO, 2015).

Em sua totalidade, esta dissertação traz, em seus três capítulos, discussões acerca da institucionalidade da UNESCO e a sua importância como agência cultural, contribuindo para a construção do conceito de patrimônio digital. A razão pela escolha de trabalhar com a UNESCO deve-se ao fato de ser a grande referência nos assuntos relacionados aos patrimônios e, também, pela escala global de suas atividades.

1. A UNESCO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Neste capítulo, apresento a história da UNESCO, uma agência da Organização das Nações Unidas, que tem como missão o desenvolvimento da educação, ciência e cultura por meio da cooperação entre seus Estados-membros.

No primeiro momento, apresento a UNESCO no contemporâneo e sua estrutura política, as relações internas que resultam nas definições, orientações e recomendações acerca dos patrimônios. Abordo instituições que integram o alto escalão de consultas e pesquisas sobre os patrimônios, tais quais ICCOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios), ICCROM (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais) e UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza).

Com o processo pós Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), os embates políticos, militares e econômicos entre Estados Unidos e União Soviética que vieram a dar origem a Guerra Fria (1945 – 1990), influenciaram as tomadas de decisões da UNESCO e as resoluções, definições e orientações de suas cartas e manuais.

É destacado, neste capítulo, os escopos e avanços através de sua origem e das primeiras Conferências, datadas em 1946, 1947, 1948 e 1949. Decisões tomadas em tais conferências serão de suma importância para a posterioridade no que tange ao patrimônio mundial. Também, são ressaltadas questões sensíveis que conflitam com os princípios humanitários estabelecidos na fundação da UNESCO e a herança eurocentrista presente em resoluções, definições nas Cartas da Organização.

1.1 A UNESCO no tempo presente: Mandato, composição, estrutura e funcionamento administrativo

Parte integrante da estrutura da Organização das Nações Unidas, a UNESCO tem por responsabilidade a conservação da paz mundial através de iniciativas científicas, educacionais e culturais. Desde os primórdios, a educação sempre foi a área de destaque por parte da UNESCO; entretanto, o patrimônio é o campo de maior interesse entre os membros dela, visto que, em seu interior, se concentra a maior mobilização, como destaca Meskell e Brumann:

“A educação continua a ser o compromisso principal e a impulsionar sua visão programática, no entanto, globalmente a UNESCO passou a representar o patrimônio, e são os programas de patrimônio que atraem a maior parte dos recursos extraorçamentários dos quais a organização por falta de dinheiro depende muito.” (2015. p. 23. Minha tradução.).

Para tal feito, a promoção da integração, cooperação e parceria dos Estados-membros é fundamental. Por mais que ações atinjam níveis globais, todos os projetos aprovados pela Direção-Geral devem estar sob responsabilidade de setores específicos. Tais setores são reconhecidos como os Conselhos, que são formados por indicações da própria direção da UNESCO.

Com a presença de uma estruturação de cargos e responsabilidades, a UNESCO possui similitudes à ONU, no que diz respeito a escolha e organização dos cargos ocupados. Com a presença de hierarquias em sua composição para deliberações, o representante máximo é o Diretor Geral. Sendo assim, para esse cargo da UNESCO - que corresponde ao poder executivo -, a escolha é feita através de eleições. Anteriormente, com mandato de seis anos; atualmente, corresponde ao período de quatro, com possibilidade de reeleição, caso seja interesse do mandatário (UNESCO, 2015. p. 7). Em suas atribuições, competem a participação, organização e deliberação das Conferências Gerais, formulações das propostas para as Assembleias, preparação de relatórios das atividades e nomeações para os demais cargos (UNESCO, 2002).

O processo de escolha para Diretor Geral da UNESCO é complexo. Há toda uma estruturação das candidaturas em potencial. Para tal procedimento, os interessados, ao manifestarem a sua candidatura, devem apresentar, além do seu currículo, os projetos que possuem para a instituição, caso sejam eleitos para o Conselho Executivo. Nesse processo avaliativo, consta, também, entrevista com cada um dos pretendentes, para que, posteriormente, o Conselho possa tomar a decisão de sua indicação. O Conselho Executivo não define qual será o Diretor Geral. O conselho apenas estuda e coloca à aprovação na Conferência Geral o candidato que ela julga o mais apto às funções executivas (UNESCO, 2014).

Por tamanha responsabilidade, o Conselho Executivo desempenha papel fundamental dentro da UNESCO. Com caráter administrativo, é o Conselho que mantém a estrutura organizacional da UNESCO em grande atividade interna. Com

composição de 58 membros, seus integrantes são escolhidos via Conferência Geral. Apesar da UNESCO permitir a participação de indivíduos com características de ouvintes, sem poderes de voto e veto, toda essa estrutura, participação e atuação de cargos só é possível aos seus países-membros. Esse ponto justifica o grande interesse dos Estados de ingresso na UNESCO, para atuar significativamente nas Conferências Gerais.

Em sua extensa estrutura e abrangência, as Conferências têm papel significativo de manutenção da UNESCO, sobretudo para que os seus integrantes possam, através das eleições, definir seus representantes e encaminhamentos. Além disso:

[...] a Conferência Geral legitima o Programa e o Orçamento da Organização, que têm validade bianual, nomeia o Diretor Geral a cada quatro anos e elege os membros do Conselho Executivo. São convidados a participar das Conferências os países que não são membros oficiais da Unesco, mas que gostariam de participar de tal reunião na qualidade de ouvintes e/ou observadores (STEINKE, 2020. p. 33).

O fator que ressalta e distingue o objetivo da Conferência Geral é seu direcionamento para o debate sobre temas pertinentes à UNESCO, enquanto as Assembleias Gerais têm como finalidade debater e tomar posições para aplicações das decisões. Como característica, desde a sua fundação, as tomadas de decisões, no contemporâneo, são debatidas nas Assembleias Gerais, que, periodicamente, são convocadas pelo Diretor-Geral e corpo de funcionários.

Relacionadas às Conferências, as Assembleias são organizadas para que os Estados-membros possam tomar posições acerca de assuntos pertinentes às atribuições da UNESCO. É nesse espaço que as divergências ficam mais evidentes, principalmente àqueles que buscam alcançar seus objetivos, sendo políticos e/ou econômicos. Como referência, Estados-membros que são aliados por blocos econômicos, usufruem dos espaços de discussões dentro da UNESCO, no caso as Assembleias, para questionamentos e/ou imporem seus interesses, como destaca Meskell e Brumann ao analisar as movimentações do BRICS: “Os membros do BRICS têm objetivos estratégicos e explicitamente declarados no seio do Comitê, que incluem desafiar decisões dos Órgãos Consultivos que consideram tendenciosos em relação ao “Ocidente” e cuja

legitimidade e credibilidade consideram inerentemente comprometidas” (2015. p. 35. Minha tradução.).

Sendo assim, a importância de uma Assembleia Geral da UNESCO consiste nas discussões apresentadas por meio das participações de seus membros, tanto publicamente quanto nos bastidores, o que resulta nas orientações, recomendações, definições e ponderações. Ao final de todo o processo, resulta na constituição das Cartas, manuais e resoluções oficiais. Portanto, mesmo que haja promulgação das deliberações via Assembleia, é importante destacar que tais tomadas de decisões têm viés político - mesmo que após uma laboriosa revisão por parte dos funcionários da UNESCO, tais documentos sejam publicados via on-line e apresentados de forma neutra (MESKELL e BRUMANN, 2015. p. 27).

É importante salientar que muitas das questões pertinentes aos objetivos da UNESCO contam com apoio e suporte de instituições que têm desempenhado papéis significativos no contemporâneo quando o assunto é patrimônio cultural. Tais instituições são conhecidas como Organizações Consultivas, as quais têm como funções o apoio científico, fiscalização e avaliação das decisões executadas pela UNESCO e Estados-membros. Cada Organização Consultiva tem especificidade nas áreas de atuação, como no caso dos bens naturais - a União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN; no campo patrimônio edificado, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais, conhecido em sua abreviação o ICRROM; e, por último, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), no caso de patrimônios culturais em geral. Cabe ressaltar que, mesmo que tais instituições apresentem valorosas contribuições no que tange o patrimônio, elas são frutos de organizações europeias, inclusive a própria UNESCO, (MESKELL, 2018. p. 10). Como reforço para essa visão, somente em 1994, através da Carta de Nara, que noções não-ocidentais seriam discutidas para a inclusão e tratamento do patrimônio mundial (NDORO e WIJESURIYA, 2015. p. 141).

Ainda em relação aos bens culturais, é visto que a UNESCO conta com parcerias para definições, proteções, restituições, restaurações e exposições de patrimônios, particularmente de corpos técnicos especializados (experts). Essa diversidade de conhecimentos é necessária, visto o alargamento das noções de

patrimônios: ou seja, capacitações e formações para todos, inclusive para os gestores, como aponta Coombe e Weiss: “A gestão de recursos patrimoniais, em particular, mobiliza novos campos de especialização nas suas práticas de formação dos conhecimentos” (2015. p. 46. Minha tradução).

Ademais, é nítida a atual magnitude e responsabilidade que a UNESCO tem por atuação, evidenciada na lista de seus Estados-membros.⁴ Com anseios universais desde sua gênese, através dos seus primeiros diretores (Meskell, 2018), a ampliação do número de membros, principalmente a partir dos anos de 1960, apresentou bens culturais de variadas proveniências, alargando, assim, a noção de patrimônio cultural para além do material - mas ainda sob conflitos, disputas e divergências. A diversidade cultural, que deveria ser uma virtude, ainda é um obstáculo (Meskell, 2015).

Com 193 membros e 11 membros associados⁵, reflete-se a potencialidade de extensão das decisões e recomendações, como também a diversidade das discussões nas assembleias e seus compromissos a serem executados por ela no contemporâneo. Em meio as divergências, alguns projetos significativos sofrem por não terem apoio ou recursos suficientes, como o caso do Iêmen, que teve a sua cidade histórica reconhecida pela UNESCO, e foi bombardeada pelas forças sauditas. Através do seu ministro da cultura, Nabil Munassar, foram feitos apelos à assistência dos Estados Membros; porém, nenhuma das suas súplicas foi acatada (Meskell, 2018. p. 217).

Contudo, os resultados positivos dessa pluralidade são constatados a partir de projetos que avançaram em questões sobre os direitos humanos, que abordam a igualdade de gênero e racial, com atenção especial às políticas de preservações para as culturas ameaçadas de extinção e o acesso à educação por meio de programas de alfabetização e acesso às tecnologias digitais, entre os quais se destacam o Rota do Escravo, Memória do Mundo, Mondiacult, a Campanha da Núbia, e entre outros.

⁴ A lista está organizada de acordo com a data de adesão de cada Estado-membro. Item presente nos anexos. Fonte: <https://pax.unesco.org/countries/ListeMS.html>. Acesso em:

⁵ UNESCO. Dado registrado e atualizado no site após as saídas de Israel e Estados Unidos. Acesso em: <https://www.unesco.org/es/history>

Apesar do reconhecimento de tais ações, a UNESCO tem ciência de que, no contemporâneo, há, ainda, desafios maiores a serem superados (UNESCO, 2015). O projeto Agenda 2030 tem destaque, neste momento, devido ao grande planejamento articulado pela UNESCO para seus Estados-membros. O Agenda 2030 tem por princípio o desenvolvimento sustentável e, para isso, são estabelecidas metas aos países envolvidos, com o comprometimento de atingi-las até o ano de 2030. O programa teve por início o ano de 2015, sob a gestão de Irina Bokova⁶, na época a Diretora-Geral da UNESCO.

Figura 1 - Os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável de acordo com a UNESCO



Fonte: UNESCO, 2017.

Com essa visão política e cultural, a expansão da Organização com projetos humanitários entrou em conflitos internos. Ao dar continuidade ao debate sobre as diversidades como relevantes para a humanidade, a UNESCO deu mais visibilidade para culturas e povos que historicamente estavam – alguns ainda permanecem – marginalizados mundialmente. Tal é o caso do reconhecimento e integração da Palestina, que contou com expressiva aprovação Estados-membros em 2011. Em contrapartida, em 2019, os Estados Unidos da América fizeram a solicitação de sua saída, argumentando haver indícios de desdobramentos e objetivos, por parte da UNESCO, de irem contra o Estado israelense. Postura contraditória por parte dos EUA, pois com todo o processo histórico de construção,

⁶ Irina Bokova, Nascida na Bulgária e possuindo uma carreira extensa na política de seu país, foi a primeira mulher a ser Diretora-Geral da UNESCO, com mandato de 2009 a 2017. (UNESCO, 2015).

constituição e ampliação da UNESCO, é registrado que os estadunidenses tiveram, nele, participação significativa.

As relações de poder sempre estiveram presentes dentro da UNESCO, desde a sua criação. Diferenças políticas, econômicas e militares do passado estão muito vivas e presentes no contemporâneo. Muitos desses conflitos são longevos, com toda uma trajetória que, por muitas vezes, atravessou – e atravessa – a história da UNESCO. Pode ser que, por tais razões, a UNESCO adote uma postura de recomendações, como apresentado em seus documentos recentes, movimento esse distinto da sua origem, que nos anos de 1940 se apresentava de forma mais direta em suas convenções.

1.2 A constituição da UNESCO nos anos 1940: Conflitos políticos e relações de poderes

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o mundo almejava um período de paz, tranquilidade e prosperidade econômica (UNESCO, 2015). Tais preocupações foram oriundas de décadas passadas: guerras, a crise mundial do liberalismo em 1929 e a crescente mobilização política dos movimentos de esquerda na Europa, despertavam preocupações às grandes potências capitalistas. Com a assinatura da Conferência de Potsdam⁷, na Alemanha, em 1945, o mundo não pôde desfrutar de um período de calma devido ao início de um conflito premeditado, a Guerra Fria.

Por mais que não tenha ocorrido um conflito direto entre os Estados Unidos e a União Soviética, o temor de mais uma Grande Guerra abalava o mundo. Tal sensação decorria do conteúdo beligerante das duas grandes potências durante a Segunda Guerra Mundial, as quais foram capazes de demonstrar ao mundo o que poderia vir a ocorrer: uma destruição muito maior. Tamanho poder de destruição se confirmava com o desenvolvimento de armas nucleares pelos EUA e URSS. Com o pavor instalado nos quatro cantos do mundo, as duas potências

⁷ Tratado organizado pelas principais potências vencedoras da Segunda Guerra: Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética. Foi iniciado a partir de julho de 1945 e encerrado em agosto do mesmo ano. Sediado nos arredores de Berlim, a Conferência de Potsdam tinha por objetivo reorganizar os acordos de paz e suceder o Tratado de Yalta, que ocorreu no mesmo ano. Esta reorganização foi motivada por vários fatores políticos, como a ascensão de Harry Truman nos Estados Unidos e Clement Attlee da Inglaterra. Os líderes assumiram uma postura mais crítica à URSS, cedendo menos aos interesses de Joseph Stálin, líder soviético, com intuito de enfraquecer o lado socialista. (VASCONCELLOS e MANSANI. 2013. p. 46-47).

agressivamente trataram de avançar e buscar conquistar seus espaços em qualquer esfera. Para tal feito, campanhas políticas, por meio de propagandas, foram de suma importância (ARRAES, 2019).

Com o mundo dividido ideologicamente entre o capitalismo, representado pelos Estados Unidos, e o socialismo, pela União Soviética, pressões eram sentidas em vários países que tentavam manter sua autonomia por meio da neutralidade ou da ambiguidade. Por mais que Reino Unido, França, Estados Unidos e a URSS tivessem saído vitoriosos da guerra ao imporem uma derrota a Hitler em 1945, o nazifascismo continuava a ter espaço - e ainda continua - em outros países da Europa, como Portugal e Espanha, e, a partir dos anos de 1950, na América Latina, com a ditadura de Alfredo Stroessner, no Paraguai (DORATIOTO, 2012). Esses são alguns dos exemplos da herança de uma política inadmissível. Com a representação e oficialização da Organização das Nações Unidas a partir de 1945, acreditava-se que, por meio dos seus princípios, os países membros iriam conter seus objetivos conflitantes e uma diplomacia imperaria a partir de então. Essa postura diplomática da ONU tinha por finalidade amenizar tensões históricas e alcançar objetivos de interesse comum entre os países membros. Ao observar que as heranças traumáticas das Grandes Guerras desafiariam a ONU no estabelecimento de relações pacíficas entre seus membros a partir de então, é notória a preocupação em estabelecer a paz como um princípio de interesse comum, como é visto na convenção da ONU:

[...] E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. (ONU, 1945. p. 3-4).

Apesar do esforço em promover a paz e orientar para que divergências fossem resolvidas por meios diplomáticos (ONU, 1945), determinados assuntos relacionados às questões internacionais, seriam grandes embates entre os Estados-membros. Dentro das pautas que obtiveram destaque por parte da ONU, cita-se o reconhecimento às independências políticas de vários territórios. Tal assunto seria significativo a partir dos anos de 1940, pois ao respaldar a questão emancipacionista, consta, em sua constituição, a orientação de que qualquer

impedimento às independências políticas por parte dos Estados-membros seria incompatível aos princípios (ONU, 1945). Esse debate alavancou a independência de vários países que, até então, eram colônias. O resultado seria o ingresso dessas novas nações, em grande leva, nos anos de 1950 e 1960, (Meskell, 2018). Impulsionados pelo movimento da ONU, como reflexo dessa articulação emancipacionista dos anos de 1940, muitos desses países passaram a ter interesse em ocupar a UNESCO também.

Por mais que tais objetivos sejam considerados progressistas e democráticos, a Organização das Nações Unidas trazia, em suas entranhas, uma herança eurocentrista e branca colonizadora. Na UNESCO, essa herança não seria diferente, visto que sua estruturação nasceu como instituição ligada à ONU. Portanto, muito das políticas culturais e científicas promovidas pela UNESCO carregavam ações que mantinham raízes eurocentristas. Porém, ao analisar a situação dos países africanos e asiáticos nos anos de 1940, 1950 e 1960, a preocupação desses Estados não estaria focada nas atitudes colonialistas no que tange ao patrimônio cultural. A questão prioritária seria suas situações internas (Ngoro e Wijesuriya, 2018).

Mas, se por parte da UNESCO as discussões sobre cultura serviam de bases à diplomacia, na ONU os embates e divergências viriam cada vez mais à tona. A ilusão de que a diplomacia reinaria entre os países membros, nascera e já morrera com os desdobramentos que a própria ONU aprovaria em suas assembleias e colocaria em prática. Em um primeiro momento, apesar de sua fundação ser datada de julho de 1945, com presença de cinquenta signatários, sua oficialização como instituição ocorreu com a ratificação dos países: China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética⁸. Denota-se, nesse caso, uma centralização política por meio dos países vencedores da Segunda Guerra. Outro fato foi a criação do Estado de Israel em 1947, como um exemplo de que, apesar dos princípios de regular e manter a paz mundial, a ONU seria – e ainda é – uma instituição de poder e disputas. Com o objetivo de ter o controle das assembleias, a fim de garantir os seus desejos expansionistas capitalistas, os Estados Unidos conseguiram manter, nos primeiros anos, o domínio da sede da

⁸ Informações apresentadas pelo portal da ONU. Acesso em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>. Acesso em: 04 jun. 2023.

Organização das Nações Unidas, como também um certo controle sobre a Organização, conforme evidenciado pela citação a seguir:

[...] O Governo dos Estados Unidos da América organizará, em seguida, um protocolo das ratificações depositadas, o qual será comunicado, por meio de cópias, aos Estados signatários[...]

[...] A presente Carta, [...] ficará depositada nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América (ONU, 1945. p. 63-64).

Com a presença de outras potências em uma instituição de poder, no caso a ONU, os Estados Unidos perceberam que não teriam seu domínio absoluto. Sendo assim, precisariam consolidar sua hegemonia com outros movimentos: Teriam de partir para uma ofensiva, por outros meios, para conseguir consolidar seus interesses econômicos, políticos e militares. Para tal, o governo estadunidense mobilizou a criação de vários blocos econômicos capitalistas, com intuito de estreitar laços políticos e militares por meio da produção e consumo do mercado capitalista (RODRIGUES, 2006). Exportando e comercializando as suas tecnologias, os Estados Unidos trataram de fundamentar seu domínio através de sua cultura. Nesse percurso, as tecnologias de informações foram – e ainda são – ferramentas estratégicas para impulsionar a globalização do sistema neoliberal (Coombe e Weiss, 2015).

Para alguns historiadores, o início dos anos de 1940 seria reconhecido como os anos dourados⁹ (Hobsbawm, 2009), que correspondem ao início da prosperidade da economia capitalista após a Segunda Guerra, na qual a produção e consumo dos produtos gerava lucro às matrizes localizadas em seus países de origem. Além dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e o lado ocidental da Alemanha, que foi dividida - a República Federal da Alemanha -, apresentavam sinais positivos em sua economia (Hobsbawm, 2009). Em meio a crescente circulação de produção e consumo nos países liberais, o mundo sentiu que o avanço estadunidense poderia implicar em um conflito a qualquer momento. O domínio dos Estados Unidos foi tão significativo, que seu avanço se direcionava para áreas onde haveria o potencial conflito, como aponta Sevcenko:

⁹ Eric J. Hobsbawm traz essa referência de anos dourados para a década de 1950, em destaque aos países anglo-americanos e francês, que apresentaram uma prosperidade significativa comparado aos anos anteriores, nos âmbitos econômicos e culturais. Com uma grande produtividade, o consumismo era notório nos países capitalistas, tal qual economistas referenciavam esse período significativo em alusão ao brilhantismo do ouro.

O governo americano coordenou um vasto plano de apoio para recuperar as economias capitalistas da Europa ocidental, já no contexto da Guerra Fria, concorrendo com o recém-ampliado bloco dos países socialistas. As agitações revolucionárias na Ásia, África e América Latina forçariam desdobramentos dos investimentos americanos também nessas áreas. (2001. p. 25).

Essa sensação veio com a sequência dos conflitos, após 1948, que reacenderam o alerta do possível conflito mundial. De início, a Guerra das Coreias (1950 – 1953) já apresentaria o panorama da Guerra Fria, ao dividir o país asiático por meio do paralelo 38º, modo de evidenciar os efeitos das disputas políticas, culturais, econômicas e, principalmente militares, por parte da influência de Estados Unidos e União Soviética. A ONU tentaria mediar o processo de reunificação; porém, o conflito foi inevitável e devastador. Como resultado dessa guerra, uma das ações diplomáticas para determinar seu fim foi a divisão entre os dois lados. Essa ação foi oficializada em 1953, e conhecemos seu resultado, até o presente momento, por República Popular Democrática da Coreia, que seria o lado norte, e República da Coreia, que representa o lado sul.

A Guerra das Coreias (1950 – 1953) trouxe uma preocupação maior às nações capitalistas, pois apesar de a União Soviética não estar diretamente envolvida, quem decisivamente apoiou a consolidação do socialismo na parte norte da Coreia foi a China (Hobsbawm, 2009). Assim, o comunismo avançava significativamente por meio de movimentos militares, por guerrilheiros e/ou partidos políticos. Para conter tal avanço e se sobrepor aos comunistas, os Estados Unidos articulou-se por meio de relações diplomáticas, o que resultou na ampliação de suas bases militares em vários países que, até então, seriam parceiros econômicos.

Ao avançar com o Plano Marshall, em 1947, os Estados Unidos garantiam o apoio econômico capitalista e, em troca, a construção de bases militares. Com objetivo de impedir o avanço comunista do leste europeu, representado pela União Soviética, tal cooperação era promovida sem ter que lidar com tais embates dentro da ONU e correr riscos nos investimentos de sua economia. Sendo assim, os Estados Unidos estreitaram laços com países estratégicos ao redor do mundo.

A influência estadunidense decorreu do fortalecimento econômico capitalista em blocos. Essa ação não seria inédita, pois em décadas anteriores já

eram registradas a existência de significativos blocos econômicos, principalmente na Europa. Entretanto, a amplitude de participações dos países envolvidos e os resultados financeiros que o Plano Marshall promoveu, a partir do final dos anos de 1940, seriam de grande destaque e efetividade. Para consolidar o seu poderio, os Estados Unidos desenvolveram a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OEEC), a qual foi um ponto determinante em favor dos EUA. Sua atuação nas relações internacionais pode ser compreendida como:

A criação da OEEC é tributária ao European Recovery Program, cujo lançamento oficial ocorreu em 5 de junho de 1947. Mais conhecido como Plano Marshall, o programa garantia o envio de grandes somas de dinheiro aos países europeus capitalistas que necessitavam ser reconstruídos depois dos episódios da Segunda Guerra Mundial (SOSSAI, 2022. p. 105).

Em busca de ampliar seu poderio e influência em contexto global, os Estados Unidos, juntamente de outras nações capitalistas, como Inglaterra, França e Japão, criaram e desenvolveram instituições econômicas com vieses capitalistas. Os objetivos dessas instituições eram a promoção de investimentos em vários setores, que poderiam, através dos seus resultados, promover a comercialização dos seus produtos. Assim, as relações internacionais seriam fundamentais para que se consolidassem as hegemonias e, assim, bloqueariam os avanços socialistas. Exemplo notório desses esforços é a criação da OCDE¹⁰, que por meio de investimentos em setores educacionais, tecnológicos e científicos, além da promoção dos ideais liberais, garantiam aliados estratégicos nos âmbitos políticos contra a União Soviética.

Não obstante, a União Soviética se preocupava com os avanços concretos dos Estados Unidos, uma vez que a produção capitalista crescia e o mercado girava favorável ao dólar. A URSS não tardou para desenvolver os seus programas políticos e econômicos, como é o caso do Conselho de Ajuda Mútua, que – abreviado - ficou conhecido como COMECON. Criado em 1949, com objetivo de reconstrução política e econômica pós-guerra, contou, inicialmente,

¹⁰ Organisation for European Economic Co-operation, foi criada em 1948 com intuito de promover integração e cooperação dos países europeus por meio das ações liberais. Em 1960, em virtude da ampliação e participação de outros Estados capitalistas, a OEEC é transmutada para Organisation for Economic Co-operation and Development, a OECD. Em português é reconhecida como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (Sossai, 2022).

com as nações do bloco socialista, sendo elas a URSS, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e a antiga Tchecoslováquia.

A reconstrução econômica e a recuperação da rede de infraestrutura foram as principais preocupações dos países do Leste Europeu (inclusive da própria URSS) tanto no imediato pós-guerra, como nas fases finais do conflito (JUBRAN, 2015. p. 4).

Atento às movimentações do bloco capitalista, o líder soviético, à época Joseph Stalin¹¹, notou que, apesar de ter selado acordos no pós-guerra, em 1945, as relações com o lado ocidental seriam tensionadas a todo o momento. Portanto, o COMECON foi de grande importância para dar tração ao bloco socialista do leste europeu. A cooperação de produção e troca de produtos fez com que, nos primeiros anos, a proximidade dos países socialistas fosse salutar. A formulação desse bloco foi possível pelo projeto político criado em 1948, conhecido como Comitê de Informação - também conhecido na abreviação de COMINFORM (Hobsbawm, 1995) - cujo propósito era o controle político dos demais países socialistas do leste europeu pela União Soviética. A economia foi um dos fortes fatores para se manter vínculos políticos; mas, se em contrapartida, os EUA avançavam na industrialização das tecnologias de comunicação (Sevcenko, 2001), a postura soviética, na década de 1940, foi de investir na indústria de base, (Hobsbawn, 1995).

As posturas nos âmbitos políticos, econômicos e militares adotadas por Estados Unidos e União Soviética, potências que buscavam conquistar seus espaços, imprimiam, assim, o ritmo característico da Guerra Fria (1945 – 1989). Com tal tensão, o conflito entre URSS e EUA era presumível; desse modo, a internacionalização da Organização das Nações Unidas se fez cada vez mais necessária para debater temas pertinentes à ciência, cultura e às preservações patrimoniais históricas, que, por meio de desses focos, promoveria sua política pacificadora e humanitária.

Esse debate sobre diplomacia como estratégia para acalmar as tensões políticas não seria inédito, visto que a Sociedade das Nações (1919 – 1946), uma instituição antecessora à ONU, já discutia tais questões. A destacar, temas que fizeram parte das assembleias da Sociedade eram questões comuns à

¹¹ Líder soviético, governou durante o período de 1928 a 1953. Esteve à frente do Estado soviético nos tratados de Yalta e Potsdam (Hobsbawm, 1995)

humanidade, como educação, memória e monumentos (STEINKE, 2020). Esses tópicos de educação, memória e monumentos, passariam à UNESCO, que, em suas Assembleias, assumiria a responsabilidade para preservação e manutenção desses bens. De início, a postura dos Estados-membros de focar nos bens materiais frustraria, como em outras situações, as esperanças de Julian Huxley¹², primeiro Diretor da UNESCO, que almejava priorizar ações no campo da arqueologia (Meskell, 2018).

O que podemos destacar é que tais preocupações são constatadas antes da Primeira Guerra Mundial (1914–1919). Com a ascensão de regimes totalitários e discursos de ódio, por meio dos governos nazifascistas (Hobsbawm, 1995), despertava-se os cuidados com os patrimônios por parte das grandes potências como Inglaterra e França, na Europa. É somente após o final do conflito mundial que as nações envolvidas avançaram sobre a salvaguarda dos monumentos históricos, como apresenta Scifoni (2003): “Os países europeus, arrasados fisicamente pelo confronto e preocupados em como restaurar seu patrimônio, organizaram em 1931 uma conferência que resultou na Carta de Atenas.” A Carta de Atenas, de 1931¹³, foi o resultado da Conferência, organizada pelo Escritório Internacional dos Museus das Sociedades das Nações.

É essa a herança das Cartas de Atenas, de 1931, que seria a base inicial para as políticas patrimoniais das primeiras Conferências da UNESCO, em seus primórdios (Meskell, 2018). A primeira Conferência Geral da UNESCO, em 1946, apresentou as premissas que comporiam, futuramente, as noções de patrimônio cultural. Com a participação de observadores e Estados-membros, as discussões foram pautadas em propor os princípios da UNESCO, com foco em maior potencial à educação, tendo ela como base estratégica para os seus objetivos. De

¹² Julian Huxley (1887 – 1975) foi o primeiro Diretor Geral da UNESCO, com mandato de 1946 a 1948. Britânico, biólogo e filósofo, Huxley foi muito respeitado e influente nos meios científicos internacionais. Sua gestão no âmbito da UNESCO, ficou marcada pelo grande incentivo às pesquisas arqueológicas e o financiamento a projetos culturais universais, o que nas palavras de Meskell (2018), o definem como um ser “polímata”.

¹³ Contabilizando os estragos pela Grande Guerra (1914 – 1919), a Carta deu destaque às possíveis recuperações materiais, “[...]principalmente no restauro de monumentos históricos em um contexto de danos após a Primeira Guerra Mundial” (STEINKE, 2020. p. 36). Mesmo em solo europeu, é observado que as preocupações em preservações e manutenções apresentavam um espírito de coletividade para os monumentos históricos (SCIFONI, 2003).

acordo com as observações, é por meio da educação e dos bens culturais que seriam disseminados os seus ideais e princípios (UNESCO, 1946).

Que a grande e terrível guerra que acaba de chegar ao fim foi uma guerra tornada possível pela negação dos princípios democráticos da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo dos homens, e através da propagação, em seu lugar, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças;

Que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas [...]. (UNESCO, 2015. p. 19-20).

Para tal feito, os Estados-membros deveriam cooperar a fim do progresso global, sem medir esforços. Essa visão, o humanismo científico, que foi defendida por Julian Huxley, acreditava-se ser a solução para superar problemas comuns à humanidade, tais como ignorância, violência e desigualdade. Porém, ao se posicionar por um universalismo científico, cooperativo e inclusivo, Huxley causou indignação aos Estados Unidos, que já estavam frustrados por não conquistarem o cargo de Diretor Geral da UNESCO. Como reação, os EUA afetaram na parte que mais preocupava a UNESCO: a financeira. Como destaca Meskell: “O delegado dos Estados Unidos, James Marshall, argumentou que a arte e a cultura não poderiam de forma alguma contribuir com a paz e a segurança.” (2018. p. 2. Minha tradução.). A posição dos Estados Unidos, ao promover essa tensão, teria por objetivo, através do financiamento, definir quais seriam os objetos e projetos culturais a serem propagados.

Contudo, no que tange ao patrimônio cultural, o conteúdo de debate é destacado nos tópicos “Bibliotecas e Museus”: “Não é de surpreender que as suas atividades se centrassem na educação, nas universidades e bibliotecas e no internacionalismo.” (MESKELL e BRUMANN, 2015. p. 24). O posicionamento de cooperar e promover intercâmbio cultural entre os Estados-membros é um destaque, característica que será marcante nas próximas resoluções resultantes de suas Conferências, e como já visto, de maior captação de recursos. Aliás, o patrimônio cultural, como é constituído, em sua amplitude, no contemporâneo, no âmbito da UNESCO, não é concebido plenamente nas conferências da década de 1940. Entretanto, se percebe os indícios de sua compreensão nas discussões

quando os assuntos são sobre propriedade intelectual, educação, comunicação, relações humanas, propriedades, restauração e preservação a respeito de bens culturais como livros, obras de artes e monumentos históricos (UNESCO, 1947; 1948; 1949).

No encontro seguinte, na Conferência Geral da UNESCO de 1947, em vista da promoção de projetos voltados aos interesses comuns dos países membros, foram realizadas ações por meios educacionais, evidência da preocupação, por parte da UNESCO, tanto no sentido de promover a paz, como a colaboração e integração global. Essa preocupação com a paz e integração mundial ainda é encarada como conflitante e contraditória no tempo presente, ao analisarmos determinados patrimônios. Nesse caso, Nodoro e Wijesuriya, ao analisar as situações de China e Índia, apontam esses paradoxos:

Muitos países enfrentam assim necessidades contraditórias de conservar o seu patrimônio e de reforçar as suas infraestruturas e desenvolvimentos econômicos, como é o caso da proposta de barragens ao longo dos Três Rios Paralelos em Yunnan, na China, e da Barragem de Farakka, no Rio Ganges, na Índia. (2015. p. 133. Minha tradução.).

Se determinadas situações a respeito dos patrimônios ainda hoje são complexas, em outras questões é notório o avanço. Como referência de propaganda para os princípios de paz e combate às desigualdades, em seus primórdios, a UNESCO, para tais efeitos, viu a preservação de bens culturais, como livros, periódicos, obras de artes e acervos de museus, como estratégia (UNESCO, 1947).

Nesse sentido, a UNESCO passou a reforçar a preocupação com a preservação de bens de grande relevância cultural à humanidade. Com a intenção de estimular para além do conhecimento sobre objetos oficializados por cada país membro, a UNESCO promoveu, na Conferência de 1947, orientações acerca das necessidades de compreensão, desenvolvimento e técnicas para salvaguarda, com finalidade de regular e normalizar os entendimentos acerca dos bens culturais. Em campos específicos, são registradas as demandas, para preservar bens intelectuais, sítios arqueológicos, a formação do Conselho dos Museus e seleção de objetos considerados únicos.

Reproduções de Objetos Únicos. A Conferência Geral recomenda a todos os Estados membros que façam uma lista compilada dos

seus trabalhos singulares de arte, bens científicos e documentos, e que façam o quanto antes quatro reproduções de cada para armazenar em instituições que garantam a sua preservação (UNESCO, 1947. Tradução minha).

Ao considerar a existência de objetos únicos e que deveriam ser preservados para a posterioridade, a UNESCO salientava a importância da responsabilidade das instituições em manterem acervos culturais e científicos bem preservados. Nas entrelinhas, o termo único é o valor histórico de objetos que instituições passariam a reconhecer a partir das resoluções de 1948. Para que fosse possível a preservação, manutenção e restauro, só o conhecimento científico não seria suficiente. Portanto, a UNESCO reconheceu e ressaltou a importância de parcerias com agências especializadas, que conseguiriam capitalizar recursos para potenciais ascensões de acervos históricos. Faço, aqui, uma introdução à citação:

O Diretor-Geral fica instruído, seguindo os contatos já estabelecidos com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e as Comissões Econômicas da Europa e do Extremo Oriente, a dirigir-se aos órgãos competentes das Nações Unidas e das Agências Especializadas, a fim de assegurar que, no desenvolvimento de planos de reconstrução, a devida atenção deve ser dada às necessidades de reconstrução nos campos educacional, científico e cultural (UNESCO, 1947. p. 10. Tradução minha).

Com posicionamento que compreendia a cooperação financeira para o desenvolvimento dos estudos, pesquisas e técnicas acerca das preservações, abriu-se caminho para iniciativas privadas investirem recursos. Esses investimentos seriam atrativos para os dois principais países da Guerra Fria. Nesse âmbito, o Estados Unidos soube como conduzir e alinhar seus planejamentos de acordo com os desdobramentos da UNESCO; pois, muito além da imposição pelo emprego do uso de força militar, a possibilidade de investimentos financeiros em determinados projetos permitia, assim, muito além do projeto beneficiário, como também o que seria mais relevante comparado aos demais. Não seria a primeira vez que uma nação buscaria, por meio de uma instituição internacional, alavancar os seus ganhos. Nesse âmbito da Guerra Fria, as disputas para consolidar suas influências atingiram todos os campos possíveis. Não sendo exclusivo de um período histórico, este poder de influência que um

Estado exerce sobre os demais está muito mais relacionado à posição benfeitora pela qual o dominante justifica as suas ações. De acordo com Christofolletti:

Pois, mais do que o poder militar e estratégico, a capacidade de influência dos países dependerá “de uma espécie de soft power que deriva com a identificação com as boas causas nas mais variadas áreas das Relações Internacionais. (CHRISTOFOLLETTI, 2008. p. 127).

No âmbito da UNESCO, a discussão sobre restauro e preservação demonstrava urgência em avanços significativos nos campos científicos e técnicos. Mas, esse progresso viria a base de duras críticas de alguns dos Estados-membros em relação ao Diretor Geral à época, Julian Huxley. Liderados pelos Estados Unidos, eles minaram a postura internacionalista de Huxley, exigindo que a UNESCO, como instituição cultural e científica, prezasse por ações tecnicistas e não universais: “Os Estados exigiram que a UNESCO censurasse os seus objetivos mais universalistas e civilizacionais e, em vez disso, direcionasse as suas energias para questões puramente técnicas.” (MESKELL, 2018. p. 24. Minha tradução.).

Essa pressão representou tanto a força dos Estados Unidos dentro da UNESCO que o mandato de Julian Hurley teve pouca duração. Sendo assim, apesar de todas as mobilizações e da influência que a UNESCO possuía, ela não seria plena nos primeiros anos de vida institucional. Essa posição de segundo plano colocada à UNESCO não permitia a ela uma posição de real destaque; pois, além de ser uma instituição recente, que proclamara a internacionalização, ocorria a forte influência política da Guerra Fria.

As grandes nações envolvidas na Guerra Fria buscaram estabelecer o controle político, econômico e cultural por meio das suas próprias agências científicas. Ao analisar a trajetória da UNESCO, se reconhece a sua influência. Essa relevância seria concretizada alguns anos depois da sua fundação. Como exemplo, a instituição antecessora, que centralizava as discussões no âmbito científico, era o Conselho Internacional das Uniões Científicas (ICSU). Na ampliação de seu poder político, nas internas do ICSU, ficou evidente que as propostas científicas estariam mais alinhadas às motivações das rivalidades

políticas do que ao real interesse comum na ciência e na preservação do meio ambiente, como é registrado no Tratado da Antártida de 1959.¹⁴

[...] o tratado, assinado em 1959 estipulando condições para a instalação de bases científicas no continente, foi motivado pela disputa geopolítica em torno da posse do território, o que ficou dissimulado na forma de preocupação com medidas preservacionistas. (SCIFONI, 2003. p. 83).

Sob a responsabilidade do ICSU, o Tratado da Antártida teria, por acordo dos países membros, compromissos científicos e com bases instaladas na região, que deveriam ser desinstaladas após certas determinações (VIEIRA, 2006). As divergências políticas de países membros ficariam evidentes ao longo dos anos, principalmente entre Estados Unidos e União Soviética. Porém, não seriam só os principais articuladores da Guerra Fria a debaterem as suas divergências dentro da UNESCO. Com objetivo de construir uma narrativa histórica do mundo por meio de artefatos arqueológicos, o diretor Julian Hurley organizou a publicação de História da Humanidade, contando com o apoio e publicação de vários arqueólogos. Como ressalta Meskell (2018), a publicação tardou a sair devido à críticas ao teor religioso ou político, como também, a destacar, às divergências de novas nações que, anteriormente, pertenciam ao mesmo território sob o domínio do colonizador e que, agora, disputavam espaços em suas fronteiras - como é o caso do Paquistão, que solicitou a retirada da palavra Índia da revista.

O resultado dessa situação, seria a apropriação dos espaços através dos poderes políticos, científicos e educacionais por tais nações. É em meio a essas disputas que a UNESCO foi apresentando um discurso universal da educação, cultura e ciência. Nesse caminho, a sua posição de reguladora foi sendo reconhecida e a diplomacia foi sendo consolidada sob a sua égide, com objetivo de evitar quaisquer possíveis conflitos. Para tal feito, a UNESCO necessitou contar com a participação não só dos países membros, mas também de intelectuais que viessem a contribuir com os seus princípios e projetos. No âmbito

¹⁴ o Tratado da Antártida surge como projeto de ampliação para as pesquisas científicas. Consistia na construção de bases de pesquisas inicialmente por doze países. São eles: Estados Unidos, União Soviética, África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Japão, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido. Observa-se que apesar do discurso de desenvolvimento científico, havia muitas desconfianças de que as bases também serviam de suporte para as pesquisas e desenvolvimentos militares. Tais suposições decorrem do contexto histórico e de acordos definidos a partir de 1959. (Friederick Brum Vieira. 2006).

dos bens culturais, ela se apropriaria de definições promovidas por instituições que a antecederam para que pudessem avançar.

É nesse contexto de especialização, estudo e reconhecimento dos patrimônios que a UNESCO amplia suas atividades em reconhecimento e salvaguarda dos bens culturais da humanidade. Como estratégia política em meio a Guerra Fria, a direção que a UNESCO tomaria a respeito do patrimônio cultural no início dos anos de 1950, e se consolidaria a partir dos anos de 1960, seria voltada aos monumentos históricos, colocando em segundo plano a arqueologia, que foi tão prestigiada pelo seu primeiro diretor, como ressalta Meskell: “A arqueologia na UNESCO, tanto como disciplina intelectual como como prática de campo, foi substituída quase inteiramente após a década de 1960 por uma preocupação com monumentos e monumentalidade.” (2018. p. 4. Minha tradução).

1.3 A UNESCO e a emergência da noção de patrimônio cultural

A Carta de Atenas, de 1931, possui um significado relevante à fundamentação das primeiras noções de patrimônio, mesmo com ressalvas de apresentar participantes apenas da Europa (Choay, 2006). Destaca-se, neste momento, o uso do termo noções, devido à amplitude de conhecimento que o conceito de patrimônio foi adquirindo ao longo dos anos.

Em paralelo ao Escritório Internacional de Museus Sociedade das Nações, o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, também debateria, em suas conferências, questões pertinentes à salvaguarda e restauração dos monumentos desde 1928. Mas é com o IV Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, de 1933, em destaque, que se obteriam avanços significativos aos monumentos, ao pautar a preocupação com os desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos, das habitações, dos lazeres, do meio ambiente, da mobilidade dos cidadãos, entre outros pontos. Portanto, ao final do IV Congresso, os apontamentos registrados na Carta de 1933 destacariam as contradições do aumento das produções econômicas e o crescimento populacional, mas sem deixar de discutir os estragos causados pela Grande Guerra. Nota-se a permanência dessa preocupação sobre o crescimento econômico e populacional na UNESCO; mas, de acordo com Lynn

Meskill (2015), somente apareceram nos seus pronunciamentos na década de 1990 para início dos anos 2000.

A respeito do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos e o IV Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, é importante salientar que, apesar de apresentar e analisar centros internacionais, os dois Congressos, que foram organizados e realizados por instituições diferentes, ocorreram em solo europeu. Em notoriedade, o IV Congresso teceu críticas significativas à relação da profissão e ofício de arquiteto de uma perspectiva ocidental, mas apresentando a necessidade de uma mudança para o bem comum:

Eles estão reunidos com a intenção de pesquisar a harmonização dos elementos presentes no mundo moderno e de recolocar a arquitetura em seu verdadeiro plano, que é o de ordem econômica e sociológica e inteiramente a serviço da pessoa humana. É assim que a arquitetura escapará da dominação esterilizante das academias. Firmes nessa convicção, eles declaram associar-se para realizar suas aspirações. (IPHAN, 1933. p. 36).

As duas Cartas de Atenas, tanto de 1931 e 1933, debatiam, à sua época, questões pertinentes às preservações da humanidade, sem romper com a política e o sistema econômico vigente da Europa Ocidental. Isso ia de encontro aos princípios da UNESCO - promover mudanças, sem causar impactos ao sistema econômico. Ambas as Cartas são frutos de estudos e técnicas relacionadas à arquitetura. Portanto, foi bastante característico das primeiras Cartas promovidas por ela, a UNESCO, que, ao ampliar sobre os bens culturais, focalizasse em estruturas físicas, como casas, prédios e monumentos históricos. Com a atenção destinada à materialidade da construção civil, nos primeiros idos, os principais e renomados especialistas do âmbito patrimonial, foram do campo arquitetônico e urbanístico e obtiveram um peso maior em suas considerações. “É como se o patrimônio histórico fosse competência exclusiva de restauradores, arqueólogos e museólogos: os especialistas do passado.” (CANCLINI. 2000. p. 160).

Para tal compreensão, nos primeiros anos dos seus desdobramentos, a UNESCO construiu uma noção em que o conceito de patrimônio cultural estaria relacionado a objetos históricos materializados. (UNESCO, 1947, 1948 e 1949). Essa noção estava ainda embrionária nos aspectos culturais da literatura e das artes visuais. Por essa razão, as primeiras considerações ao atentar sobre os

bens culturais da humanidade listavam livros, bibliotecas, monumentos e museus a serem preservados.

No Congresso Geral de 1948, foram apontados trinta e quatro tópicos relacionados às atividades culturais, como patrimônios. Somente quatro delas abordam sobre museus e sítios arqueológicos. Para isso, na maior parte dos tópicos, está presente o discurso de cooperação de todos os participantes para agregar e ampliar tais noções sobre os bens culturais (UNESCO, 1948). Para o Congresso Geral de 1949, não se constatam muitos avanços comparados aos Congressos anteriores; entretanto, um ponto sobre o qual é importante salientar diz respeito aos sítios e os incentivos às pesquisas científicas, técnicas e cooperações para a salvaguarda dos monumentos, como pode ser constatado na recomendação:

Que informa a Conferência Geral sobre as medidas adequadas para assegurar a cooperação dos Estados interessados na proteção, conservação e restauração das antiguidades, dos monumentos e dos lugares de interesse histórico, assim como sobre a possibilidade de criar um fundo internacional para subvencionar os trabalhos de conservação e restauração.

Deverá conceder particular atenção para a organização da proteção desses monumentos, assim como a proteção do conjunto dos bens de valor cultural, nomeadamente dos que se conservam em museus, nas bibliotecas e nos arquivos, contra os perigos armados previsíveis. (UNESCO, 1949. p. 29. Tradução minha).

Ao atentar ao detalhe desse trecho, três observações são de grande consideração. O primeiro ponto está relacionado ao emprego do termo monumento para se referir a patrimônio cultural, o que foi bastante comum em anos anteriores (SCIFONI, 2003). O segundo, então, está para o uso do termo valor cultural, essa percepção de que bens históricos que possuem peso deve estar preservados e em espaços específicos. A terceira, e última, é a questão do perigo iminente, visto que conflitos militares entre o bloco capitalista *versus* o bloco socialista foram deflagrados na Ásia e África.

Portanto, com tal tensão presente, a Organização das Nações Unidas buscou estabelecer programas diplomáticos para os seus membros. Com isso, competia, então, à própria UNESCO assumir a postura reguladora de avançar estrategicamente sobre o conhecimento dos patrimônios históricos. Essa urgência

para que, assim, pudesse ir além da postura de salvaguarda, seria – e foi – necessária para que, além de proteger os bens culturais, a compreensão sobre esses objetos permitisse progressos significativos a respeito da restauração e exposição de acervos históricos. De acordo com o Meskell, o foco na manutenção desses monumentos seria por interesse de políticas de Estados em promover as suas pretensões:

“Esse aspecto da conservação do patrimônio poderia facilmente ser desenvolvido e promovido de formas que a investigação arqueológica não poderia: os monumentos já eram ícones existentes, mais facilmente aceitos e mobilizados por Estados soberanos do que os territórios desconhecidos por escavações ou investigações.” (2018. p. 4. Minha tradução.).

Assim, o conceito de patrimônio cultural foi sendo escalonado no âmbito da UNESCO; mas, ainda, relacionado às pautas de cultura nas Assembleias e Convenções. Com isso, ela conseguiu ampliar a discussão para além das bibliotecas e museus. Sem se desprender dos conhecimentos já desenvolvidos por instituições patrimoniais e congressos organizados por especialistas anteriores à sua existência. Ao analisar sobre os bens culturais pós-período colonial do século XX, mais precisamente na década de 1960, Ndro e Wijesuriya sublinham a herança hegemônica eurocentrista e branca a respeito do tratamento dos patrimônios das instituições ligadas à UNESCO:

“Além disso, o ICCROM, que tem servido de campo de formação para muitos profissionais do patrimônio desde o início da década de 1960, treinou especialistas para se concentrarem no modelo ocidental de conservação, os quais, ao regressarem aos seus países de origem, reforçaram posteriormente sistemas que tinham sido propagados sob o domínio colonial.” (2015. p. 140. Minha tradução.).

É a partir dessa noção que o conhecimento acerca dos patrimônios se volta, em grandes proporções, para objetos edificados (praças, residências, castelos, prédios, ruas, museus, estátuas, entre outros monumentos que remetem exclusivamente às épocas mais antigas), cristalizando, além das noções, critérios ocidentais. Contudo, alarmada com o poder de destruição dos espaços físicos, a UNESCO, por meio da Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de 1954, destacou que, para salvaguarda, os objetos históricos seriam:

a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;

b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja, de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado;

c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados "centros monumentais". (UNESCO, 1954).

Ao observar as definições, o escopo daquele ano, promovido pela UNESCO, seria os patrimônios materiais. Na publicação, a Convenção coincide com o fim da Guerra das Coreias, em 1953. Uma estratégia da UNESCO não só em proteger um bem cultural; mas, por meio de tais ações de salvaguarda, promover a diminuição na tensão ocasionada pela Guerra Fria (1945 – 1990), a qual cresceria nos próximos anos. Sendo assim, as discussões acerca dos bens culturais seriam impulsionadas novamente pelos temores dos conflitos armados e seus poderes destrutivos.

A UNESCO, desde a sua criação, discutia questões relativas à integração de todos por meio das atividades culturais, em busca de uma sociedade menos desigual. Acompanhando as transformações nos espaços físicos - como a transferência da sede de Londres para Paris, sua ampliação e construção de novos espaços para as discussões políticas, científicas e culturais -, apresentava-se a ambição em alcançar, a níveis globais, seus objetivos. Todavia, somente a partir de 1954 que o propósito de coletividade é mais evidente nos discursos diplomáticos, o que, mais adiante, resultaria no discurso do bem comum. Resultado esse que iria aparecer na Campanha da Núbia, em 1956, movimento que a UNESCO elevaria a decisão sobre os bens da Núbia ao âmbito internacional (Meskell, 2018). Nessa trilha, com a necessidade da existência de elementos que representassem a humanidade e refletissem uma identidade global, a UNESCO buscou, por meio do reconhecimento de patrimônios, a promoção de uma sensibilidade de salvaguarda de bens culturais que representassem a todos.

A aprovação da Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, ocorrida na Haia, em 1954, diante da destruição em massa da Segunda Guerra Mundial, voltou a atenção para um novo conceito unificador, o de um patrimônio cultural comum fundamental compartilhado. (UNESCO, 2015. p. 42).

Apesar de todo o avanço no conhecimento científico sobre questões de preservação que a Convenção de 1954 promovera, seus resultados não seriam plenamente contemplados. Com as possíveis emergências de conflitos militares, que traziam consigo a noção da guerra e suas consequências destrutivas, a ideia de paz através da diplomacia parecia uma meta inalcançável. Durante os períodos mais tensos, que correspondem aos anos de 1950 a 1970, significativos conflitos ligados diretamente à Guerra Fria são registrados. Nessa disputa por espaços, a concretização da Revolução Cubana (1959) evidenciou a amplitude do conflito entre EUA e URSS. Inicialmente, os primeiros embates estavam localizados no continente europeu após a Segunda Guerra e se estenderam à Ásia no início dos anos de 1950 (ARBEX, 2000).

A presença de movimentos socialistas na América Latina já era de conhecimento por parte dos Estados Unidos, mas nada que, até então, seria de grande movimentação, como foi a Revolução Cubana. Como a aproximação dos cubanos com os soviéticos foi alvo de crítica internacional por parte dos Estados Unidos, sua mensagem oficial - a de seu presidente, John F. Kennedy - denunciava os mísseis nucleares russos em solo cubano. Em resposta ao incidente, que ficou marcado como a Crise dos Mísseis em 1962, Estados Unidos e União Soviética retiraram seus mísseis nucleares de suas bases militares na Turquia e Cuba.

Mesmo assim, a polarização da Guerra Fria entre os blocos Ocidental e Oriental levou a um aumento radical de gastos militares, tanto em armamentos convencionais quanto nucleares. A perspectiva de uma guerra quente permaneceu iminente até os confrontos dramáticos em Berlim (1961) e em Cuba (1962), mas, ao mesmo tempo em que a Guerra Fria substituiu o conflito convencional, ela conduzia a uma corrida armamentista. (UNESCO, 2015. p. 39).

Posteriormente, o próprio líder soviético se pronunciou na Organização das Nações Unidas sobre a retirada dos mísseis, com o objetivo de amenizar as tensões militares. Apesar de todas as falas de comprometimento em redução de testes e produções bélicas nucleares, o clima de um conflito a qualquer momento

ainda pairava no ar. À medida que emergiam os conflitos, tais questões fugiam do controle da ONU e UNESCO para impor um fim e estabelecer a paz. Sendo assim, como estratégia de contornar determinados embates políticos característicos da Guerra Fria, internamente, em suas assembleias, a UNESCO tratou de regulamentar, em sequência, orientações acerca dos bens culturais. Essa postura promoveu intervenções em conflitos militares, pois, ao estabelecer recomendações e determinações em suas Conferências, os Estados-membros teriam de estar de acordo.

A Carta de Paris, promulgada em 1962, resultado da Conferência Geral do mesmo ano, ampliou os compromissos para as preservações de bens culturais. Ao incluir além dos Estados-membros, a UNESCO contaria com organizações não governamentais para contribuir com a efetividade das decisões estabelecidas. A Carta de Paris tem destaque pois, ao trazer as discussões acerca dos espaços físicos a serem prejudicados pelos desenvolvimentos econômicos e populacionais, exporia preocupações relacionadas ao turismo, indo além dos conflitos militares. Essa preocupação, por parte da UNESCO, reconhece que o conflito entre URSS e EUA estaria presente no âmbito das diferenças políticas, econômicas e culturais, e que influenciaria nas construções de cada nação, sendo elas socialistas ou capitalistas. Apesar de toda cautela com os atravessamentos promovidos pela Guerra Fria, a UNESCO soube tirar proveito dos embates entre os Estados soviético e estadunidense no caso da Campanha da Núbia, (MESKELL, 2018), como será detalhado a seguir. Sendo assim, em meio às divergências, seria exigido aos Estados-membros, estabelecido pela UNESCO, assim, o compromisso em grande escala com a preservação dos territórios de qualquer natureza. O registro dessa preocupação pode ser encontrado através da recomendação:

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que levem a presente recomendação ao conhecimento das autoridades e organismos envolvidos com a proteção das paisagens e dos sítios e com planejamento territorial, aos organismos encarregados da proteção da natureza, do fomento ao turismo e às organizações da juventude;

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que lhe apresentem, nas datas e sob a forma que ela determinará, relatórios concernentes à implementação desta recomendação. (UNESCO. 1962. p. 2).

Por pautar a preservação de espaços físicos e relacioná-los às questões econômicas de cada país, os Estados-membros buscaram, principalmente, proteger seus bens culturais motivados por questões capitais. Apesar de que as determinações promovidas pela UNESCO visavam estabelecer a diplomacia e, conseqüentemente, pacificar os conflitos, volta e meia despertavam alertas. Nessa elasticidade, em que a guerra ora parecia estar distante, ora parecia surgir a qualquer momento, a UNESCO soube conseguir se impor, em determinadas ocasiões, por meio das suas iniciativas, o controle da situação e promover a cooperação internacional - o que, até então, seria inimaginável. Por meio de campanhas de que a educação, a cultura e a ciência seriam fontes produtivas também no âmbito econômico, mostrava-se que, assim, seria de grande valia a cooperação financeira para aplicação de projetos nessas áreas.

Para a Unesco, em 1970, o desenvolvimento deveria estar associado a questões envolvendo princípios econômicos e sociais; e a prestação de ajuda a países em desenvolvimento era considerada algo bem-sucedido para os países desenvolvidos. Assim sendo, os Estados que investissem seus esforços nos países em desenvolvimento, estariam contribuindo para um crescente desenvolvimento econômico não apenas de si mesmos, mas também dos países em desenvolvimento. (STEINKE, 2020. p. 96).

Dentro de todos os projetos com relação ao patrimônio, o que gerou repercussão foi a Campanha da Núbia. Toda a notoriedade decorre da mobilização que a UNESCO promoveu, a partir da década de 1950, para atender os governos envolvidos e, ao mesmo tempo, preservar os objetos considerados patrimônios. Com o interesse em construir uma represa que fosse capaz de abastecer a economia do Egito e do Sudão, por meio itens considerados como tesouros da antiguidade (UNESCO, 2015). Entre os artefatos de grande notoriedade estariam a estátua de Ramsés, presente no templo de Abu Simbel. Para tal feito, a UNESCO sensibilizou, de maneira certa, vários Estados-membros para a cooperação; desde especialistas, até recursos financeiros foram enviados ao Egito.

Em pleno desenrolar da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética participaram ativamente do financiamento dessa Campanha. Porém, a postura do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser de nacionalizar o Canal de Suez, fez com que os Estados Unidos se posicionassem em alerta e segurasse o apoio financeiro

ao projeto. Do outro lado, a URSS encontrou a oportunidade para estreitar laços políticos no norte do continente africano. or mais que as potências capitalistas tentaram impedir a influência comunista, os soviéticos fizeram o movimento de apoiar Nasser. “No entanto, os soviéticos intervieram para financiar a construção da Barragem alta de Assuã depois que os Estados Unidos e o Banco Mundial retiraram sua promessa de financiamento, numa tentativa de frustrar a liderança de Nasser.” (MESKELL, 2018. p. 28. Minha tradução.).

Como visto, a questão estava mais voltada à figura do presidente egípcio Nasser, do que de fato aos artefatos da região, que foram registrados depois de um laborioso período de escavações, limpezas, armazenamentos, catalogações, divisões das peças e, principalmente, deslocamento. Maior parte de todo o material coletado da região foi destinado aos museus na Europa e nos Estados Unidos, que foram, como nas palavras de Meskell, beneficiados não só com a posse dos materiais, mas também com o acesso às investigações do campo, e por meio de conceitos coloniais, empregaram o discurso de serem os legítimos detentores de todo o material e, com isso, serem as autoridades para a construção de um museu universal (2018. p. 51). Ainda em Meskell, postura semelhante podemos ver nas autoridades escolhidas pela UNESCO para lidar com a recuperação dos patrimônios que foram destruídos em Timbuktu, no Mali. ¹⁵

Apesar de todo o projeto seguir as décadas de 1960, 1970 e finalizar nos anos de 1980, os canais oficiais da UNESCO promoveram publicações de que a Campanha foi pleno sucesso, como pode ser visto em “De ideias a ações: 70 anos da UNESCO”. Em dissonância a tal ponto, para que a barragem fosse concluída, milhares de cidadãos nos entornos foram removidos. A respeito desses indivíduos, poucos materiais foram produzidos, e a própria UNESCO não demonstrou interesse em estudar as populações locais. Portanto, na extrema contradição do bem comum e do progresso, como já vimos anteriormente, a UNESCO se fez extremamente seletiva, atropelando determinados grupos:

“[...] o humanismo fundacional da UNESCO, que aspirava alcançar a paz global através do diálogo e da compreensão interculturais, tem sido rotineiramente minado por agendas estatais que não têm lugar para minorias étnicas, religiosas, indígenas ou outras.” (MESKELL, 2018. p. 213. Minha tradução.).

¹⁵ Para maiores informações, *Future in Ruins* de Lynn Meskell, publicado em 2018.

Fazendo valer o seu discurso de universal, através da atuação de vários dos seus Estados-membros, a UNESCO legitima, por meio do consentimento dos envolvidos, que as suas decisões não seriam respaldadas por um indivíduo, mas sim por um conjunto de atores, que são as autoridades no conhecimento no que tange ao patrimônio. Portanto, as discussões acerca dos patrimônios, seu reconhecimento, manutenção, exposição e até mesmo deslocamento, estão sujeitas às determinações governamentais e movidas a interesses políticos e/ou econômicos, como discorrem Coombe e Weiss, a respeito desse mecanismo institucional:

“Tornar-se um sujeito patrimonial implica estar sujeito às tecnologias políticas do Estado e ao olhar gerencialista dos atores governamentais transnacionais, e é um meio de tornar visível e tangível o que antes era intangível e dado como certo (De Cesari 2012: 409) para fins específicos de intervenção (Arantes 2007; Meskell e Brumann neste volume; Waterton e Smith 2010).” (2015. p. 46. Minha tradução.).

Em contexto de Guerra Fria, principalmente a partir da década de 1970, o discurso de cooperação e de financiamento estariam muito mais próximos ao das nações neoliberais do que dos países socialistas, visto que a União Soviética, em determinadas ocasiões, acusara a UNESCO de estar alinhada ao imperialismo capitalista (DOMINGUES & PETITJEAN). Os Estados Unidos também fariam críticas à postura da UNESCO em relação às questões emancipacionistas em territórios de seus aliados. Esse conflito é evidente durante a gestão de Amadou-Mahtar M´Bow, ao buscar a ampliação das noções de patrimônios, como é constatado e concretizado em sua gestão na Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. A valorização da diversidade cultural reconheceu grupos que, até então, estariam sob o domínio colonial, historicamente. Essa ação entrou em conflito de interesses políticos, como pôde ser apresentado por Scifoni:

Mas isso até 1984, quando os EUA decidem retirar-se da Unesco, em função de críticas à condução dos trabalhos por parte de seu diretor geral, o qual o país acusava de conduzir a organização com parcialidade, defendendo e apoiando iniciativas culturais anti-americanas, como as ligadas à OLP (Organização para a Libertação da Palestina). (2003. p. 84).

Esse posicionamento por parte dos Estados Unidos seria motivado pelo ataque ocorrido durante as Olimpíadas de Munique, em 1972, na Alemanha¹⁶. A partir de então, os EUA passariam a generalizar os grupos políticos palestinos e seus apoiadores como terroristas. A mídia ocidental, que cobria o ato terrorista, apresentava o conteúdo impactante de uma maneira constante, permitindo, de uma forma quase que imediata, o acesso às informações globais. Além dos jornais impressos, a televisão ganharia espaço devido a sua característica de transmissão. Em preto e branco ou a cores, o televisor ganhou espectadores ao longo dos anos, através de programações que continham sonoridade. Essa tecnologia conseguiu agrupar elementos que eram próprios de outros meios de comunicação, como o jornal impresso, ou de entretenimento, como teatro e cinema. Esse poderio pode ser registrado no crescente número de espectadores, como Peter Burke e Asa Briggs registram a partir da década de 1950:

“No início dizia-se que as antenas de televisão eram símbolo de status, colocadas para fazer figuração; mas logo ficou claro que efetivamente havia um número elevado de espectadores genuínos. A mesma tendência se observou em grande parte da Escócia, no País de Gales e no norte da Inglaterra, em 1952. Agora havia potencial para uma audiência de massa.” (2006. p. 236).

Não seria o primeiro fato histórico de grande repercussão: outros incidentes, como a Guerra do Vietnã (1965 – 1975), também foram alvo de uma cobertura midiática a nível mundial, impulsionando um senso crítico aos espectadores, mesmo que as imagens para as transmissões fossem constantemente selecionadas antes de irem ao ar (BURKE e BRIGGS, 2006). Sendo assim, o poder dos meios de comunicação, apresentados a partir dos anos de 1970, seria caracterizado pelo desenvolvimento do conhecimento científico das tecnologias digitais. As tecnologias que foram desenvolvidas no período de Guerra Fria passaram, a partir da década de 1980, cada vez mais, a serem incorporadas às instituições educacionais e ao mercado capitalista. Como no caso dos satélites, responsáveis por fazerem transmissões sem a dependência de cabos. A primeira transmissão seria via o satélite Telstar, dos EUA (BURKE e

¹⁶ Ao sequestrar nove atletas israelenses, o grupo terrorista Setembro Negro, exigia das autoridades a libertação de prisioneiros palestinos. O desfecho por parte das autoridades alemãs ocidental e israelense foi desastroso, pois além de executar os terroristas, a operação também resultou na morte dos atletas. (ARBEX, 2000. p. 86)

BRIGGS, 2006). Mais adiante, a internet, que iria além dos ambientes militares, também ocuparia um espaço significativo ao público, ao adentrar as universidades como meio de conexão nos anos de 1970 (CASTELLS, 2003). Em evidência, uma das principais tecnologias de grande valia e, que a partir dos da década 1980 e 1990, ganharia o mercado consumidor, foi o computador.

Diante dos olhares da ONU e UNESCO, a potencialidade dessas tecnologias não seria inédita. Essa constatação decorre do fato de ambas as instituições, em seus poderes global, articularem ações conjuntas, objetivando alcançar suas metas por meio das tecnologias de comunicação. Mais precisamente, um dos incidentes de grande relevância em meio as tensões de Guerra Fria, foi o pedido da ONU para que a UNESCO promovesse ações no desenvolvimento da comunicação a todos, como aponta Burke e Briggs, ao discorrer sobre a força da televisão:

“Já em 1959, antes do começo da primeira década de desenvolvimento, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas havia solicitado à Unesco a preparação de uma Assembléia Geral das Nações Unidas, de "um programa concreto de ação" no sentido de promover "o desenvolvimento de informação na mídia de massa em todo o mundo" (2006. p. 255).

No entanto, em décadas anteriores, em 1947, o Diretor Geral, Julian Huxley, já se manifestava atraído pelo poder de alcance que tecnologias como a televisão e o rádio anunciavam. O interesse de Hurley pode ser expressado no desenvolvimento de programas em rádio, que apresentariam narrativas acerca da história da humanidade por meio da exposição de pesquisas arqueológicas (MESKELL, 2018). Porém, apesar dos esforços de determinados atores dentro da UNESCO, em especial o caso de Huxley, somente décadas mais adiante que ela incluiria maior presença de tecnologias como estratégias para propagação de conteúdos e projetos, como também expor e salvaguardar bens culturais. A virada ocorreria a partir da década de 1970. Com sinais de desfecho para a Guerra Fria, países que, até então, adotaram uma postura de não alinhamento, passaram a denunciar as desigualdades econômicas e de acesso às informações, (Burke e Briggs, 2006).

Se o mercado capitalista avançava e expandia o comércio de suas tecnologias mesmo após a crise do petróleo em 1973, do outro lado, a União

Soviética começara a dar os primeiros sinais de enfraquecimento e de que não demoraria a ruir. Essa previsão se confirmaria com a ascensão ao poder soviético de Mikhail Gorbatchev (1985 – 1990), que, por meio de suas reformas políticas (a *Perestroika*¹⁷ e a *Glasnost*¹⁸), guiaria a abertura pluripartidária na futura Federação Russa. Por mais que a Rússia viesse a surgir em meio a problemas econômicos e com um governo neoliberal, ela soube aproveitar a ausência dos Estados Unidos na UNESCO para assegurar o seu poder herdado dos tempos soviéticos.

A UNESCO teria pela frente, a partir de 1989, desafios mais complexos com os Estados capitalistas do que com os Estados comunistas. Tais desafios não eram novos; entretanto, estariam em pauta, cada vez mais, em suas assembleias, a desigualdade, a fome, o racismo, a xenofobia e a educação. O fim do apartheid na África do Sul, em 1991, e a presença do grande líder Nelson Mandela na UNESCO, em 1993, ao ser homenageado com o Prêmio pela Paz Félix Houphouët-Boigny¹⁹, não seriam suficientes para ilustrar ao mundo os desejos de paz na humanidade. A herança destrutiva da Guerra Fria deixou para a UNESCO problemas ainda mais angustiantes e que não amenizariam as disputas e interesses dos Estados-membros no seu interior.

1.4 A UNESCO e suas políticas patrimoniais no pós-Guerra Fria (1945 - 1990)

Mesmo com o fim da Guerra Fria e as tensões presentes em várias partes do globo, a jornada, por parte da UNESCO, na compreensão e proteção dos patrimônios culturais ganharia ainda mais fôlego. Para enriquecer essa questão no tocante de quais bens a serem preservados, a UNESCO avançou em pontos importantes de estudo, pesquisa e técnicas para que pudesse estabelecer critérios de definições sobre o conceito de patrimônio cultural. Ao assumir a responsabilidade sobre os patrimônios e a importância de preservar a memória do

¹⁷ Eric J. Hobsbawm. Perestroika era a campanha de reestruturação econômica soviética que através da descentralização, permitia além das estatais a emergência de empresas privadas.

¹⁸ Eric J. Hobsbawm. Glasnost foi a ação de aberturas políticas e de informações.

¹⁹ O Prêmio pela Paz Félix Houphouët-Boigny foi criado em 1989 pela UNESCO com objetivo de homenagear as iniciativas pela paz mundial. UNESCO. Para maiores informações sobre o prêmio: <https://www.unesco.org/en/felix-houphouet-boigny-peace-prize/rules-regulations>. Acesso em: 1 jun. 2023.

mundo, campanhas de conscientização internacionais foram empregadas pela UNESCO e orientadas aos seus membros.

Esses progressos acerca das compreensões e técnicas remetem à década de 1960. Com o desenvolvimento do conhecimento técnico sobre seleção, restauração e proteção dos bens culturais, tornaram-se frequentes, nas assembleias da UNESCO, potenciais candidatos ao processo de patrimonialização, como também questões complexas acerca dos avanços da urbanização em conflito com os patrimônios históricos. Em destaque e de grande reconhecimento, como visto anteriormente, a tal feito por parte da UNESCO, seria o caso de bens culturais no Egito, que poderiam vir a ser danificados ou destruídos devido à construção de uma represa. Ao centralizar o debate sobre a necessidade e o empenho para conseguir identificar, preservar e expor os objetos que seriam encontrados, fora criado um Comitê Executivo de Campanha e, assim, os representantes exigiram a cooperação e colaboração dos Estados-membros para obter sucesso nessa empreitada.

Esse apelo resultou na escavação e no registro de centenas de sítios, na recuperação de milhares de objetos, bem como no resgate e no deslocamento de vários templos importantes para terrenos mais elevados, sendo um dos mais famosos deles é o complexo de Abu Simbel (com a estátua de Ramsés, o Grande). (UNESCO, 2015. p. 67).

O resultado de todo o empenho coordenado pela UNESCO, no caso dos objetos históricos da Núbia, obteve sucesso e, conseqüentemente, tornou-se um dos exemplos da potencialidade da cooperação e colaboração dos Estados-membros. Entretanto, a Campanha da Núbia, como ficara conhecida, com todo esse processo, abriu caminho para discussões de possíveis novos tipos de patrimônio. Com todo o êxito no âmbito de regulamentação, coordenação e integração, elevou-se ainda mais o prestígio da UNESCO nas deliberações acerca dos processos de patrimonialização. Toda essa centralidade sobre as orientações impulsionou outras instituições à urgência de estudos acerca da salvaguarda, à coleta de recursos financeiros, e, também, atraiu esforços de ir além dos países que eram membros. Muitas organizações não governamentais passaram a surgir e trabalhar em conjunto com a UNESCO desde então.

Para Duedahl (2016), contudo, o processo de mediação e coordenação de deslocamento dos templos da Núbia promoveu

“o impacto das subseqüentes declarações do patrimônio mundial” (DUEDAHL, 2016, p. 4, tradução minha), já que evidenciou concretamente a centralidade da Unesco na modelagem da gestão do patrimônio em escala mundial. (STEINKE, 2020. p. 35).

Tal postura concentraria todas as atenções na UNESCO desde então. Todos os esforços promovidos e obtentores da cooperação da maioria dos membros, fez com que se realizasse uma série de ações no âmbito patrimonial, que garantisse suas decisões à chancela, de maneira sem muitos entraves. Com as inundações nas cidades italianas de Veneza e Florença, a UNESCO não mediu esforços para conseguir captar todo o apoio possível para preservar e, principalmente, restaurar objetos históricos. As subseqüentes execuções representavam um sucesso à compreensão sobre os patrimônios culturais, ampliando a compreensão sobre eles, além da preservação e restauração, bem como a razão pela qual deveriam ser preservados tais objetos históricos. De acordo com a própria UNESCO: “Assim, nos anos 1960, a batalha pela conscientização foi vencida. A UNESCO teve sucesso em posicionar o patrimônio no topo da agenda global. (UNESCO, 2015. p. 63)”.

Esse avanço significativo, a partir da década de 60, iniciou um desenvolvimento no conhecimento e apresentação dos patrimônios culturais nas Cartas. A Convenção Geral da UNESCO, de 1962, destacou relevâncias acerca dos espaços e, com isso, determinou que certas localidades, pelos seus caracteres de beleza, de contribuições à cultura e artes, de valores da vida humana e selvagem, deveriam ser preservadas pelo bem da humanidade (IPHAN. p. 1). Ao valorizar culturalmente os espaços para a humanidade, a UNESCO fortaleceu a pesquisa científica sobre os bens culturais, o que, conseqüentemente, exigiu outros especialistas, além dos já tradicionais arquitetos e urbanistas. Sequencialmente à 12ª Convenção, é promulgada, reproduzindo o título, a Recomendação de Paris; mas, agora, de 1964, com um parecer mais amplo, o que remete à percepção de que, após dois anos, a UNESCO vinha desenvolvendo a compreensão sobre os bens culturais.

Para efeito desta recomendação, são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as

coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais. (UNESCO, 1964. p. 2).

Ao agregar fontes relacionadas às histórias de etnias, a UNESCO demonstra, nesse parágrafo, que novas compreensões estavam a caminho. Tal reconhecimento apresentava oportunidades de descentralizar as noções sobre os bens culturais que, até então, presentes na UNESCO, estavam centralizadas, em sua maioria, na Europa e Estados Unidos. Essa amplitude levou intelectuais a compreenderem a diversa origem de bens culturais. Por destacar, desde o início dos anos 60, a preservação dos espaços considerados bens culturais, através do incentivo ao turismo, estimulou, assim, um considerável número de candidaturas a serem reconhecidas institucionalmente.

Entretanto, é somente a partir de 1972 que os Estados-Membros apresentam uma significativa ascensão na inscrição de potenciais candidaturas. Tal fato decorre dos resultados da Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural. Sendo assim, o destaque dessa Convenção estava, além dos conhecidos patrimônios materiais, nas dimensões sobre a noção de patrimônio cultural que se incluíam em pauta, bem como definições e orientações sobre os bens naturais. Assim, constituía-se os patrimônios naturais como formações biológicas, físicas, geológicas, fisiográficas e sítios arqueológicos (UNESCO, 1972. p. 2). Tais considerações sinalizaram, a respeito da diversidade histórica da humanidade, que os bens culturais não estariam limitados à materialidade, mas também ao ambiente em que vivem e convivem as sociedades na Terra. Não obstante, a Convenção de 1972 foi a primeira a utilizar o termo Patrimônio Mundial (LIMA, 2016).

Ao analisar a propagação do documento de 1972 é notório que boa parte da fundamentação dessa compreensão do Patrimônio Mundial é ligada a Carta de Veneza do ano de 1964, apesar de fazer uma abordagem universal por meio do conteúdo final. Carta essa que, em contexto político de Guerra Fria, apenas priorizou países europeus nas suas discussões; portanto, a noção de mundial ainda é eurocentrista. Nodoro e Wijesuriya, na criticidade sobre o Patrimônio Mundial, fazem uma abordagem comparativa do comportamento institucional de patrimônios da Ásia e África antes e depois da Convenção de 1972:

“A noção de Patrimônio Mundial tornou obrigatório que as autoridades e profissionais do patrimônio dos continentes

utilizassem as chamadas doutrinas de conservação desenvolvidas pelo mundo ocidental. Antes do sistema do Patrimônio Mundial, a aceitação de tais doutrinas era apenas voluntária, ao passo que, atualmente, são impostas a várias nações”. (2015. p. 141. Minha tradução.).

Ao observar a análise do arqueólogo Webber Ndoro e do arquiteto Gamini Wijesuriya, termos como doutrina, sistema e imposição, caracterizam uma atuação, por parte da UNESCO, de hierarquia, semelhante à colonização dos séculos XIX/XX. Pois, ao definir, em suas internas, as normas reguladoras sobre o patrimônio no século XX, atravessaram outros conhecimentos acerca dos bens culturais, principalmente aqueles deslocados do norte global.

Por abordar novas noções a respeito do que é patrimônio cultural no âmbito da UNESCO, compete destacar o impacto e contradição da Convenção sobre a Preservação do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Por tal feito, ela representa uma mudança significativa sobre as definições do que seriam patrimônios no passado e no tempo presente. Da mesma maneira que impôs definições já enraizadas historicamente em seu seio, como é o caso do valor universal excepcional e de autenticidade (NDORO e WIJESURIYA, 2015), abriu caminho para a diversidade de conhecimento sobre os patrimônios, oportunizando novas perspectivas para as indicações na Lista Mundial, pois exigiria diferentes conhecimentos para candidaturas.

Como consequência, o número de candidaturas foi aumentando significativamente para o reconhecimento de novos patrimônios. Essa crescente foi motivada pela relação da amplitude da noção sobre os bens culturais, somados ao emprego do termo patrimônio, o que resultou, assim, no status máximo a partir da década de 70. Ter os bens culturais reconhecidos como patrimônio universal, resultaria – ainda resulta – em uma hierarquia de valores culturais e políticos; assim, distinguindo os regionais, que seriam apenas reconhecidos em seus países, para os internacionais, que seriam reconhecidos pela UNESCO. Com essa escala hierarquizante e prestigiada, despertou-se interesse, principalmente dos Estados-Membros, em fazer de seus monumentos candidatos a patrimônio mundial. A partir dessa dimensão, iniciou-se o que podemos considerar de corrida patrimonial:

O turismo e o status de patrimônio mundial concorrem, seja no plano nacional, seja no plano local, para aumentar o prestígio e a

auto-estima das entidades proprietárias dos bens visitados e reconhecidos. (PEIXOTO, 2002. p. 39).

É de conhecimento público que a construção dessa Convenção não foi algo inédito ou de imediato. Como visto no capítulo anterior, desde o início da construção da própria UNESCO, entendimentos acerca dos bens culturais naturais já pautavam dentro da instituição. Assim, os desafios a respeito de salvaguarda e exposições dos patrimônios culturais e naturais seriam oficializados pela UNESCO a partir de 1972, e teriam a necessidade de compreensão não somente na questão de identificação desses bens, mas também nas técnicas para fazer todo o processo de patrimonialização. Contudo, apesar de toda a grande movimentação na corrida patrimonial que a Convenção de 1972 promoveu, ainda havia a urgência da continuidade de estudos e aprimoramento das técnicas sobre os patrimônios, com olhares mais criteriosos, pois algumas lacunas ainda estavam abertas.

Apesar de fundamentado em práticas, principalmente europeias, nas quais a monumentalidade já era uma característica essencial para o tombamento, os critérios presentes no documento eram ainda bastante vagos. A grande questão era como definir a condição de excepcionalidade e monumentalidade. (SCIFONI, 2003. p. 80).

Ao discorrer sobre aprimoradas técnicas científicas sobre o patrimônio, de acordo com a própria Scifoni (2003), somente cinco anos depois, com a *Carta Diretrizes operacionais para a implementação do patrimônio mundial*, que os primeiros avanços mais concretos foram percebidos. Tanto que, a partir de então, foram elevados os parâmetros estabelecidos para o reconhecimento do patrimônio mundial. A constituição de mais critérios teria, assim, por objetivo, estabelecer um rigor ainda mais científico acerca das possíveis candidaturas ao patrimônio mundial. Portanto, a Lista do Patrimônio Mundial torna-se figura de grande relevância e prestígio, pois a aceitação ou rejeição de um bem cultural a ser considerado patrimônio mundial não é feita de forma direta: a indicação pode ser solicitada por um país membro ou uma organização parceira; com um processo burocrático de análise sobre o inventariado, o poder de decisão está centrado pelo Comitê formado por vinte e um membros e dos *experts*

O pedido é analisado em primeira instância pelo Centro de Patrimônio Mundial, que verifica se o dossiê contém os itens necessários. Em seguida, o dossiê é enviado para a análise

técnica do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), e segue posteriormente para o Bureau do Patrimônio Mundial que fará a análise dos pareceres emitidos pelos técnicos do Icomos. Por fim, a deliberação final é dada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, que conta com 21 representantes dos países-membros. (LIMA, 2016. p. 18).

Com todas as transformações tecnológicas que vieram após o fim da Guerra Fria, para a UNESCO, os riscos de perdas, destruições e ostracismo dos objetos históricos não seriam diminuídos, muito pelo contrário. Por reconhecer as adversidades de preservar bens culturais, a UNESCO tratou de estreitar suas metas com as tecnologias contemporâneas para dar conta das demandas de salvaguarda. O desenvolvimento tecnológico promovido durante o século XX foi de característica ímpar, isso, de acordo com Sevchenko, marcou o século em relação aos seus antecessores:

“O que distinguiu particularmente o século XX, em comparação com qualquer outro período precedente, foi uma tendência contínua e acelerada de mudança tecnológica, com efeitos multiplicativos e revolucionários sobre praticamente todos os campos da experiência humana em todos os âmbitos da vida no planeta.” (2001. p. 23).

De maneira única, tais tecnologias passaram por um desenvolvimento significativo, visto que, dentro das potencialidades, algumas ampliaram as suas capacidades e outras substituíram tecnologias que passariam a ser consideradas obsoletas. Como destacado por Sevchenko, o impulso do desenvolvimento tecnológico e suas relações com a sociedade em todas as esferas são marcas do contemporâneo, como também, o fruto dessa relação. Sendo assim, nas áreas capitalistas, tais tecnologias ganhavam incentivos ao mercado, tanto por meio de políticas de Estado, quanto principalmente da iniciativa privada. Uma das referências, e que seria marcante a esse momento, foi a internet a partir de 1990, como traz Manuel Castells:

“No início da década de 1990 muitos provedores de serviços da Internet montaram suas próprias redes e estabeleceram suas próprias portas de comunicação em bases comerciais. A partir de então, a Internet cresceu rapidamente como uma rede global de rede de computadores.” (2003. p. 15).

O próprio desenvolvimento do uso da internet é de grande importância nessa ocasião, que evidencia um crescimento em decorrência da economia capitalista, visto que os primeiros *sites* tinham finalidade comercial.

Posteriormente, pelo crescente acesso dos usuários, a internet passou a ser alvo de instituições, governamentais ou não, a serem ocupadas como plataformas de divulgação dos seus projetos. Não alheia a todo esse processo, a UNESCO também passou a utilizar a internet como ferramenta para os seus projetos. Aqui, em um salto temporal, destaca-se o 1992, ano em que foi criado o programa Memória do Mundo, que é considerado uma das referências de projeto que visa atender e preservar bens culturais documentais sob grandes ameaças em decorrência da ação do tempo ou do poder destrutivo da humanidade (UNESCO, 2002). O seu diferencial consiste no fato do processo de registrar tais documentos e exposição dos seus acervos ser produzido pelas tecnologias digitais contemporâneas. Ao desenvolver o Memória do Mundo, ao longo dos anos, o debate a respeito dos patrimônios do mundo avançava para a conscientização de um novo tipo de patrimônio cultural, o imaterial, o qual veremos no próximo capítulo.

Não sendo novidade no âmbito da UNESCO, a utilização de tecnologias e o uso da internet configuraram uma ação de preservação e divulgação dos seus trabalhos. Porém, a exposição desses bens culturais nas mídias digitais traz reflexões importantes, pensamentos esses que são relacionados aos procedimentos de transferir imagens, áudios ou vídeos a essas plataformas. Portanto, é relevante, acerca do desenvolvimento tecnológico, a potencialidade que os *microchips* agregaram nas tecnologias de comunicação já consagradas. A diminuição do tamanho físico dos processadores, considerados como a base do computador, impulsionou uma grande transformação em tudo que está relacionado às tecnologias digitais. Em primeiro momento, na própria economia das indústrias responsáveis pela produção dos microprocessadores, custeando a fabricação de computadores, *de hardwares* e, até mesmo, permitindo a aparição de novos modelos de computadores:

“Quando o microprocessador, depois descrito como o coração do computador, foi planejado por Marcian (Ted) Hoff em 1971, seu primeiro emprego foi em um relógio que soava como um piano — parecido com o que teria acontecido com uma invenção mecânica francesa do século XVIII. Apesar disso, fabricado e vendido pela Intel, o microprocessador tornou possível não somente um enorme aumento da potência do computador, mas também uma descentralização de seu uso. O chip RAM (memória de acesso randômico) da Intel, introduzido em 1970, reduziu

substancialmente o custo do componente de memória, e daí por diante haveria "gerações" de computadores; sobretudo os japoneses esquentaram esse conceito." (BURKE e BRIGGS, 2006. p. 276).

Essa virada tecnológica é apresentada como revolucionária (BRIGGS e BURKE, 2006), conceituada, assim, de Revolução Microeletrônica (Sevcenko, 2001). Revolucionária e contemporânea, a partir desse desenvolvimento, os meios de comunicação não só aceleraram os processos de troca de informações, como alavancaram novas formas de interações entre os usuários do computador, televisão, telefone e, futuramente, da internet. A velocidade da circulação de informações fez com que os conteúdos se apresentassem de formas interativas. Um dos exemplos iniciais seria o correio eletrônico, em que os usuários passaram a ter, por meio do acesso, uma relativa liberdade de escolha nas trocas de conteúdo. Nesse âmbito da dinamização promovida pelas tecnologias digitais, instituições ligadas aos patrimônios culturais trouxeram essas ferramentas para dentro dos seus ambientes, não só como mecanismos para o trabalho, mas também para a exposição desses materiais, apresentando-os como instrumentos do nosso tempo:

“Em 1983, quando se inaugurou um novo setor de comunicações no Museu de Ciências de Londres, Eryl Davies escreveu um folheto informativo, Telecommunications, a Technology for Change, que começava com telefones (e fotos de repetidoras submarinas, instrumentos de comunicação internacional montados a bordo de navios lança-cabos) e terminava com torres de rádio e antenas parabólicas de TV.” (BURKE e BRIGGS, 2006. p. 270).

Como visto, toda potencialidade das tecnologias digitais fora apropriada por instituições de diversas áreas. Historicamente, a UNESCO também acompanhou cronologicamente o desenvolvimento das tecnologias digitais, para que, ao seu tempo, usufrísse da capacidade dessas ferramentas. Ademais, como instituição responsável pelos aspectos culturais, a UNESCO demonstrou atenção e preocupação para o caso de os desenvolvimentos promovidos pelas indústrias tecnológicas impactassem negativamente na sociedade:

“Nos pronunciamentos da UNESCO, o desenvolvimento econômico e a globalização são, agora, uma ameaça - e não uma promessa -, destinados a dissolver identidades étnicas, nacionais e religiosas; contra esse espectro, espera-se que a celebração da diversidade cultural e da variedade de realizações humanas promova o respeito e a compreensão mútuos, que garantem a paz

mundial e o avanço humano.” (MESKELL, 2015. p. 23. Minha tradução.).

Toda a trajetória que a UNESCO trilhou, todos os processos de desenvolvimento em pesquisa e técnicas acerca dos patrimônios culturais, cartas, manuais e resoluções foram promovidos com finalidade de reconhecer as diversidades culturais e as estratégias para lidar com os bens culturais. Como constatado, a UNESCO, em suas cartas²⁰, sempre registrou os riscos que bens culturais sofrem o risco de se perderem ou serem apagados da história - e tal preocupação tem motivos plausíveis. O grande impulso, no contemporâneo, seria a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em 2003, que, em sua amplitude de compreensão, instigaria a urgência de novas formas para proteção e exposição de bens culturais intangíveis. Para isso, novas técnicas e tecnologias seriam precisas para dar conta de salvaguardar um patrimônio tão diverso, como aponta Meskell:

“Os antropólogos socioculturais concentraram grande parte da sua atenção na Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, porque é aqui que eles, e não os historiadores da arte ou outros, são geralmente atribuídos conhecimentos especiais (por exemplo, Arantes 2007; Bortolotto 2007, 2010)., 2011; Brown 2004; Eriksen 2001; Hafstein 2009; Kuutma 2007).” (2015. p. 27. Minha tradução.).

Apesar de toda essa perspectiva benévola com relação ao patrimônio imaterial, nas assembleias da UNESCO a respeito das candidaturas patrimoniais que buscam a oficialidade, evidenciava-se a continuidade das disputas internas dos interesses políticos e econômicos dos Estados-membros.

O domínio do sistema neoliberal, que já havia mercantilizado as tecnologias digitais que estariam concentradas nos meios acadêmicos ou, até mesmo, nos centros militares, também avançaria para os patrimônios culturais. Historicamente, muitas candidaturas a patrimônio mundial, de possíveis bens culturais, paisagens ou lugares públicos, foram alvos de interesses por parte dos seus representantes. Interesses variados, mas que, de uma forma ou outra, estiveram presentes em relatórios da UNESCO o reconhecimento ou não dos patrimônios culturais listados.

²⁰ Para esta dissertação, as Cartas a qual são registradas as evidências da preocupação com relação aos riscos das perdas dos patrimônios são:

Embora não se possa negar a importância histórica e cultural dos bens inscritos como Patrimônio da Humanidade, os critérios adotados para a inscrição, como excepcionalidade, universalidade e autenticidade, acabam sendo usados como recursos para renda monopolista e colocam-se como bastante condizentes com as necessidades do turismo mundial, sendo utilizados por ele de maneira estratégica. A consagração de um bem como de interesse mundial é o álibi perfeito para despertar o interesse de turistas e visitantes. (LIMA, 2016. p. 20).

Essa mercantilização trouxe alguns benefícios a países, municípios, agências, grupos e comunidades; como, por exemplo, o turismo, que resulta em rendas, pela presença de viajantes que, de uma forma ou outra, consomem tais produtos artesanatos e souvenirs (LIMA, 2016). Entretanto, no âmbito cultural de identidade, nota-se o esvaziamento da autenticidade do patrimônio que, por meio de uma construção, manipula as informações contidas nos símbolos que representam o objeto sacralizado por uma instituição patrimonial. Obviamente, tais críticas evidenciam que, para alcançar o reconhecimento internacional da UNESCO, como patrimônio mundial, o bem cultural passa por processos criteriosos e, em seu estágio de aprovação final, é colocado em votação na assembleia. Nesse campo de disputa, o patrimônio mundial virou uma ampla concorrência, na qual os Estados-membros, em busca da aprovação da UNESCO, transformam o reconhecido bem cultural em um novo valor, não histórico, mas comercial. Como apontam Santamarina e Del Marmol:

“Para além das tentativas explícitas da UNESCO para garantir que as suas ações tenham um impacto positivo na conservação, salvaguarda e restauração dos bens designados como patrimônio, a verdade é que cada vez mais as declarações têm promovido a produção de novos valores comerciais.” (2020. p. 162).

As convenções patrimoniais e as assembleias, que estabelecem e reconhecem a oficialidade dos bens culturais, fazem parte de um processo complexo e burocrático, que decorrem da demora para averiguação dos inventariados que são apresentados na UNESCO. Atualmente, há inúmeros processos aguardando o parecer. Contudo, apesar do criterioso processo desenvolvido pela UNESCO para a Lista do Patrimônio Mundial, essa corrida poderá fazer do patrimônio um efeito inverso, dependendo da finalidade a qual é promovida a sua candidatura, perdendo os valores históricos que a eles são atribuídos. Essa ponderação decorre da maneira como tais bens culturais são

publicizados em seus Estados para propaganda, através de plataformas digitais. É notório que, com as tecnologias digitais, há significativa parte dos bens culturais, expostos nas plataformas como maneira mais eficaz e dinâmica de atrair os interesses e a participação de turistas opinando sobre, (Campillo-Alhama e Martínez-Sala, 2019).

A utilização desses espaços, sendo tangíveis e/ou intangíveis, principalmente os que apresentam uma periodização mais antiga, via construção para uma candidatura, pode levar a construção de memórias de uma região ou povoado, que nunca existiram, como destaca Santamarina e Del Marmol:

“Na produção de usos do passado, as relações de poder são encenadas com maestria, daí o seu caráter político como dispositivo para definir realidades. A sua eficácia simbólica tem residido na capacidade de apresentar os usos do passado como realidades naturalizadas, um sistema de factos que são simplesmente derivados da memória do que foi.” (2020. p. 164).

Ainda na crítica sobre a fabricação do passado, é de suscitar preocupação maior quando fabricadas por tecnologias digitais contemporâneas. A capacidade delas, como já visto, pode ampliar dimensões de espaços, trabalhos, entretenimentos e/ou fabricar uma realidade. Se há discussões sobre as fabricações materiais ou imateriais desenvolvidas por intelectuais como Nathalie Heinich, é necessário ampliarmos essas discussões para incluir o ciberespaço também. Portanto, são desafios aos sociólogos, antropólogos, arquitetos, historiadores e outros intelectuais do campo patrimonial, impulsionar esse movimento cada vez mais. Vera Dodebei, ao discorrer sobre o patrimônio digital, alertou sobre a diversidade das fontes produtoras desse bem:

“Para observar o ciclo de vida ou trajeto dos patrimônios digitais, a dimensão da simulação ou o polo da informática-midiática tem predominância sobre as outras porque o espaço da simulação abriga não só os patrimônios criados virtualmente, como também aqueles gerados pelas tecnologias intelectuais da oralidade e da escrita e posteriormente digitalizados.” (2003).

No contemporâneo, muitos desses processos de patrimonialização tem por fim interesses econômicos, como estratégias de promoção ao turismo, para obtenção de capital. É recorrente que um volume significativo de bens naturais que estão na lista para o reconhecimento seja por tais interesses. Para conter essa crescente lista, a UNESCO, a partir de 1990, determinou limite de trinta

candidaturas, no máximo, por cada Estado (SCIFONI, 2003), e, em obviada, para atender a todos os processos, ela conta com organizações que auxiliam nos processos de patrimonializações, como de conhecimento no item 1.1, com suas especificidades e qualidades técnicas que atendem aos critérios estabelecidos pelas Convenções.

Sobre essas duas últimas organizações, destaca-se que o ICOMOS foca em questões relativas aos bens culturais, e a IUCN nos bens naturais. Entretanto, com o conceito de paisagem cultural, ambas as organizações uniram-se para avaliar a inclusão de bens sob critérios mistos. (VIDAL e FONTOURA, 2018).

À medida que a descentralização de poderes foi sendo desenvolvida no âmbito da UNESCO, através de comitês, secretariados e instituições regionais, os conflitos de perspectivas e interesses sobre o patrimônio cultural colocaram frente a frente as instituições, intelectuais e especialistas. O enriquecimento no âmbito de seleção, reconhecimento, restauração, manutenção, exposição e preservação é notório quando temos patrimônios obtendo a sua oficialidade através de instituições regionais ou nacionais, e não necessariamente dependendo do reconhecimento da UNESCO. Entretanto, apesar da existência de instituições regionais, no Brasil, podemos citar a atuação do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que atua em conjunto com a UNESCO. Os patrimônios reconhecidos por ela possuem uma notabilidade não só por questões financeiras, mas também pelo valor histórico e internacional que a instituição possui. Essa universalidade que a UNESCO possui é atraente à nível dos Estados-Membros discursarem a respeito da patrimonialização como um bem comum. Peixoto traz essa reflexão:

Participando na filosofia de um patrimônio comum da humanidade, o regime de patrimônio mundial é suposto conduzir a uma ruptura com os anteriores processos de patrimonialização, uma vez que fomenta uma apropriação específica dos bens pertencentes à humanidade (são de todos e não são de ninguém) que encerra um potencial contra hegemônico (PEIXOTO, 2002. p. 32).

Assim, é empregado um discurso, no tempo presente, de que os processos de patrimonialização têm por finalidade o interesse de todos, o que resulta em uma imposição de aceitação de tal objeto histórico à memória da cidade, estado ou país. E, é por essa notabilidade, reconhecimento e importância que a UNESCO tem nas áreas da ciência, educação e cultura, que muitos políticos buscam

alcançar patamares internacionais de seus patrimônios regionais já reconhecidos. Esse interesse político ainda é latente nas instituições patrimoniais e é evidente que, apesar da existência de instituições patrimoniais regionais, há uma inversão na empreitada para alcançar o reconhecimento da UNESCO. Na continuidade das relações de poderes, os interesses ainda permanecem e as disputas continuam, mas a trajetória, na atualidade, consiste em ser reconhecida pelas instituições locais e, posteriormente, avançar a âmbito internacional pela UNESCO. Uma referência dessa escalada por meio das instituições locais e relações políticas de poderes é o Centro Histórico de São Luís do Maranhão:

Além do apoio técnico do IPHAN, a confecção do relatório contou com um forte e decisivo aliado: o apoio diplomático do historiador francês Jean-Pierre Halévy, ex-diretor do Centro de Estudos Superiores de Monumentos Históricos da França. (LIMA, 2016. p. 25).

O título da Unesco concedido a São Luís e divulgado por meio do slogan “É do Mundo”, mostrou que os bens patrimoniais e as construções identitárias ligadas a eles, independentemente de chancelas internacionais e dos “interesses comuns da humanidade”, continuam sendo manipulados localmente. Dessa forma, permanecem servindo a projetos dominantes, sendo que o próprio título entra para exacerbar essa possibilidade. (LIMA, 2016. p. 31).

Apesar das particularidades de cada solicitação para adentrar a lista de Patrimônio Mundial, não se reduz uma instituição como a UNESCO a um espaço de uso e desuso dos interesses capitais; entretanto, é perceptível que os desejos de cada Estado-membro estão ligados ao sistema político e econômico de cada país. O avanço científico que instituições parceiras da UNESCO somaram junto a ela, o qual amplia os olhares e compreensões sobre os patrimônios, contrapõe-se aos conflitos de interesses que, por diversas razões, permanecem e, com eles, a necessidade dos desdobramentos, no contemporâneo, exigiram – e exigem – das instituições patrimoniais urgências não só em reconhecer, mas em proteger e manter vivo os bens culturais.

Como visto anteriormente, a necessidade de preservar e proteger os patrimônios se faz presente nas orientações das Cartas patrimoniais da UNESCO. Entretanto, o tom ainda é alarmante. A permanência de conflitos militares, campanhas de etnocídios, a disseminação dos discursos de ódio nas redes, a propagação de doenças em escalas mais rápidas, desastres naturais, dentre

tantos outros problemas, levaram a UNESCO, a partir dos anos 2000, a focalizar na preservação não só dos bens culturais, mas daqueles que os produzem, os seres humanos. Através da ONU, que promoveu a campanha “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, foi traçada a também conhecida como Agenda 2030 que, em dezessete etapas, com a UNESCO em cooperação, visa diminuir as desigualdades e promover maior inclusão entre as comunidades da Terra. Sem desvincular a educação como motor fundamental para alcançar as metas, buscase, assim, uma conscientização dos problemas maiores e presentes na atual sociedade.

Apesar de apresentarem soluções para os grandes conflitos da humanidade, alguns pontos apresentam contradições pelos próprios Estados-membros, tanto na ONU, quanto na própria UNESCO. Os casos de preservações ambientais confrontam as potências capitalistas na atualidade, que ainda continuam as produções em massas, as quais resultam em poluição e extinções. Conflitos armados promoveram – e promovem – a destruição dos espaços culturais de comunidades tradicionais, como o caso da invasão dos Estados Unidos ao Iraque. Alguns exemplos das contradições presentes às minorias sociais, étnicas ou de gênero, que são as principais vítimas históricas, e que levou a própria UNESCO a atuar por meio das tecnologias digitais contemporâneas com campanhas de conscientização para alcançar públicos específicos.

A Organização também tem desenvolvido um conjunto abrangente de instrumentos internacionais para proteger o patrimônio cultural e reunir apoio internacional para essa causa. Um dos exemplos mais recentes é o lançamento de uma campanha mundial nas redes sociais, #unite4heritage, dedicada principalmente a jovens homens e mulheres, contra a retórica do extremismo violento e a propaganda do ódio (UNESCO, 2015. p. 200).

Apesar de, historicamente, ser um ambiente de disputas e relações de poderes, essas ações políticas de conscientização, no contemporâneo, a respeito da preservação dos patrimônios evidenciam a atenção da UNESCO às relações da sociedade com as tecnologias digitais. Portanto, como característica de propagação de suas ideias, os meios de comunicação foram tecnologias fundamentais, independente das décadas. Outras ações simbólicas são projetos sociais em localidades vulneráveis, que dão suporte à educação, ao trabalho e

preservações ambientais e patrimoniais, exemplos o Mondiacult²¹, de 1982, o Projeto A Rota de Escravo²², de 1994 e o Programa Internacional de Ciências Básicas²³, por volta de 2005. Destaca-se o Mondiacult, cuja nova edição ocorreu no ano de 2022²⁴. Ao reconhecer a diversidade cultural e estabelecê-la como fator primordial para o desenvolvimento sustentável a nível global, o programa tem, por meio de fóruns, o objetivo de promover discussões de temas de grande relevância à humanidade. Entre os temas apresentados recentemente, o fórum “A economia da cultura: desafios e oportunidades da transformação digital”, promovido pelo Centro Regional de Fomento do Livro na América Latina e Caribe, oportunizou discussões no âmbito da cultura digital no contemporâneo (UNESCO, 2022).

Ao apresentar alguns dos projetos promovidos pela UNESCO, é importante destacar que todos eles são construídos por meio da cooperação dos Estados-membros e as comunidades científicas, e que os resultados correspondem, na maioria das situações, a saldos positivos, principalmente no campo patrimonial. Ao focalizar nas ações patrimoniais, historicamente, a UNESCO, por meio do Comitê do Patrimônio Mundial, costurou relações importantíssimas para auxiliar e desenvolver o conhecimento à respeito dos bens culturais, como a União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais – ICRROM, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (VIDAL e FONTOURA 2018). No Brasil, dois exemplos são o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos).

Tais relações institucionais avançaram em compreensões, manutenção e preservação acerca dos bens culturais. Em âmbito nacional, uma das referências é a reputada “Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”, de 2005, que faz considerações e orientações acerca dos arquivos em tecnologias

²¹ Através da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais que batiza nome do projeto, se discutiu a noção sobre cultura e a valorização das diversas expressões artísticas como bens culturais.

²² Projeto criado em Benin, com objetivo de conscientizar acerca da escravidão no passado e no tempo presente como crime contra a humanidade.

²³ Projeto com a missão de fortalecer as ciências básicas por meio da cooperação entre os Estados-membros.

²⁴ Para ter maiores informações sobre o projeto e seus programas, acessar: <https://mondiacult2022.cultura.gob.mx/#programa>.

digitais contemporâneas e os riscos das perdas ocasionadas pelo próprio desenvolvimento tecnológico. A presença das tecnologias digitais nos patrimônios culturais já é uma característica do contemporâneo, sendo a própria UNESCO desenvolvedora de projetos de salvaguarda patrimonial no contexto da pandemia da COVID-19, por meio de visitas a museus através das tecnologias digitais. “A UNESCO está incentivando os locais do Patrimônio Mundial e plataformas da UNESCO, como as Jornadas Europeias do Patrimônio Mundial, a oferecerem meios para as pessoas explorarem o Patrimônio Mundial em suas casas”. (CHRISTOFOLETTI, 2020. p. 4).

O acesso às tecnologias digitais com fins de preservação e exposição dos patrimônios culturais abre caminho de interesse para outros setores da sociedade buscarem o reconhecimento internacional via UNESCO. Entre todas as potencialidades características das tecnologias digitais contemporâneas, a sua conectividade com a internet trouxe transformações significativas para os patrimônios mundiais. Assim, o patrimônio atinge patamares mais elevados nas relações internacionais no contemporâneo, como Christofolletti nos demonstra, ao exemplificar que os bens culturais estiveram em estado de vulnerabilidade e, através das tecnologias digitais contemporâneas, se trouxe o debate para as preservações a nível internacional, de forma imediata.

O primeiro diz respeito à incorporação crescente do patrimônio cultural em outras áreas do discurso internacional. O patrimônio cultural passou a ter maior visibilidade e participação relevante, muito por força da ação das redes sociais e dos media, havendo como consequência um avanço na presença de organismos de valorização nas mesas de negociação das políticas internacionais como jamais visto antes. O segundo se refere ao crescente poder econômico e político que países detentores de agendas preservacionistas desfrutam no cenário internacional. (2020. p. 5).

Como visto, a publicização das imagens e/ou vídeos dos objetos históricos considerados patrimônios culturais nas plataformas digitais promove uma circulação mais dinâmica de informações a respeito do bem cultural. Essa articulação de exposição e circulação reflete em uma possível identificação do usuário com tais bens. Assim, o fruto dessa relação entre bens culturais e as tecnologias do tempo presente trazem transformações significativas não só nas relações sociais, mas também no âmbito das relações internacionais em níveis políticos, econômicos e culturais. Principalmente, ao analisarmos as tecnologias

por uma visão reduzida à recursos, limitaremos suas funções a uma compreensão equivocada do século XIX e XX. Compreensão essa enraizada, a qual Andrew Feenberg conceitua como instrumentalista, e que reforça uma noção de neutralidade e sem qualquer sistema de valor (FEENBERG, 2003).

A problematização acerca dessa interpretação, como apontada por Andrew Feenberg, traz à luz as discussões acerca das tecnologias digitais no contemporâneo. As tecnologias digitais contemporâneas que, por determinados atores, foi colocada em um patamar de deslumbre máximo nos primórdios, os quais compreendiam que elas seriam as promotoras de uma qualificação incalculável na vida dos indivíduos e da sociedade, como é o caso da internet a partir dos anos 2000 (CASTELLS, 2003). Esta propagação, de que esses artefatos digitais são considerados maravilhas que facilitam nossas vidas, refletiu na sociedade, no entendimento de que esses itens são indispensáveis para os nossos cotidianos. Essa compreensão foi sendo paulatinamente empregada no início dos anos 2000, através do estímulo de uma sociedade de consumo, que resultaria na aquisição cada vez maior das tecnologias digitais do tempo presente. Essa perspectiva é apresentada por Pereira (2009), que ao analisar o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1992, traz a seguinte conclusão:

A idealização do poder da tecnologia que dava suporte a essa visão projetava um cenário irreal em que todos ganhariam com o crescimento econômico e a redução da pobreza, desde que os governos adotassem políticas liberalizantes, uma vez que somente o livre mercado poderia fazer a atividade econômica crescer com eficiência máxima no uso dos recursos. (PEREIRA, 2009. p. 214).

Tais apontamentos reafirmam como os projetos neoliberais, a partir dos anos de 1990, promoveram uma política consumista. Ao atentarmos sobre as tecnologias digitais contemporâneas e as regiões onde elas estão localizadas, nota-se que as principais estão distribuídas nos Estados Unidos e na Europa, que datam suas produções desde as décadas de 1960. Além desses, vale destacar o Japão e a Coreia do Sul que, a partir da década de 1990, ganharam espaços significativos. Porém, o Japão só obteve esse desenvolvimento mediante a atuação dos Estados Unidos, o que reflete o poder de influência na esfera política e econômica em plena Guerra Fria. Conforme informação apresentada por Burke e Briggs, "A entrada japonesa no campo da pesquisa de computadores não foi

tardia segundo os padrões mundiais", havendo "muita dependência da cooperação de fabricantes norte-americanos, principalmente a IBM." (2006. p. 277). Atualmente, apresentando uma competição às desenvolvedoras mais antigas, empresas chinesas vêm ganhando mais espaço no mercado de consumidores. Como nos últimos tempos cada vez mais se evidencia a presença de tais tecnologias digitais em nossos meios, não se pode dissociar esses objetos contemporâneos das empresas responsáveis. Assim, como causa e consequência, é através desses produtos que os interesses políticos e econômicos estabelecem ordens à sociedade.

As coisas que denominamos de "tecnologias" são modos de construir ordem em nosso mundo. Muitos equipamentos e sistemas técnicos importantes na vida cotidiana contêm possibilidades de ordenar a atividade humana de muitas maneiras diferentes. Consciente ou inconscientemente, deliberada ou inadvertidamente, sociedades escolhem estruturas para tecnologias as quais influenciam de forma duradoura como as pessoas trabalham, comunicam, viajam, consomem e assim por diante (WINNER, 2017. p. 206).

Nessa perspectiva, vai ao encontro do interesse econômico de tais empresas das tecnologias digitais, a participação nas relações internacionais através do debate sobre os patrimônios e os bens culturais digitais no contemporâneo. É evidente a comercialização dos seus produtos por meio do incentivo e promoção das tecnologias e culturas digitais. Essa relação entre tecnologias digitais e os patrimônios mundiais têm, cada vez mais, o vínculo estreitado devido às características de suas potencialidades estarem como meios de preservação, de pesquisa, manutenção e exposição dos bens culturais, fatos que já são reconhecidos por instituições patrimoniais, em especial a UNESCO.

As tecnologias digitais contemporâneas apresentam produções culturais próprias do seu meio - objetos culturais que estão apenas no ciberespaço, o que referenciamos de bens culturais no meio digital. O destaque a ser mencionado sobre esses objetos é devido aos seus progressivos *softwares* instalados em computadores ou celulares, que manifestam, assim, mais utilidades e qualidades nas produções visuais e sonoras. Ao estarem como produtos comercializados, essas tecnologias digitais se fazem presentes aos *designers*, *gamers*, programadores, ativistas políticos, artistas visuais, entre outros usuários, que se apropriam do ciberespaço para expor e promover seus bens culturais e formar

grupos via rede. Presentes também no mercado de trabalho, essas tecnologias digitais promovem transformações nas relações de ofícios, tanto de maneira positiva, quanto negativa. Pertencente à área da educação ou da pesquisa histórica, tais tecnologias digitais também apresentam desafios aos historiadores, seja na pesquisa, análise documental ou nos estudos sobre os bens culturais digitais. Pois, como já compreendido, a grande velocidade com que tais informações circulam no ciberespaço traz o problema de identificação de valor histórico, autenticidade e originalidade dos objetos digitais.

O crescente consumo e acesso às tecnologias digitais está associado a uma nova ordem econômica que resulta da queda da União Soviética e consolidação hegemônica dos Estados Unidos. Questões pertinentes e contemporâneas acerca das produções culturais digitais ascendem como temas pertinentes à atual sociedade. Visto que os patrimônios digitais são objetos característicos do tempo presente, suas produções são oriundas das digitalizações ou próprias dos meios digitais via *softwares*. Os patrimônios suscitam discussões sobre a relação das tecnologias digitais contemporâneas com bens culturais materiais e imateriais, em especial na UNESCO.

2. A UNESCO E O PATRIMÔNIO DIGITAL

Neste capítulo, abordo noções de patrimônio construídas ao longo dos anos no âmbito da UNESCO. Tais definições foram influenciadas pelas relações políticas internacionais e, conseqüentemente, articuladas no meio de suas Convenções, nas quais suas designações sobre os patrimônios atingiram o patamar universal. Sendo assim, discorro a respeito da jornada da UNESCO no desenvolvimento de tipos patrimoniais: seus projetos, suas definições, conflitos e contradições acerca dos patrimônios culturais mundiais - particularmente, o patrimônio cultural digital.

Em avanço, sobre os reconhecimentos dos bens culturais, na segunda parte, apresento como o conceito de patrimônio digital foi construído historicamente no âmbito da UNESCO, por meio das Convenções e Cartas da Organização. Como referência inicial, discuto a “Carta para a Salvaguarda do Patrimônio Digital”, de 2003, que buscou oficializar a compreensão sobre o que seria o patrimônio digital. Por mais que tal documento tenha sido elaborado pelo

Secretariado de 2002, resultou, por fim, em uma referência conceitual de patrimônio digital que influenciou instituições que atuam em torno deste tipo de bem cultural.

Para além disso, apresento algumas motivações pelas quais as estratégias da UNESCO se apropriaram das tecnologias digitais como recursos de patrimônio, em especial o imaterial. Dessa apropriação, emergiram conflitos acerca do patrimônio digital.

Por fim, confrontando as definições emitidas pelas UNESCO, apresento como a ascensão dos objetos culturais digitais, próprio do ciberespaço, vão além do conhecimento apresentado pela UNESCO em suas Cartas e Convenções. Para dar maior embasamento às interpretações, contextualizo historicamente, através de conceitos desenvolvidos por intelectuais que pesquisam e contribuem para o debate sobre a cultura digital e suas relações com a sociedade.

2.1 Patrimônio Digital na UNESCO: Análise das cartas para definição, recomendações e salvaguarda de bens culturais digitais

Como já reconhecido nos tópicos anteriores, as noções sobre os patrimônios ao longo dos anos não foram definições permanentes. O ciclo do patrimônio não se encerra quando um bem cultural alcançar o status de mundial; muito pelo contrário, a sua vivência ganha mais fôlego, pois é através das Convenções organizadas pela UNESCO e dos órgãos que atuam conjuntamente e, constantemente, produzem documentos que definem – e definirão – as maneiras de preservar, manusear e expor o bem cultural que foi reconhecido internacionalmente. Esses documentos são de grande relevância, de modo que são referências internacionais para demais instituições patrimoniais. Portanto, reduzir tais Cartas a uma ação simplista de imposição, é negligenciar o histórico que está por trás, sendo ele de interesses políticos dos Estados-membros ou dos avanços científicos de intelectuais que cooperaram – e cooperam – para os desenvolvimentos sobre os patrimônios.

Notoriamente, em seus documentos oficiais que expedem práticas a respeito dos patrimônios, termos como *preservar* e *bens em riscos* são observações que, geralmente, estão presentes em suas Cartas. A devida preocupação não se limita ao receio dos conflitos militares por destruírem os bens

culturais, mas abrange também as consequências de políticas e economias que podem levar a perdas ou extinções culturais, educacionais e naturais. Devido a tais observações, nota-se a urgência de indicativos aos Estados-membros no contemporâneo para lidar com seus patrimônios e, possivelmente, preservá-los. Com a Era Digital (Santaella, 2003), no início dos anos 2000, é constatada uma mudança nas relações da atual sociedade e as tecnologias contemporâneas. É, também, notória a grande proximidade entre as tecnologias digitais e a nossa sociedade durante o período pandêmico, visto que essa sensibilidade é presente em trabalhos recentes sobre o patrimônio digital, como aborda a pesquisadora Maria Elena Marcos, ao compartilhar a sua experiência durante a construção da dissertação:

“Acredito que a pandemia acelerou o processo da transformação digital, da forma como lidamos com a tecnologia e fará com que nós, pesquisadores do patrimônio, tenhamos novos dilemas em relação ao digital. Seria pretensão querer finalizar um debate que ainda está começando.” (2022. p. 71).

Ao mesmo tempo que são notórias transformações na sociedade, é perceptível um novo comportamento e postura por parte da UNESCO, ao analisar, no contemporâneo, o tom das Cartas promulgadas. Os conteúdos, na atualidade, visam muito mais um sentido de orientações do que definições sobre os patrimônios. Outro ponto que se ressalta neste atual momento, é o fato de que a última convenção que resultou em uma significativa transformação à compreensão sobre os patrimônios foi a Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003. Seguindo nesse caminho de cuidado e proteção, a Convenção de 2003 reconhece as manifestações e expressões culturais, apesar do tema não ser inédito e termos registros dessa discussão em 1989. Pela perspectiva da UNESCO, o patrimônio imaterial ²⁵é definido como a representação, manifestação e os conhecimentos culturais de grupos, comunidades e/ou indivíduos. E, por ela, manifestam-se através de:

2. O “património cultural imaterial” tal como é definido no parágrafo I supra, manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios: (a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial; (b) artes do espectáculo; (c) práticas sociais, rituais e actos festivos; (d) conhecimentos e usos

²⁵ Um debate mais profundo a respeito do Patrimônio Imaterial está presente nos autores Maria Cecília Londres Fonseca (2003), Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2012) e Márcia Chuva (2012 e 2020).

relacionados com a natureza e o universo; (e) técnicas artesanais tradicionais.

Ao valorizar o saber-fazer, há uma virada significativa na compreensão e complexidades que permeiam os patrimônios culturais. Situação semelhante a essa somente havia ocorrido em 1972, com a amplitude do reconhecimento de bens culturais a nível mundial. Tensões e disputas se fizeram presentes, como característico no âmbito da UNESCO, para a construção da noção de patrimônio no que se refere ao imaterial. Inquietações essas dadas em razão de que, em épocas anteriores, intelectuais já apontavam a existência do bem cultural intangível. Em meio a essas divergências dos Estados-membros, que aparece, na 25ª Convenção da UNESCO, em 1989, a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular e, na Carta de Nara, de 1994, a UNESCO toma a frente para se consolidar como uma instituição reguladora, como destaca a historiadora Marcia Chuva:

“A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial é, portanto, resultado dessas tensões e revisões e consagrou, definitivamente, o protagonismo da Unesco como cabeça de um sistema internacional que tem na categoria patrimônio seu núcleo agregador, seu coração. (2020. p. 28).

Por tal ação da UNESCO, entendemos a postura de apropriação dos debates acerca dos tipos de patrimônios, para preservar a herança hegemônica de autoridade no que diz respeito a ciência, a educação e, principalmente, a cultura. Entretanto, apesar dessa apropriação, esse dilatamento de compreensão permitiu que pesquisadores da arquivologia, folcloristas, antropólogos e demais intelectuais envolvidos com os patrimônios, enriquecessem significativamente os debates sobre reconhecimento e salvaguarda. Ao se levantar as discussões sobre quais objetos culturais seriam passíveis ao reconhecimento mundial de patrimônio material, os problemas se estendem à preservação e exposição dos bens culturais imateriais. Reflexões essas, contemporâneas, pois os riscos de perdas seriam mais severos comparados à patrimônios materiais. Portanto, a UNESCO concentrou forças para, além de reconhecer internacionalmente o patrimônio imaterial, como também reconhecer a necessidade de proteger esse bem cultural, para mantê-lo vivo e, os responsáveis por ele, ativos. Como resultado dessa empreitada, o desenvolvimento científico e técnico tanto para os pesquisadores, quanto para os grupos beneficiários, é significativo.

A comunidade internacional reconheceu a necessidade de conscientização sobre as manifestações e expressões culturais que, até então, não tinham um plano de ação legal ou programático de proteção. A Convenção de 2003 salvaguarda os usos, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2015. p. 175).

Em demonstração de medidas imediatas, o Conselho Intragovernamental de Informação organizou o que seria uma estratégia de salvaguarda para os patrimônios imateriais: a Carta para a Salvaguarda do Patrimônio Digital, de 2003. Apesar da discussão ser registrada no *Unesco Archives*, em várias sessões, durante o ano de 2002, ela foi reconhecida em 2003; como consequência, passou a valer como documento geral de atribuições para o que é o patrimônio digital. Analisando as recomendações, a UNESCO, então, reconheceu o patrimônio digital como:

” Os materiais digitais incluem textos, bancos de dados, imagens fixas e em movimento, áudio, gráficos, software e páginas da web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles são freqüentemente efêmeros e requerem retenção, produção, manutenção e gerenciamento intencionais.” (2003. p. 1).

De uma maneira ampla, o patrimônio digital, a partir de 2003, pode ser considerado, por meio da oficialidade documental da UNESCO, como qualquer objeto no ciberespaço. Porém, apesar dessa compreensão paradoxal, que ora apresenta quais são os elementos que compõem o patrimônio digital, e que ora parecem ser entendimentos limitados, intelectuais do campo patrimonial aprofundaram os conhecimentos acerca desse problema. Nessa ânsia de compreender o que é e quais são os bens que compõem esse patrimônio, Vera Dodebei, pioneira no âmbito nacional, traz a luz, já em 2003, um entendimento sobre o patrimônio digital mais complexo em relação a UNESCO:

O conceito em uso de patrimônio digital tangencia a idéia de patrimônio virtual, quer dizer, o patrimônio intangível ou imaterial circulando na web[xxxii], em contraposição ao conceito de patrimônio edificado, de “pedra e cal”. O patrimônio intangível, assim como qualquer categoria que toma o patrimônio como seu substantivo, é formado pela escolha, decisão ou determinação daquilo que, em detrimento de outras possibilidades, passará a representar para um grupo fragmentos de sua memória.

A complexidade dessa definição só aumentou ao longo dos anos. Isso se deve não só ao desenvolvimento das tecnologias digitais, mas também ao

reconhecimento de grupos que só existem nesse meio. Como destaca em suas análises sobre o ciberespaço, Ramires discorre sobre os bens culturais que só existem nesse ambiente:

“O patrimônio nascido digitalmente, conta com uma gama variada de informações em forma de texto, imagens, sons, captados por meio de máquinas fotográficas, tablets, aparelhos celulares e de tudo que está disponível na internet. Esse tipo de patrimônio não possui rastros físicos, sendo compostos por códigos binários, bits e bytes.” (2019. p. 32).

Contudo, a interpretação mais completa que nos foi apresentada, em meio a tamanha profundidade que é o patrimônio digital, é as definições apresentadas e debatidas por Maria Elena Marcos, que organizam o entendimento acerca do patrimônio digital em duas frentes, o material e o imaterial:

A primeira questão é referente ao patrimônio digital material, ou patrimônio documental digital, que é, basicamente, a digitalização de acervos físicos para fins de preservação e acesso ou a criação de acervos documentais nascidos em formato digital. (2020. p. 64-65).

Assim, no caso da Demoscene, o patrimônio digital imaterial pode ser caracterizado como práticas de comunidades de codificação de softwares, de criação colaborativa de vídeos ou jogos de videogames. Grupos de pessoas que se unem com um objetivo digital comum, com práticas comuns e com a transmissão desses conhecimentos digitais de geração em geração, sem um local físico pré-determinado, mas sim na e em rede.” (2020. p. 65).

As compreensões apresentadas pelos pesquisadores servem de norte diante das discussões sobre as declarações da UNESCO, pois nota-se que tais referências se desdobram das relações sociais que permeiam o ciberespaço e formam o patrimônio digital. O reflexo dessa postura resulta em uma produção significativa de documentos de recomendações e manuais práticos que relacionam patrimônio ao digital. Sem se ausentar das noções de patrimônios construídas historicamente em suas convenções, a UNESCO, na atualidade, descentraliza a ação de execução, através das parcerias com instituições patrimoniais regionais. Essa postura enriquece o debate sobre os patrimônios culturais, permitindo que ascendam candidaturas ou noções definidoras, além das tradicionais reconhecidas no seu âmbito institucional. Entretanto, as relações entre tecnologias digitais contemporâneas e suas potenciais produções, é fundamental para o debate e estudos no tempo presente. Rodrigo Christofolletti, ao analisar as relações internacionais em período pós-pandêmico, faz

considerações de grande relevância sobre os frutos da imersão das tecnologias digitais e a gestão dos patrimônios.

Diante de um cenário interconectado pela veiculação de informação (não raras vezes, na chave da inverdade), essa temática se apresenta como um dos domínios a ser debatido, pois tem atuado na compreensão de elementos variados, funcionando como embaixadores de novas demandas mundiais. O tema é não só atual, como de discussão urgente. (CHRISTOFOLETTI, 2020. p. 4).

Não que a UNESCO possua esse poder de definição ou a determinação permanente sobre o que é ou não patrimônio; entretanto, não se pode negar todo seu histórico, desenvolvimento, compreensão e, principalmente, o peso de valorização de um bem cultural sendo certificado por ela, principalmente pela inclusão na Lista Mundial. “A corrida para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial tem uma explicação: estar na lista significa contar com status internacional, prestígio e reconhecimento que é fundamental para o marketing do turismo. (SCIFONI, 2003).” Esse prestígio acirrou ainda mais as candidaturas, como também a diversidade de bens culturais que almejam o reconhecimento internacional. Tomando, assim, a produção do patrimônio para fins comerciais, a UNESCO é reconhecida como um selo de qualidade, assemelhando-a a uma marca, que, nas duras críticas de Santamarina e Dél Marmol, deslocam as noções originais:

O selo Unesco, como assinatura distintiva do produto patrimonial, rapidamente adquiriu um valor extraordinário, deslocando a sua concepção original como mecanismo de conservação. Na verdade, a marca deslocou a herança, em pelo menos dois sentidos. Por um lado, já não era o bem que tinha que ser único para a sua ativação, seguindo a lógica da escassez (Cruces 1998), mas também a marca tinha que ser única como um selo que se diferenciava da concorrência. Por outro lado, o binómio património/identidade foi substituído por marca/identidade, o importante era oferecer uma experiência única e imagem significativa agregando estímulo ao seu consumo. (2020. p. 164).

Diante dos fatos de sua responsabilidade e referência, a UNESCO demonstra estar à frente do assunto sobre patrimônio digital no contexto internacional. Através das Cartas, que são frutos das pesquisas e estudos, são definidas as recomendações e orientações acerca dos patrimônios. Nesse caso, sobre o patrimônio digital, os documentos analisados são: Carta de Salvaguarda do Patrimônio Digital de 2003, Carta para a Preservação do Patrimônio

Arquivístico Digital de 2005, *Recommendation Concerning the Promotion and use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace* de 2003, a Declaração UNESCO/UBC Vancouver A Memória do Mundo na Era Digital: Digitalização e Preservação de 2012 e *The UNESCO/PERSIST guidelines for the selection of digital heritage for long-term preservation* de 2016.

Nos documentos supracitados, a UNESCO aproximou o bem cultural digital ao patrimônio imaterial. Essa relação entre os tipos de patrimônios fora uma estratégia de salvaguardar em meio à emergência do reconhecimento da imaterialidade. Ao ampliar a noção patrimonial, a UNESCO, visando a seguridade de objetos históricos, reconhece os riscos de perdas totais ou parciais, que são causadas por destruições, obsolescências, desaparecimento, atividades ilegais, má gestão, entre outras situações que poderiam prejudicar ou invisibilizar o conhecimento que tais patrimônios possuem. Em meio a essa urgência, a UNESCO estimula desenvolver o processo de transferência dos bens culturais para o ciberespaço, entendidos como digitalização. Esse método, a digitalização, tem expandido significativamente o número de objetos culturais digitais, sendo produzidos por coletivos, indivíduos ou instituições:

Com a expansão do acesso à internet e, conseqüentemente, o aumento de sítios eletrônicos e repositórios com múltiplos objetivos, fazem-se presentes bibliotecas e museus através da digitalização dos seus acervos físicos e de acervos nascidos digitais, sendo seus materiais disponibilizados em rede¹⁷, permitindo que pessoas de qualquer parte do mundo possam acessá-los. (MARCOS, 2022. p. 45).

Conforme o acesso à internet cresce, conseqüentemente, o número de objetos culturais digitais aumentará. Também são formados vínculos entre os usuários, para que esses bens existam por meio da criação e interação. Sendo assim, através do incentivo à proteção dos bens culturais por meio das tecnologias digitais, vem à luz a cibercultura. Ascende, assim, o debate acerca das produções culturais que são próprias dos meios digitais, ou seja, objetos culturais desenvolvidos através de *softwares*. Ao reconhecer as especificidades sobre as tecnologias digitais, a UNESCO desenvolveu uma jornada de pesquisas e estudos para a compreensão do patrimônio digital. Como de conhecimento público, a UNESCO vem trabalhando em prol da cultura digital e de sua preservação, com ações que vão além dos manuais de salvaguarda. Em destaque, há projetos que

incentivam às preservações documentais através das tecnologias digitais, como o projeto Memória do Mundo e o projeto educativo Programa Virtual de Formação em Políticas Digitais em Educação, que debate, acerca do ambiente digital, questões de políticas públicas de planejamento para gênero, educação, imigração e economia. Iniciativas essas que, assim, caracterizam o digital como uma forte presença em várias ações em nosso cotidiano.

Tais projetos decorrem das iniciativas da UNESCO do início dos anos 2000 que, em 2003, emitiu a Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital, como resultado da 32ª Conferência Geral da UNESCO. Considerado o documento primordial acerca do patrimônio digital, a jornada para a construção dessa Carta sobre o patrimônio digital remete às discussões que antecederam a Conferência de 2003.

Estes debates eram sobre o acesso às informações como uma das estratégias para a diminuição das desigualdades, através do acesso ao ciberespaço²⁶. Essas considerações estão presentes no documento de recomendação *Recommendation on the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace*, de dezembro de 2003, que tem como fruto de pesquisas e estudos os desdobramentos da 30ª e 31ª Conferência da UNESCO.

Partido da 30ª Conferência Geral, realizada no ano de 1999, o preâmbulo *“Report by the Director-General on the Consultation Process and the Revised Draft Recommendation on the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace”*, de abril de 2003, destaca como essa Conferência registra o estabelecimento à UNESCO da responsabilidade de mediação universal para a promoção do acesso às informações de domínio público via rede:

Em sua 30ª sessão, a Conferência Geral reiterou “sua convicção de que a UNESCO deveria desempenhar um papel internacional de destaque na promoção do acesso à informação de domínio público, especialmente incentivando o multilinguismo e a diversidade cultural nas redes globais de informação” e convidou o Diretor-Geral a submeter “um projeto de recomendação sobre a promoção e uso de multilinguismo e acesso universal ao ciberespaço” (30 C/Resolução 37) (UNESCO, 2003. p. 1. Minha tradução).

²⁶ Por ciberespaço, a UNESCO compreende como, “Ciberespaço é o mundo virtual para a comunicação digital ou eletrônica, associados à infraestrutura de informação global” (2003b).

Foi através dessa determinação que seria desenvolvida uma série de pesquisas, estudos e debates com organizações não governamentais, Estados-membros e especialistas com objetivo de compreender o ciberespaço e promover políticas públicas relacionadas ao acesso e preservação de bens culturais no ciberespaço (UNESCO, 2003^a). Essas discussões também se fariam presentes na Conferência seguinte, a 31^a Conferência Geral da UNESCO. Destaca-se ao, de fato, apresentar maior profundidade na compreensão dos temas pertinentes ao ciberespaço e ao estabelecer considerações da necessidade de continuidade aos estudos, pesquisas e desenvolvimento de projetos ligados à internet. Ao concluir a Carta “*Recommendation on the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace*”, no final do ano de 2003, dentro de várias recomendações em relação aos bens culturais, o acesso à internet e o ciberespaço passam a ser temas centrais de debate, por serem característicos do contemporâneo (UNESCO, 2003b). Mesmo que a UNESCO tenha iniciado o movimento de compreensão sobre o ciberespaço em 2003, notamos que não ocorreu um avanço, de fato. Isso pode ser registrado através da dissertação de Maria Elena Marcos que, ao pesquisar sobre a cultura *Demoscene* e seu processo de patrimonialização, enfatizou que o ciberespaço é um local de formação das comunidades, mas que esse reconhecimento sobre essas comunidades não aparece na Convenção de 2003. Porém, o reconhecimento da cultura *Demoscene* como patrimônio imaterial abriu caminho para que outras comunidades do ciberespaço buscassem sua chancela:

De acordo com os estudos realizados, ficou claro que o objetivo da mobilização da *Demoscene* em busca do seu reconhecimento como patrimônio cultural foi alcançado. A comunidade ressalta que todas as informações e os documentos sobre sua trajetória patrimonial foram disponibilizados de forma pública e voluntária, com objetivo de auxiliar outras comunidades digitais a trilharem o mesmo caminho. (2022. p. 72).

Para avançar em temas pertinentes ao ciberespaço, projetos para acesso a conteúdos públicos e canais de exposições culturais foram desenvolvidos pela UNESCO, e assim é registrado no Relatório a necessidade de revisar e dar maior aprimoramento acerca das propriedades intelectuais (UNESCO, 2003^a). A questão sobre propriedade intelectual estaria relacionada ao volume significativo de conteúdos no ciberespaço, visto que a internet passaria, a partir dos anos 2000, a um constante tráfego de informações (BRIGGS e BURKE, 2006. p. 328).

Outra questão que a UNESCO ressaltou, na recomendação de 2003, seria o obstáculo da comunicação no ciberespaço. Desse modo, seria de competência dos Estados-membros promover ações que superassem as barreiras linguísticas (UNESCO, 2003b). Essa consideração teria como finalidade empoderar o ciberespaço para a promoção de bens culturais de diversos grupos, conectando-os via rede. Portanto, pela perspectiva da UNESCO, o ciberespaço viria a ser um espaço de grande intercâmbio cultural. Por esse estímulo, a UNESCO reconhece o volume de produções culturais digitais e o potencial perigo de desaparecimento desses bens culturais (UNESCO, 2003b).

Para estas questões de seleção e preservação dos bens culturais digitais, as discussões avançariam para uma pesquisa específica nesse campo. Portanto, reunidos em abril de 2003, o Conselho Executivo da UNESCO e o Conselho Intragovernamental do Programa de Informação para Todos seriam incumbidos da responsabilidade de apresentar propostas sobre os possíveis patrimônios digitais. São desenvolvidas pesquisas acerca das tecnologias digitais contemporâneas, suas potencialidades e seus bens culturais. O resultado desse laborioso processo seria a Carta de Salvaguarda do Patrimônio Digital de 2003, que foi anexada à 32ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em 2003.

A Carta referenciada atenta à emergência do desenvolvimento tecnológico digital e suas relações sociais e que, assim, define o que é o objeto digital: “Os materiais digitais incluem textos, bancos de dados, imagens fixas e em movimento, áudio, gráficos, software e páginas da web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos” (UNESCO, 2003. P. 1). A presente definição implica em pontos conflitantes pois, de certo modo, ao reconhecer a diversidade do objeto digital, abre, assim, precedentes para considerações a qualquer arquivo no meio digital como, possivelmente, um patrimônio digital. Nesse ponto, o debate é cauteloso e requer observações minuciosas da Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital às suas particularidades devido à própria UNESCO assumir a responsabilidade maior sobre a discussão do patrimônio digital. Com o objetivo de ser referência de estudos, orientações e considerações para a preservação patrimonial, a UNESCO reconhece que, para avançar no entendimento sobre o patrimônio digital, necessita-se um diálogo além da institucionalidade. Sendo

assim, estabelece, através de uma cooperação com várias instituições, a organização para a salvaguarda dos objetos culturais digitais:

servir como ponto de referência e fórum onde os Estados Membros, organizações não-governamentais intergovernamentais e internacionais, sociedade civil e setor privado podem se unir na elaboração de objetivos, políticas e projetos em prol da preservação do patrimônio digital; (UNESCO, 2003. P. 3).

O posicionamento da UNESCO em dialogar com várias instituições ao debate sobre o patrimônio digital vai além dos Estados Membros, devido ao fato de que a maior parte das tecnologias digitais são produzidas por empresas privadas que visam o mercado. Por conduzir a discussão sobre a preservação dos bens culturais por meio da utilização das tecnologias digitais, a UNESCO negligencia compreender o contexto de criação e produção dessas tecnologias ao meramente colocá-las como recursos a serviço da humanidade. Como expõe Langdon Winner, essas máquinas estão além de um recurso:

O que está em questão é a afirmação de que as máquinas, as estruturas e os sistemas da cultura material moderna podem ser apreciados com precisão não apenas por suas contribuições em termos de eficiência e produtividade, bem como seus efeitos ambientais secundários negativos ou positivos, mas também pelas maneiras nas quais eles podem incorporar formas específicas de poder e autoridade. (1986. p. 195. Tradução de Ferreira e Abrahão).

A chave dessa questão é reconhecer que as tecnologias não são neutras e, por consequência, com as relações sociais, possuem finalidades políticas (WINNER, 1986). Tomar conhecimento acerca desse posicionamento é de extrema importância para com o patrimônio digital, pois, por mais que, nesse projeto, apresente-se a diversidade dos bens culturais que são produzidos pela sociedade, não se pode excluir desse debate as empresas que comercializam o objeto primordial para a existência desse bem cultural. Os aparelhos celulares, os computadores, processadores, os *hardwares* e *softwares* são produtos oriundos de empresas privadas, mesmo que alguns dos objetos citados possuam investimento público em pesquisas para o seu desenvolvimento. A própria internet, que em suas primeiras navegações ao público despertava uma euforia, foi apropriada pelos empresários de tal maneira a pôr fim na utopia dos seus criadores:

Todavia, a utopia da sociedade em rede tornou-se uma realidade, mas não exatamente como os ideais tecno-libertários julgavam ser possível. Em parte, isto ocorreu porque o mundo económico-empresarial se apropriou desta, submetendo-a às regras do mercado e da produção capitalista, ou seja, subvertendo o ideal comunitário de partilha e de colaboração numa base não lucrativa. (FERNANDES, 2013. p. 283-284).

Compreendemos, assim, que a Internet, vinculada ao capital e globalização, pode ser um mecanismo de conexões, troca e produções de informações; mas, isso somente é possível se, de fato, o usuário possuir as tecnologias adequadas. Portanto, essa desigualdade de acesso faz com que o ciberespaço seja um ambiente contraditório. Nessa análise, mesmo que a globalização capitalista produza novas tecnologias digitais e/ou novos aparelhos tecnológicos que sejam conectados à internet, ainda irão imperar uma desigualdade. Disparidade essa seja pela aquisição de tecnologias obsoletas ou antigas, ou sem acesso e, quando possível, lenta e restrita a determinados locais.

É através desse espaço contraditório, o ciberespaço, que a UNESCO toma a iniciativa da discussão sobre o património digital, reconhecendo a diversidade dos arquivos digitais e como vai além da preservação e manutenção dos objetos digitais, promovendo, assim, a possibilidade do acesso de determinados acervos aos expectadores que o obtiverem. Nesse sentido, explicita-se que “o objetivo de preservar o património digital é garantir que ele permaneça acessível ao público” (UNESCO, 2003c. p. 2). Com o empenho de estimular a preservação, reconhece-se como ação a visibilidade dos objetos históricos digitalizados que, por meio do acesso às plataformas digitais, o público possa valorizar bens culturais digitais de diversos grupos sociais. Mas, ao notar que a acessibilidade às tecnologias digitais ou o acesso à internet são limitados a determinados indivíduos ou grupos, a estratégia da UNESCO para ativação do património digital só reforçará ainda mais a hegemonia de países ricos em relação aos pobres. A professora Ligia Eugenia Cavalcante vai mais além ao discutir a acessibilidade do património digital, ao apontar que o problema não é só o acesso, mas também os atropelamentos por meio da universalização:

Para que ocorra uma possível universalização do património digital é preciso evitar o risco de pensar a cultura de forma globalizada ou uniforme, o que certamente poderia levar ao desaparecimento de pequenos patrimónios, de países pobres ou sem acesso à tecnologia, ou mesmo impossibilitados por razões

econômicas, ideologias religiosas ou políticas, que defendem ou pregam a exclusão tecnológica de seus mecanismos informacionais. Há, portanto, diferenças entre universalização do patrimônio digital, sob o ponto de vista do acesso, e a difusão de uma cultura globalizada, com ênfase em documentos e acervos disponíveis especificamente em línguas de grande difusão internacional, correndo o risco do desaparecimento da diversidade cultural tão característica da raça humana. (2007. p. 161).

Em âmbito institucional, há outro desafio em relação à percepção de ativar o patrimônio pela acessibilidade e assegurar a sua memória, que exige, por parte da própria UNESCO, a especialização a respeito dos objetos próprios do meio digital. Ao reconhecer a diversidade de objetos culturais nos meios digitais, a UNESCO, no que tange ao patrimônio digital, vai reforçando o uso das tecnologias digitais como meios de salvaguarda. Ao aprofundar a leitura, percebemos que é no campo da arquivística digital que o patrimônio digital floresce mais rapidamente. A discussão a respeito da arquivística digital tem como base o vasto material produzido pela UNESCO sobre os tipos de patrimônios que já são reconhecidos. Para respaldar a preocupação sobre preservação e manutenção de arquivos por meios digitais, manuais a respeito da arquivística vêm sendo publicados em parceria com instituições ligadas aos Estados Membros da ONU, juntamente com especialistas - como exemplo maior, Ray Edmondson²⁷. Ao reconhecer a existência de acervos que já foram digitalizados, emerge um alerta que visa a preservação desses arquivos, pois, como característica de nosso tempo, tecnologias digitais passam por constantes transformações, o que pode levar determinados acervos a serem perdidos pela obsolescência tecnológica

A herança digital do mundo corre o risco de se perder para a posteridade. Os fatores contribuintes incluem a rápida obsolescência do hardware e software que o traz à vida, incertezas sobre recursos, responsabilidade e métodos de manutenção e preservação e falta de legislação de suporte. (UNESCO, 2003c. p. 2).

A parceria da UNESCO com instituições internacionais visa ir além da exposição dos acervos e desenvolver uma relação com o preservar dos objetos

²⁷ Doutor Ray Edmondson é considerado um dos pioneiros acerca da arquivística audiovisual no mundo. Iniciando as atividades na área desde 1968, é ex-diretor adjunto e curador emérito do *National Films and Sound Archives de Cranberra*, na Austrália. Sua participação é de grande relevância no projeto Memória do Mundo desde 1996, onde é um dos responsáveis pelas diretrizes do programa. Atualmente, é considerado uma das maiores referências no âmbito da arquivística audiovisual digital. (UNESCO, 2017).

históricos, por meio da disponibilização de seus arquivos via rede. O incentivo à exposição dos acervos preservados, conseqüentemente, torna-se referência às demais instituições para o mecanismo de salvaguarda e exposição. Compreendendo, por meio institucional, que o patrimônio cultural é herança, como apresenta a UNESCO, há uma questão acerca dos bens culturais digitais que não se apresentam nas cartas, tão pouco debatida por outros intelectuais do campo. Como já reconhecido, o caráter efêmero do ciberespaço e dos objetos culturais, devido à grande velocidade em que são movimentados esses artefatos, acende um desafio contemporâneo: como estabelecer, em meio a tais características, a definição de um bem cultural digital, que é próprio do meio digital, como patrimônio? Questão que, no presente momento, permanecerá aberta e como motivadora para aprofundar a pesquisa no que tange a cultura digital, visto que a crescente presença de usuários, nas mais diversas plataformas digitais, expondo as suas manifestações culturais faz do ciberespaço um ambiente singular e desafiador, como identifica o historiador Giliard da Silva Prado:

Ao formularem problemáticas acerca das experiências humanas digitais, tornando-as objetos de estudo, os historiadores se voltam para a compreensão de fenômenos sociais extremamente relevantes na contemporaneidade, mas, ao mesmo tempo, veem-se diante dos desafios inerentes à necessidade de adequar as ferramentas de seu ofício a um território que se modifica de forma veloz e incessante e que ainda é relativamente pouco pesquisado na área de História: o ciberespaço. (2021. p. 9).

Em busca de respostas no seu meio, uma referência a ser mencionada dentre organizações responsáveis pela salvaguarda patrimonial é o caso da UNESCO e da *PERSIST (Platform to Enhance the Sustainability of the Information Society Transglobally)*. Por meio do subcomitê do programa Memória do Mundo de Vancouver, o *PERSIST* foi criado com o objetivo de auxiliar, através das diretrizes, instituições patrimoniais acerca dos bens culturais digitais para o reconhecimento e preservação (UNESCO, 2016). Sendo assim, o projeto vem contribuindo e cooperando no projeto Memória do Mundo desde 2012, no ambiente digital, como também na promoção de conferências no Canadá, também, e na Holanda, em 2013 (UNESCO, 2016. p. 3). É assaz notório o avanço do projeto no conhecimento sobre o patrimônio digital que instituições como IFLA²⁸

²⁸ A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (em inglês, International Federation of Library Association and Institutions, reconhecida pela sigla IFLA), foi fundada em 30

e ICA²⁹, além de manterem parcerias, adotaram as diretrizes estipuladas pelo *PERSIST*.

O projeto Memória do Mundo foi fundado no ano de 1992, integrado ao setor de Comunicação e Informação da UNESCO (PEREIRA FILHO, 2020). Com o objetivo de preservar a memória do mundo por meio de documentos históricos, o projeto é uma empreitada significativa de salvaguarda e de exposição dos seus acervos, no qual há uma grande e complexa estrutura de funcionamento entre a UNESCO e os Estados Membros, através de comitês, subcomitês, conselhos e instituições regionais responsáveis pelo projeto em suas localidades. Em seu histórico de debates internos acerca dos patrimônios a serem preservados, o programa Memória do Mundo avançou com relação às categorias, com os objetos históricos e, principalmente, no campo da arquivística digital. Entretanto, o notório avanço na sistematização da arquivística decorre somente a partir do ano de 2002:

Quando o MOW completou uma década, em 2002, lançou-se uma nova versão das Diretrizes do programa. É perceptível a guinada para o viés arquivístico-documental, sendo o estabelecimento de critérios e valores a serem considerados fundamentais para a concessão do título de Memória do Mundo uma das formas de visualizar essa mudança. (PEREIRA FILHO, 2022. p. 4).

Ao se elevar o tom para a preservação de documentos históricos e mencionando as mudanças no tempo presente das tecnologias digitais, o MOW articulou, por coordenação de Ray Edmondson, a ampliação de ferramentas para as salvaguardas, sendo uma das iniciativas em que o processo de digitalização resultou na constituição considerável de acervos digitais. Para tal mecanismo, os conteúdos coletados foram selecionados e organizados por hierarquias de valor histórico. Após serem digitalizados, o segundo passo foi um processo laborioso

de setembro de 1927, na Escócia. É uma organização não governamental, cujo objetivos estão relacionados aos documentos, acervos e informações das instituições bibliotecárias. Para maiores informações, acessar: <https://www.ifla.org/>

²⁹ O Conselho Internacional de Arquivos (em inglês, International Council of Archives), tem sua origem no ano de 1931 como Comitê sobre arquivos da Liga das Nações, anteriormente reconhecido como Comitê Permanente Consultivo em Arquivos. A partir de 1948, é rebatizado com o atual nome e passa a atuar internacionalmente. Trabalhando nos diversos âmbitos arquivísticos, promove no contemporâneo debates e ações que potencializam estudos, pesquisas e diretrizes sobre arquivos. Para maiores informações, acessar: <https://www.ica.org/>

de organização arquivístico para a exposição na rede, mais especificamente no site do MOW:

(b) Facilitar o acesso universal ao patrimônio documental. Este objetivo inclui o encorajamento à criação de cópias digitalizadas e de catálogos a serem disponibilizados na Internet, como também, à publicação e distribuição de livros, CD, DVD e outros produtos, de maneira tão ampla e igualitária o quanto seja possível. (UNESCO, 2002. p. 6.).

Uma ressalva importante precisa ser feita em relação ao MOW e a digitalização de bens culturais. A observação, nesse caso, é sobre quais os bens culturais que foram valorizados pela UNESCO e de quais localidades eles pertencem. Ao destacar a importância da preservação dos bens culturais promovida pelo MOW, Maria Elena Marcos aponta que, apesar das técnicas desenvolvidas para salvaguarda, perdurou uma hegemonia patrimonial ao analisar precisamente os bens culturais que foram digitalizados e disponibilizados no portal do MOW:

Em uma primeira análise, verifica-se que 52% dos acervos digitais estão na Europa e na América do Norte, com um total de 274 bens documentais preservados, número este que é superior à somatória dos inscritos da África, Estados Árabes, América Latina e Caribe e outros, caracterizados como organizações sem fins lucrativos, que representam 48% do total. De acordo com as estatísticas²⁴, os países com o maior número de acervos salvaguardados pelo MoW são a Alemanha e o Reino Unido, com 23 bens, seguidos da Polônia com 17. (2022. p. 55).

O volume de bens digitalizados para salvaguarda ocorreu em meio às mudanças significativas que, como estratégia de salvaguarda pelo MOW, coincidem, no ano seguinte, com a Carta sobre a Salvaguarda do Patrimônio Digital. Como mencionado, a UNESCO não está alheia às mudanças nos meios tecnológicos; entretanto, a ressalva, aqui, está na consequência desse alinhamento. A divulgação da Carta de 2003 sobre o patrimônio digital, mesmo expondo o que a própria instituição define sobre o que é objeto digital, as instruções, orientações e considerações sobre tais bens culturais ainda trilham sobre processos da arquivística. Portanto, enquanto a cultura digital se expande e dinamiza internamente via rede com características próprias, as instituições patrimoniais, em especial a UNESCO, avançam especificamente na arquivística digital.

Entende-se a importância de se aprofundar na questão de arquivos e acervos digitais, principalmente em um momento de transformação significativa. A ressalva pelas instituições que lidam com a arquivística digital compete ao próprio desenvolvimento das tecnologias digitais, que, pela grande velocidade dos seus avanços, acabam por promover uma constante substituição de materiais. Um exemplo a ser destacado aqui, para ilustrar esse desenvolvimento significativo, e, até mesmo, para e na área arquivística: podemos comparar o disquete, *cd-rom* e o *pen drive*. O último, no contemporâneo, é consolidado como o mais eficaz na portabilidade de arquivos, devido ao seu tamanho físico e a grande capacidade de armazenamento, que fazem desse objeto um grande potencial arquivístico.

Essa observação parte da própria UNESCO, com o alerta para que os arquivos digitais possam vir a ser esquecidos e/ou perdidos pelo próprio desenvolvimento tecnológico, causando impactos de obsolescência em *softwares* e até mesmo em *hardwares*. (Conarq, 2005. p. 2). No sustento dessa preocupação sobre preservação e manutenção de arquivos por meios digitais, a UNESCO e suas instituições parceiras centram-se nos manuais a respeito da arquivística digital. Um dos documentos referenciais foi a publicação da Declaração da UNESCO/UBC Vancouver, em 2012, que debateu sobre A Memória do Mundo na Era Digital: Digitalização e Preservação. Como característica do nosso tempo, tecnologias digitais passam por constantes transformações, o que pode levar a determinados acervos nas plataformas digitais serem perdidos pela obsolescência tecnológica. Em meio a essa urgência, o programa UNESCO/UBC Vancouver apresenta propostas que vão além da preservação, ressaltando também a importância de recuperação de arquivos digitais, como pode ser visto:

criar um programa emergencial visando à preservação de materiais documentais que estão em perigo por causa de desastres naturais ou conflitos armados, assim como um programa para recuperar patrimônio digital análogo que esteja ameaçado de se tornar, ou já esteja, inacessível em consequência de dispositivos (hardware) e programas de computador (software) obsoletos; (UNESCO, 2012. p. 3)

Ao fazer as análises de preservação e digitalização de documentos, os encaminhamentos, por parte da UNESCO, em suas resoluções, são de estimular o desenvolvimento de uma infraestrutura para atender a demanda tanto para a preservação, quanto para alcançar os seus objetivos com exposições. Apesar das

ressalvas, a própria UNESCO reconhece, a respeito da capacidade de cada Estado Membro, no tocante sobre o digital e a preservação, que as recomendações são cada vez mais centradas para a arquivística por meio das tecnologias digitais.

A preservação digital deve ser uma prioridade do desenvolvimento, e investimentos e infraestrutura são essenciais para assegurar a confiabilidade de registros digitais, assim como sua acessibilidade e uso a longo prazo; (UNESCO, 2012. p. 2, tradução minha)

A concordância acerca dessa estruturação visa, assim, mais que financiamento para questões materiais, como também a parte de compreensão específica das tecnologias digitais e do ciberespaço. Ao tomar conhecimento da complexidade a respeito do patrimônio digital, a UNESCO recomenda, a seus Estados Membros e demais parceiros, o incentivo a debater e ampliar conhecimentos acerca do ciberespaço e dos bens culturais digitais. Com isso, a orientação é que tais conhecimentos sejam compartilhados com objetivo de domínio sobre as tecnologias digitais que, além da capacidade de armazenamento, são potenciais produtores culturais.

O escopo desse desafio, naturalmente, faz com que grandes instituições nacionais assumam um papel de liderança; seja estabelecendo políticas e sistemas adequados para coletar e gerenciar material digital, seja liderando redes colaborativas na adoção de modelos compartilhados de seleção e preservação. (UNESCO, 2016. p. 4, tradução minha).

No que tange a gestão patrimonial, gerenciar os patrimônios não requer só estabelecer o selo de reconhecimento. Já consagrado, as candidaturas passam por um processo laborioso e, principalmente, a partir da Convenção de 1972, quando foi estabelecido o critério de Valor Universal Excepcional, recaiu um peso maior para a seleção dos bens culturais. Entretanto, apesar de ser apresentado o VUE em 1972, essa concepção é bastante questionada por intelectuais que estudam e pesquisam sobre o patrimônio cultural. Argumentando junto com outros autores, Meskell e Brumann analisam as divergências, visto que ao longo dos anos muitas discussões acerca do patrimônio vêm sendo desenvolvidas:

Estas trocas dizem respeito não apenas às ideias, mas também a detalhes processuais e à difusão gradual do comportamento informal da sessão, dos estilos de argumentação e das estratégias. Seguindo o trabalho pioneiro de Turtinen (2000, 2006) e tal como Brumann (2011, 2012, 2014b) e Meskell (2011, 2012,

2013a, 2014), Schmitt (2009) utilizou o estatuto de observador oficial nas sessões do Comitê do Patrimônio Mundial para examinar o papel dos órgãos consultivos. Ele argumenta que existem entendimentos marcadamente diferentes de conceitos como VUE, bem como de instrumentos como a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, mas esse pluralismo não precisa de ser prejudicial para a governança. (2015. p. 29. Minha tradução.).

Se há discussões a respeito dos critérios estabelecidos em patrimônios já consagrados no âmbito da UNESCO, supõe-se que, aos futuros tipos de patrimônios, em especial o digital, tais discussões poderão ser ainda mais divergentes. A urgência de compreensão, estudo e elaboração de manuais e resoluções decorre do crescente número de acessos à internet. Como visto nessa dissertação, a consequência dessa conectividade contínua é o volume de bens culturais em meios digitais. Portanto, é outra preocupação que a própria UNESCO aponta em suas discussões a respeito do patrimônio digital. Mesmo que se tenha a ciência de que o acesso não é contemplado por todos os cidadãos na Terra, como também é de conhecimento que o acesso e consumo de tais tecnologias não é igual (CASTELLS, 2003), é importante destacar que indivíduos ou grupos de diversas localidades, etnias, religiões e gêneros, são usuários na grande rede e produtores dos seus patrimônios. Ao atentarmos que, por meio das plataformas digitais, os objetos passam a compor um acervo histórico e representativo, a grande exposição de bens culturais individuais ou coletivos em plataformas digitais trazem o debate acerca das produções no ciberespaço e estudos sobre a cultura no meio digital.

Por exemplo, embora o valor das postagens individuais em blogs ou mídias sociais possa ser marginal, coletivamente, elas constituem um registro único da sociedade contemporânea, as discussões, pensamentos e realizações de bilhões de indivíduos. (UNESCO/PERSIT, 2016. p. 6, tradução minha).

Com a evidente presença e relação das tecnologias digitais em nosso meio já reconhecida como um bem cultural do nosso tempo (UNESCO 2003), tal percepção traz à luz a necessidade de se aprofundar sobre a cultura digital e, conseqüentemente, a necessidade de especialistas nas diversas áreas patrimoniais. Nesse âmbito, é preciso discutir as produções culturais digitais e avançar com relações às dificuldades específicas características que o meio virtual e seus objetos possuem. Linguagem, originalidade, difusão e valor, são desafios que as instituições patrimoniais têm à frente sobre o bem digital.

Devido à interação, por meio da conectividade, muitos objetos oriundos do meio digital apresentam um desafio com relação à propriedade intelectual. Constantemente, documentos, imagens, áudios e vídeos são criados, duplicados e transferidos na rede. Tais desafios são reconhecidos pela UNESCO e pelo projeto *PERSIST*, que, ao avançar para o reconhecimento de objetos digitais como patrimônio, traz alguns pontos a serem observados sobre o bem cultural digital no contemporâneo. Eles se encontram em *The UNESCO/PERSIST Guidelines for the selection of digital heritage for the long term preservation*, construído por pesquisadores de várias partes do mundo, que representam suas instituições³⁰. Essa cooperação e produção foi presidida por Ingrid Parent, da University British Columbia e contou com o secretariado de Julia Brungs, representando a IFLA, sediada na Holanda. Toda essa diversidade de pesquisadores e localidades fez com que o resultado apresentasse progressos no que tange ao reconhecer, selecionar e preservar o objeto no e do meio digital.

O Guia faz considerações acerca das jurisdições e legislações que, até então, estavam ausentes ou foram minimamente discutidas nas Cartas e Manuais sobre o patrimônio digital nato.

O ambiente legal tem importantes implicações para a seleção e preservação do patrimônio digital. As leis internacionais e nacionais, que variam amplamente, regulam a disseminação, duplicação, acesso e uso do patrimônio digital, mas a Internet transcende as fronteiras territoriais, muitas vezes dificultando a identificação dos direitos autorais e as leis que se aplicam sobre elas. (UNESCO/PERSIST, 2016. p. 5, tradução minha).

A necessidade de compreender o patrimônio cultural digital requer um início estruturado; portanto, a formalização de um regimento com jurisdição é considerada o primórdio que assegura os avanços nas pesquisas, debates e, até mesmo, definições. É perceptível, pelo próprio guia, o progresso ao aprofundar o debate acerca do patrimônio digital e o reconhecimento dele. Assim, o *The UNESCO/PERSIST Guidelines for the selection of digital heritage for the long term preservation* estabelece pontos e etapas para a seleção do bem cultural,

³⁰ Apresentando os integrantes do projeto por ordem de autoria do projeto, Sarah CC Choy do Legislative Council Archives de Hong Kong, Nicholas Crofts do ICOM CIDOC, Robert Fisher do Library and Archives Canada, Ngian Lek Choh da National Library Board of Singapore, Susanne Nickel do Eskilstuna stadsmuseum, Clément Oury do ISSN e Katarzyna Ślaska da National Library of Poland.

focalizando em especificidades da cibercultura. Com indicações de um processo gradual de qualificação e seleção em quatro etapas, significado, sustentabilidade, disponibilidade e decisão (UNESCO/PERSIST, 2016).

No quesito sustentabilidade, estariam as responsabilidades financeiras e jurídicas para a preservação do bem digital, da disponibilidade às atribuições sobre quais instituições estariam a cargo da preservação e divulgação do acervo digital selecionado. Porém, no debate sobre significado reside a maior complexidade acerca do bem cultural digital, a qual a UNESCO orienta, dentro do seu processo avaliativo, selecionar os objetos culturais que apresentam valor histórico no meio digital; assim, como uma solução de primeiro momento, recai às instituições patrimoniais regionais a decisão, de modo individual, por compreender a singularidade de cada instituto de memória (UNESCO, 2016. p. 9).

No Guia, o debate sobre o patrimônio digital aproxima a discussão de como selecionar os objetos culturais do meio digital no contemporâneo. Por seleção, compreende-se todo o tratamento possível para o objeto digital, como seleção, manutenção, preservação e exposição. Nesse âmbito, a PERSIST indica, por meio de uma sequência de orientações de coleta e seleção, a base de conteúdos que possuem relações; ou seja, a reunião de todos os objetos digitais que estão ligados pelos mesmos critérios e o comprometimento para o processo:

A coleta compreensiva é usada para adquirir todo o material produzido em área específica, determinada por assunto, período de tempo, região geográfica. Essa abordagem requer significativos recursos institucionais ou foco, estritamente. (UNESCO/PERSIST. 2016. p. 8, tradução minha).

Entretanto, apesar da progressão no sentido de seleção, coleta, arquivística e exposição, *The UNESCO/PERSIST Guidelines for the selection of digital heritage for the long term preservation* não se desprende do processo de digitalização e da discussão, análise, seleção e coleta do objeto digital nato. Nesse caminho, a própria PERSIST reconhece o desafio e a dificuldade em avançar e aprofundar sobre o patrimônio digital, o qual ela conclui, em poucas linhas, o seu estudo de 2016, apresentando a dificuldade e o caminho a ser trilhado para superá-lo:

A preservação a longo prazo do patrimônio digital é, talvez, o desafio mais difícil que as instituições patrimoniais enfrentam atualmente. Desenvolver e implementar critérios de seleção e

políticas de coleta é o primeiro passo para garantir que o material vital do patrimônio seja preservado para benefício das futuras gerações. (UNESCO/PERSIST, 2016. p. 12, tradução minha).

Apesar de aprofundar em questões pertinentes ao reconhecimento do patrimônio sobre jurisdição, originalidade, autenticidade, seleções e preservações, a UNESCO e seus cooperadores ainda se prendem em questões relacionadas à arquivística. Nesse contexto, algumas produções culturais no meio digital são analisadas de forma rasa, sem o devido conhecimento e sem o reconhecimento patrimonial cabível. Assim, o problema sobre o reconhecimento a respeito do bem cultural digital como tipo patrimonial persiste; e, tais questionamentos são pertinentes e anseiam respostas, pois com o desenvolvimento constante das tecnologias digitais, as transformações ocorrerão em velocidades maiores. A ausência de referências patrimoniais sobre objetos culturais que estão no meio digital implica, no tempo presente, exigir uma compreensão qualificada sobre o patrimônio digital.

Ademais, a nosso ver, o bem cultural digital relacionado à cibercultura que mais se aproximou do reconhecimento de patrimônio digital e se diferenciou dos objetos meramente digitalizados é o caso DESMOSCENE. Foi reconhecido como patrimônio imaterial pela UNESCO, em 2019, justificando que tal cultura estava atrelada ao conhecimento técnico de suas práticas.

A pesquisa de Maria Elena Medeiros Marcos, ao analisar a DEMOSCENE e sua busca do reconhecimento como patrimônio cultural digital, esclareceu a razão de a UNESCO reconhecer a Demoscene na categoria Patrimônio Imaterial da Humanidade:

O reconhecimento da Demoscene se trata, em realidade, da patrimonialização das práticas culturais de sua comunidade, do seu saber e do seu modo de fazer. A patrimonialização da comunidade como um bem cultural imaterial se dá em razão das suas práticas (MARCOS. 2022. p. 19).

Reconhecer as produções culturais digitais apenas por meio da digitalização, ou defini-las como objeto histórico da imaterialidade, é tornar esse bem cultural redutível a um acervo ou apenas à programação, o que leva a um conflito de compreensão sobre a cultura digital. Nesse contexto de definições, recomendações e orientações por parte da UNESCO, há um conflito de interesse e compreensão sobre patrimonializações da cultura digital. O conflito se estende ao definir a DEMOSCENE como patrimônio cultural imaterial, em 2020.

Entretanto, em 2016, a própria UNESCO reconhecia as transformações no meio digital e suas produções culturais características como um desafio de compreensão sobre o próprio ambiente:

Mas o ambiente digital criou novas formas de expressões, variando de páginas da web e interações em sites de mídia social à pesquisa privada em banco de dados e ambientes de jogos online, que confundem os limites e as responsabilidades e desafiam as compreensões de coleta do passado. (UNESCO/PERSIST, 2016. P. 6, tradução minha).

O conflito, nesse contexto, decorre do posicionamento da própria UNESCO em reconhecer a programação, uma característica do meio digital, como patrimônio imaterial; contudo, através do guia elaborado pela PERSIST, há os indicativos da existência e o reconhecimento de outras produções culturais características do meio digital. Esse desacordo é perceptível, pois o guia *The UNESCO/PERSIST Guidelines for the selection of digital heritage for the long term preservation* é publicado em 2016 e, como exposto, apresentou avanços importantes à discussão sobre patrimônio digital. Entretanto, a cultura DEMOSCENE, já reconhecida regionalmente nos anos de 2019, objetivou, no mesmo ano, ser reconhecida como patrimônio cultural digital. O foco em questão é: porque a UNESCO avança sobre o tema dos bens culturais digitais, mas não os reconhece especificamente como patrimônio cultural digital? Acredito que tal questão não será solucionada aqui e muito menos nos próximos anos.

As dimensões desse emaranhado que é o patrimônio digital só revelam a sua complexidade. Para o reconhecimento legal, não há como se desvincular das instituições patrimoniais. Portanto, nas relações das comunidades digitais para os devidos processos de patrimonializações, é essencial que ocorra uma troca de conhecimento entre as partes envolvidas e demais instituições. No âmbito regional, precisamente na Alemanha e Finlândia, a DEMOSCENE é reconhecida como patrimônio digital (MARCOS. 2022), o que promove uma abertura para que outros bens culturais possam, por meio das suas instituições regionais, buscarem seu espaço, por meio do reconhecimento como patrimônios digitais. O que ocorre é que, em determinadas localidades, as instituições não conseguem avançar devido a fatores significativos, sendo eles estrutura, incentivos às pesquisas, ou não estarem atentos às questões contemporâneas.

Essa questão de institucionalidade e patrimônio cultural digital é ainda mais complexa quando focalizamos no Brasil. Devido à ausência de orientações mais específicas partindo da UNESCO, percebe-se seu reflexo quando analisamos a ausência do posicionamento do IPHAN sobre o patrimônio digital. Todavia, o próprio IPHAN, em 2015, faz a publicação do projeto Educação Patrimonial e Cultura Digital: Uma Proposta em Extensão Universitária, no qual discute as oficinas do programa Pamin (Patrimônio, Memória e Interatividade) e apresenta os processos de inclusão digital por meio do patrimônio imaterial de manifestações artísticas e culturais, (IPHAN, 2015).

Contudo, quando analisamos questões arquivísticas, o CONARQ apresenta relevantes manuais a respeito da organização, seleção e manutenção de objetos digitais. Igualmente, o CONARQ aprofunda, em 2005, o manual Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, com uma equipe científica gabaritada. O manual apresenta análises e considerações contemporâneas do ano de publicação. Ao passar dos anos, o próprio Conselho foi desenvolvendo capacitações a respeito da arquivística digital de diversos objetos.

No Brasil, notamos que a questão a respeito do patrimônio digital permanece bastante atrelada às questões dos acervos e arquivística. Portanto, compete à continuidade de estudos, pesquisas, publicações e debates sobre o bem cultural digital. Entende-se que as comunidades no ciberespaço crescerão, e elas vão além do núcleo da programação, modelo de comunidade trabalhada por Maria Elena Marcos (2022) e enfatizada por Manuel Castells (2003), portanto, há outras formas de relações nesse meio, sendo através dos jogos, dos canais de comunicação, por trabalho, estudos ou ademais experiências que a internet permite. Conforme o aumento desses vínculos ocorre ao longo do tempo, novos objetos culturais vão sendo fabricados, sendo através da já tradicional digitalização, ou de produções de novos *softwares*.

Por mais que possa parecer uma ânsia acalorada, ou um discurso de pressão às instituições patrimoniais e academias, a compreensão acerca do patrimônio digital no contemporâneo é um apelo decorrente das transformações das próprias tecnologias e das sociedades em que são utilizadas.

2.2 Patrimônio imaterial e patrimônio digital: Interfaces

Debater sobre o conceito de patrimônio consiste em uma ação delicada, visto que, ao longo dos anos, o conceito foi se modificando conforme suas interações com a sociedade. Muitos bens culturais passaram ao campo da disputa de poderes ao longo dos anos para serem reconhecidos como patrimônios por instituições em níveis regionais e/ou internacionais. Assim também se dá o conflito da destituição de patrimônio, com símbolos erigidos que representam grupos hegemônicos. “O patrimônio é produzido em uma situação de tensão entre a razão, a reflexão e a experiência.” (PRATTS, 1997. p. 13. Tradução minha).

Ao perceber o quão desafiador é a construção de patrimônios, trago à luz mais um desafio: o de compreender como o patrimônio digital está inserido no contemporâneo. Quando analisamos em um objeto de estudo referencial as produções arquitetônicas tombadas, pode-se parecer, em um primeiro olhar, situações de conforto ao campo da pesquisa, pois o vasto trabalho já feito acerca desse patrimônio, até à atualidade, nos permite aprofundar, com maior facilidade, em discussões pertinentes aos bens culturais materiais. Mas, é a partir de 1972, pela perspectiva da UNESCO, que é apresentada, em sua convenção, a definição de patrimônio cultural mundial, em que, por meios institucionais, a discussão sobre patrimônios culturais ganhou um impulso para a ampliação e novas compreensões:

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio cultural”: - os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, 2 - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972. p. 2-3)

Esta amplitude trouxe, gradualmente, conflitos às perspectivas tradicionais sobre patrimônios - e que não é uma discussão exclusivamente das instituições patrimoniais. O debate acerca de patrimônio foi além da institucionalidade, da noção europeia e dos novos tipos patrimoniais. Intelectuais da área apresentavam suas críticas aos monumentos históricos que, tradicionalmente, eram preservados. Entre tantas motivações, mas ressaltando a primeira e de maior

relevância, Maria Elena Marcos extraí, do próprio site da cultura Demoscene, a razão da candidatura à Lista do Patrimônio Mundial:

A fim de organizar a mobilização da comunidade para a ativação patrimonial e prestar informações sobre os processos de patrimonialização, a comunidade Demoscene, em seu sítio eletrônico, afirmava que o objetivo do seu reconhecimento era “colocar a Demoscene na Lista Representativa do Patrimônio Imaterial da Humanidade da UNESCO como uma prática cultural e social, que inclui muitos elementos centrais do mundo digital”, visto que “sua atitude hacker é, entretanto, aceita como um dos principais métodos de inovação em contextos digitais, para citar apenas um aspecto do motivo pelo qual a Demoscene tem liderado o caminho [de reconhecimento] para a cultura digital e híbrida” (DEMOSCENE, Core Facts & F.A.Q., 2020). (2022. p. 28).

Através dessa manifestação, o exemplo da cultura Demoscene representa o interesse dos mais diversos tipos de bens culturais em lançar a candidatura à Lista do Patrimônio Mundial, com outras intenções, comparadas às de outros bens já considerados consagrados, como residências, edificações e monumentos, ou até mesmo de bens de cunho imaterial, como danças, técnicas musicais, culinárias e entre outras manifestações culturais. Como visto, a ampliação da noção de patrimônio via UNESCO despertou, em várias comunidades, o desejo da inscrição dos seus bens à Lista do Patrimônio Mundial, inclusive comunidades do ciberespaço.

Os desenvolvimentos tecnológicos e as transformações nos espaços urbanos e rurais são fatores que trouxeram reflexões sobre os monumentos que, até então, seriam uma herança cultural exclusivamente do passado. Esse alargamento da noção patrimonial, como aponta Choay (2006), já vinha sendo debatido por intelectuais e é datado a partir de 1960. As discussões levariam a compreensões maiores sobre patrimônios, superando as edificações que representassem as elites.

Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como mostra “a lista” do Patrimônio Mundial estabelecida pela UNESCO. (CHOAY, 2006. p. 12-13).

Essa observação traz a reflexão sobre o contraste do que, historicamente, é considerado o monumento histórico - um artefato que seria uma herança da ancestralidade para as futuras gerações (Poulot, 2009. p. 16). Com as consideráveis críticas à hegemonização da noção ocidental sobre o patrimônio no

âmbito da UNESCO, é preciso destacar que, no impulso de reconhecer comunidades, preservar bens a nível global e despertar uma política de conscientização às futuras gerações, determinados autores atribuem uma potencialidade para a Convenção de 1972 para alcançar esses objetivos, como Cavalcante apresenta:

A Convenção da UNESCO de 1972 efetiva-se internacionalmente como a ação política inovadora mais importante de concretização de propostas para salvaguarda e proteção do patrimônio mundial, buscando promover uma forte relação entre natureza e cultura, tornando claro que ambas constituem o fundamento da vida humana na Terra, se alargamos o conceito de cultura para tudo aquilo que é produzido pelo homem e que instaura uma identidade constituída por criações ao longo de sua existência, capaz de conferir às novas gerações conhecimento, acumulação, memória e desenvolvimento. (2007. p. 157).

Sendo assim, nesse pêndulo entre passado e presente, as perspectivas que se apresentavam sobre o que é patrimônio cultural no final do século XX evidenciavam uma ruptura de noção imposta no século XIX. Por essa análise, as noções apresentadas nos meios intelectuais foram sendo apropriadas pela UNESCO com a promoção do Patrimônio Mundial, pois essa amplitude vinha sendo construída nos meios científicos anteriormente à Convenção de 1972. Ao reverberar políticas de ampliação em noções de patrimônio décadas posteriores, com o intuito de cada vez mais universalizar esses conceitos e ir além do reconhecimento material, divergências de compreensões se aprofundaram no interior da UNESCO. Conflitos esses dados pois alguns de seus Estados-membros já se organizavam à sua maneira e desenvolveram políticas patrimoniais internamente. A gestão patrimonial desses Estados, apesar da UNESCO se apropriar de conhecimentos desenvolvidos fora do seu âmbito, evidenciava, além dos seus bens culturais regionais, a diversidade da noção patrimonial. Um dos exemplos, que é reforçado por Fontenele e Oksman, é o Brasil, ao já apresentar compreensões sobre os bens culturais intangíveis, “Se essas políticas nacionais de preservação têm uma relação direta com movimentos similares de outros países, o Brasil é vanguarda no que diz respeito às questões do patrimônio imaterial, tendo tratado do assunto na Constituição de 1988.” (2018. p. 244).

Contudo, Estados também se apropriaram desse alargamento de noção patrimonial apresentado pela UNESCO, com objetivos de desenvolverem rendas

através do turismo. A maior parte das nações que se aproveitaram dessa dinâmica promovida pelo Patrimônio Mundial são de regiões europeias (CHUVA, 2020. p. 26). Por isso, resquícios de noções ocidentais sobre o que é patrimônio cultural foram ainda mais reforçados em pleno século XX, como herança eurocentrista, atropelando valores culturais não ocidentais. Para caracterizar essa imposição, Laurajane Smith discorre como esse sentido impositivo tendeu à base material:

Além disso, o sentido de seriedade dado a esses valores é também muitas vezes diretamente ligado à idade, à monumentalidade e/ou à estética de um lugar. A materialidade da ideia ocidental de patrimônio significa que o “patrimônio” pode ser mapeado, estudado, gerido, preservado e/ou conservado, e que a sua proteção pode ser objeto de legislação nacional e de acordos, convenções e cartas internacionais. (SMITH, 2006. Tradução de: Machado.)

Por essa posição, o bem cultural está sujeito à seletividade das instituições patrimoniais. São esses agentes, responsáveis pela qualificação, reconhecimento e salvaguarda dos bens, que fabricam o patrimônio (HEINICH, 2018). Porém, essa fabricação está suscetível aos imperativos institucionais patrimoniais. A perspectiva da socióloga Natalie Heinich é de grande relevância quando abordamos e discutimos o tema nos âmbitos institucionais e legais. Ao superar a oficialidade, grupos culturais que historicamente são invisibilizados, como uma das estratégias no contemporâneo, buscam, cada vez mais, por meio das instituições patrimoniais, a preservação e manutenção das suas culturas. Discorrendo sobre a potencialidade do Patrimônio Mundial como resistência de manifestações culturais, que, subvertendo as lógicas de que só instituições patrimoniais ou academias teriam a autoridade dos espaços de memória, ocupar espaços e reivindicar o reconhecimento dos bens culturais, Cavalcante destaca as minorias como maior força de luta: “A tendência é que isso se amplie cada vez mais. Grupos de minorias – negros, LGBTQ, grupos religiosos, imigrantes – seguramente reivindicarão seu lugar na história, e o patrimônio como principal elemento de reconhecimento.” (2018. p. 253).

A atuação de muitos desses grupos vem sendo via as plataformas digitais e a internet. Essas resistências dessas minorias, em que expressam suas manifestações culturais, se expõem de várias maneiras em suas redes sociais., por meio imagens, vídeos, áudios, *podcasts*, documentários, desenhos, *designs*, entre outras produções culturais que são próprias dos meios digitais. Essa

articulação política vai além da rede promovida pela internet; sendo assim, o net-ativismo se difere do tradicional ciberativismo, que tradicionalmente esteve ligado às origens da própria internet. Por essa distinção, por vezes confundida no senso comum, é discorrida e destacada em Moraes, ao abordar como comunidades indígenas se apropriaram das potencialidades das tecnologias digitais para reivindicar os seus espaços de memória:

Confundido com o ciberativismo, o net-ativismo se diferencia devido a sua rede de cooperação e atuação, indo além das práticas próprias do meio digital. Enquanto o ciberativismo mais focado por meio de operações técnicas, e com aparição marcante nos primeiros anos de 1990 nos Estados Unidos, focaliza ações regionais, entretanto com objetivo de evidenciar suas pautas, o net-ativismo estendendo suas ações políticas de cidadania com objetivo promover a propagação das suas ideias, compartilhando informações criando uma grande rede e com isso aproximando movimentos sociais com os mesmos objetivos ou semelhantes em suas lutas, estaria mais conectados aos serviços de internet móvel. (2023. p. 153).

O crescente número de candidaturas de patrimônios a serem reconhecidas no âmbito da UNESCO a partir de 1972 é um desses indicativos. Em meio a essa disputa de poderes, esses grupos que, até então, eram considerados minorias, visam ocupar esses espaços políticos como ação de estender as suas reivindicações. Por muitas vezes, essas manifestações culturais, que pertencem às camadas populares, foram reconhecidas de maneira desvalorizada e menosprezada. Em particular, pode-se destacar a maneira como, historicamente, o folclore foi compreendido no Brasil. Nesse caso, a historiadora Márcia Chuva traz reflexões de como dicionários no Brasil apresentavam a noção de patrimônio em pleno ano de 2009:

Esse verbete deixa claro também que o termo patrimônio não é usado para as manifestações culturais tradicionais em geral consideradas folclore ou, mais recentemente, cultura popular (folguedos, ofícios, saberes, celebrações, formas de expressões). (CHUVA, 2020. p. 22).

O que é notório e conflituoso é o fato de as definições em dicionários que a historiadora apresenta em seu trabalho “Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas.” serem de publicações recentes; ou seja, mesmo após a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003, manifestações culturais populares, a exemplo do folclore, não são reconhecidas em determinados dicionários como patrimônios culturais. A

crítica, nesse caso, em acordo com Márcia Chuva, decorre que, mesmo que haja, por parte da UNESCO, uma busca em promover, em escalas maiores, estudos, pesquisas e reconhecimento de bens culturais intangíveis, é sugerido que esses bens culturais ainda são deslocados dos demais tipos de patrimônios

No âmbito patrimonial, a emergência do reconhecimento dos bens culturais intangíveis, manifestações culturais populares que, até então, estavam marginalizadas no escopo da UNESCO, obteve destaque por meio da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003. Em meio ao reconhecimento à diversidade cultural, como visto em outras ações da UNESCO, a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 1989 e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2002, já se apresentavam como discussões importantes acerca das expressões culturais como patrimônio. A consolidação da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, aponta Meskell (2018) ao analisar a opinião do jurista Francesco Francioni, é a união dos direitos humanos com o reconhecimento da cultura das minorias. Entretanto, Meskell (2018) também alerta que tais Cartas são documentos, e a implementação deles não é garantida.

De maneira similar à Convenção da UNESCO de 1972, a Convenção de 2003 alargou a noção de patrimônio, como também impulsionou os conhecimentos nos âmbitos antropológicos, arquivísticos, históricos e patrimoniais. Com destaque para o valor histórico do saber-fazer como um bem cultural, a definição de tal patrimônio pode ser compreendida pela UNESCO da seguinte maneira:

Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2003.)

Através da Convenção se evidenciou a necessidade de ampliar e preservar bens culturais além dos patrimônios materiais. Como finalidade de garantir às futuras gerações o acesso cultural a patrimônios tradicionais imateriais, a Convenção fez apontamentos de urgência não só para salvaguarda de bens culturais imateriais, mas destacou, por meio de orientações, se fazer inventariados e arquivísticos dos objetos históricos imateriais. O tom de preocupação assumido pela instituição para proteger e preservar bens imateriais consta na própria Carta, a qual apresenta indícios de perdas significativas com a globalização e ademais problemáticas sociais, econômicas e políticas:

Reconhecendo que os processos de globalização e de transformação social, a par das condições que criam para um diálogo renovado entre as comunidades, trazem igualmente consigo, à semelhança dos fenômenos de intolerância, graves ameaças de degradação, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios de salvaguarda deste, (UNESCO, 2003.).

Por preservação, assim, não se entendia apenas armazenar objetos e, sim, uma laboriosa prática de manutenção e exposição dos acervos, mantendo-os, possivelmente, acessíveis ao público. Apesar da observação, como coloca a própria UNESCO, não há um material específico para a preservação e exposição do patrimônio imaterial; entretanto, ao reconhecer toda potencialidade das tecnologias digitais, a UNESCO buscou relacioná-las a mecanismos de salvaguarda patrimonial. Este indicativo é compreendido pelas características de registros e de armazenamento das tecnologias digitais contemporâneas. Para reforçar essa interpretação sobre a necessidade de salvaguarda dos bens culturais, a própria UNESCO promove, no mesmo ano de 2003, a Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital. Observando que a UNESCO compreende as tecnologias como recursos, no início dos anos 2000, outras instituições articularam e desenvolveram pesquisas a respeito da acessibilidade a documentos via construção de bibliotecas digitais; no caso africano, em Burkina Faso, no ano de 2005, ocorreu o seminário “Desenvolvimento sustentável e bibliotecas: a informação digital está em jogo na disseminação de conhecimento e conhecimento”. Importante seminário, principalmente por ser realizado por instituições africanas, como descreve Cavalcante. Os participantes foram países do continente africano e países ligados à língua francesa e, como a autora

apresenta, a conclusão do evento foi de grande valor à discussão sobre documentos digitais:

[...] para discutir questões relativas ao desenvolvimento de bibliotecas digitais e produção de documentos eletrônicos, conservação, difusão, acessibilidade e gestão. Segundo o documento produzido pelo evento, o termo ecologia documentária permite precisar os objetivos relativos a adequação de ações tradicionais das bibliotecas e o seu papel na sociedade atual, no que se refere ao desenvolvimento durável, de produção, preservação, gestão e acesso para as gerações atuais, preservando as condições de utilização que beneficiaram às futuras gerações. (Ouagadougou, 2005)⁷. (2007. p. 163).

O que se compreende com o posicionamento de salvaguarda pela UNESCO é que, além de apresentar uma preocupação em preservar patrimônios, ela reconhece e tem ciência da diversidade a respeito dos patrimônios culturais no contemporâneo. Contudo, a própria instituição, em primeiro momento, visa a proteção de bens culturais por meio das tecnologias digitais. Ela reconhece a relação histórica do estreitamento entre tecnologias e a sociedade no tempo presente e suas produções culturais. Sendo assim, ao debater acerca do patrimônio digital, é importante trazer, em paralelo, o contexto do reconhecimento do patrimônio imaterial.

Debater sobre a relação da sociedade e as produções tecnológicas não é um estudo inédito. A transformação promovida pelas tecnologias digitais é alvo de estudos interdisciplinares por intelectuais há décadas; entretanto, é importante destacar quais são as tecnologias contemporâneas intimamente conectadas ao patrimônio digital. A internet, o computador e o aparelho celular são, atualmente, os maiores referenciais a respeito do patrimônio digital.

Apesar da criação do computador ser datada dos anos 1940, e, do celular a partir dos anos de 1980, o desenvolvimento de tais tecnologias só foi apreciado pelo grande público a partir dos anos 2000. O celular, em sua potencialidade, começou a ganhar o mercado da comunicação a partir da década de 1990. Esse ganho, como aponta Burke e Briggs, decorre da comunicação móvel, diferente dos aparelhos de telefone fixo. E esse número de consumidores passaria a um nível ainda maior quando essas tecnologias processaram imagens, vídeos e, principalmente, conectaram-se à internet móvel:

Assim, em 1996, havia mais de seis milhões de celulares na Grã-Bretanha e, quatro anos mais tarde, entre abril e junho de 2000,

foram vendidos mais de três milhões e meio de aparelhos, "um a cada dois segundos". [...]

No Japão, onde houve uma enorme divulgação do celular depois de 1996, o grupo principal de compradores tinha entre 20 e 24 anos de idade e usava o telefone principalmente para se manter em contato com pequenos grupos de amigos, descritos como "colegas celulares". O mercado, expandido com a ajuda de publicidade maciça, foi construído com base em um único serviço — a comunicação de voz —, mas havia a promessa implícita de que isso logo iria mudar. O protocolo de solicitação de aparelhos sem fio (WAP) traduziria dados móveis e multimídia em importantes receitas para as companhias. (BURKE e BRIGGS, 2006. p. 299).

Sendo assim, a grande proximidade das tecnologias digitais contemporâneas e nossa sociedade é conceituada de diferentes formas por intelectuais das mais diversas áreas de pesquisa científica. Essa baliza cronológica, é percebida e apresentada de diversas formas, sendo elas:

Epítetos como tempos pré-digitais, virada digital (digital turn), tempos digitais e pós-revolução digital ilustram uma compreensão do presente como tempo de rupturas. Alguns desses pensadores admitem um marco cronológico relativamente preciso para o início da virada digital que, ainda hoje, reverbera entre os que se dedicam às humanidades digitais: não apenas disciplinas mais afeitas às tecnologias digitais, mas as ciências humanas em geral, ainda estariam se apropriando de uma revolução digital que remonta à década de 1990, período no qual ganharam força a expansão do uso da internet e a massificação global do consumo de computadores. (SOSSAI, 2019. p. 53)

Apesar de toda leitura acerca das tecnologias digitais, seu acesso e relação com a sociedade, no contemporâneo, a forte consideração das produções culturais no ciberespaço como bens culturais digitais antes mesmo da Era Digital (SANTAELLA, 2003) já eram identificadas. A *videperformance* e a *videoescultura*, métodos de fazer arte por meio das imagens em movimento e reproduzidas através de televisores, foram expressões culturais que já davam indícios da arte no meio digital. Essas manifestações, apesar de ganharem grandes projeções na década de 1980 por causa do computador, já eram presentes na década de 1940, como destaca Santaella, ao explicar como tais artes eram construídas: “Os primórdios dessa arte, entretanto, já estavam sendo anunciados nos anos 40, ao colocar luz artificial em movimento, os artistas cinéticos renunciavam as imagens feitas de luz que viriam a dominar a cena da videoarte, nos anos 70, e das imagens computacionais, nos anos 80.” (2003. p. 159).

Se a videoarte demorou décadas para seu desenvolvimento, exploração e diversificação, a internet foi o oposto. De forma mais rápida, ao ganhar espaço no mercado capitalista, variadas plataformas passaram a ocupar o ciberespaço para expor suas expressões. Por mais que os primeiros *websites* fossem hospedados no final dos anos de 1990, algumas produções científicas acerca da cultura e arquivística digital vieram ao conhecimento público por meio de intelectuais da área do conhecimento virtual. Em uma análise sobre instituições patrimoniais, Ramires discorre sobre como espaços públicos detentores da exposição de bens culturais passam – e passarão – cada vez mais a ocupar a rede para publicar os seus conteúdos:

Mesmo considerando que há críticas aos museus virtuais, que reproduzem o real, não há dúvidas que eles representam importantes mecanismos de salvaguarda dos acervos, bem como a democratização de seu acesso, já que as novas tecnologias proporcionam uma enorme capacidade de armazenamento da memória do mundo. (2019. p. 32).

Mesmo não sendo operante da mesma maneira como que na atualidade, registra-se, aqui, a experiência da comunicação, catalogação de livros e demais acervos de leitura nos bancos de dados de universidades nos EUA na década de 1980, como também comunidades de comunicação *on-lines* nos anos de 1960, 1970 e 1980 (CASTELLS, 2015). Uma organização arquivística digital já se notava antes mesmo da popularização da internet nos anos de 1990. Em continuidade dos estudos acerca do patrimônio digital, as pistas percorrem o caminho da arquivística, nos princípios do consumo em massa da internet ou das cartas da UNESCO nos anos 2000. Esse processo de seleção, armazenamento e exposição do bem cultural, historicamente, é laborioso, tais critérios da patrimonialização podem ser compreendidos como:

Para Micoud, (2005, p.81), a constituição de um patrimônio deve passar, necessariamente, por um processo de patrimonialização. Isto é, fazer com que um bem seja considerado patrimônio a partir de critérios históricos, sociais, culturais, éticos, econômicos ou do direito, que garantam um valor representativo de um grupamento humano e de sua memória coletiva, cuja salvaguarda, ainda que simbólica, favoreça a preservação e o acesso a gerações futuras. Segundo Micoud (2005), a atividade de patrimonialização é a perpetuação de uma entidade social no tempo, como um legado das gerações precedentes. (MICOUD apud CAVALCANTE. 2007. p. 156).

Tais reflexões são de grande relevância, porém trazem, também, questionamentos sobre a aplicabilidade de tais critérios potenciais a patrimônios digitais nascidos dentro do ciberespaço. A rigor, cartas e manuais, como apresentados nesse tópico, discorrem a respeito de análises relacionadas à documentação, mas não expressa uma profundidade aos demais bens culturais digitais que, em sua maioria, são frutos das relações das comunidades do ciberespaço. Essa trajetória de estudo nos leva ao início dos anos de 1990, quando é registrada a aparição de *sites* na internet que seriam de interesse do mercado de vendas. Estrategicamente visando um novo meio de ampliar os seus lucros e atingir consumidores com um certo capital, empresas investiram o capital na potencialidade da relação cômoda de venda e consumo com o usuário/comprador.

Os primeiros sites Web, que não eram nada mais que home pages estáticas, apareceram em 1994. As empresas se juntaram à Web em 1995, e por volta de 1996 toda empresa precisava marcar presença na Net. Quando toda a interatividade, mesmo sem plena banda larga, entrou em ação, o uso explodiu, à medida que os consumidores e as empresas perceberam que podiam comunicar-se com vários grupos seletivos e indivíduos sempre e de qualquer lugar que desejassem. (MARTIN, 1998. p. 3).

Se temos vestígios da existência de comunidades virtuais em décadas passadas, nas quais empresas criaram sites, no início dos anos de 1990, tal fio histórico nos leva a compreender que, por meio de tecnologias da época, os vestígios da formação do patrimônio estão preparados há tempos.

Por mais que outras tecnologias e seus produtos também produzam imagens, sons e/ou vídeos, aqui, há um conflito pelos seus produtos e bens culturais. No contemporâneo, tais tecnologias digitais possuem uma característica singular de sua ação, que é seu sistema computacional. Esse sistema, que opera através da programação, tem seus funcionamentos acionados por um usuário, ou até mesmo programado para que ele, o próprio sistema, desenvolva as ações desejadas. Nenhum computador tem a capacidade de funcionamento sem os códigos de programação e, desde o desenvolvimento do computador, como ilustra Burke e Briggs sobre a programação na IBM, as próprias empresas de computador desenvolviam uma comunicação de programação específica de suas máquinas por meio de seus programadores: “As linguagens de programação tiveram uma história menor e mais complexa. John Backus, trabalhando na IBM,

desenvolveu em 1957 uma nova linguagem de computador de 'programação interna', a Fortran (formula translating system, ou sistema de tradução de fórmula)." (2006. p. 278). Sendo assim, o que difere as antigas tecnologias, que são analógicas, para as contemporâneas, são os códigos que viabilizam as execuções das tecnologias digitais contemporâneas:

À diferença dos sistemas analógicos, nos sistemas digitais os dados são codificados em níveis lógicos de dois números (pares de voltagem). Por meio de pares binários de oposição-complementação (0 e 1), permite-se ou não a execução de um comando. (SOSSAI, 2019. p. 59).

Promovendo um senso de comunidade em várias esferas por causa da programação, uma interna, destinada à parte privada das empresas, e outra pública, em decorrência dos códigos comuns da internet, esses conjuntos de programadores foram se multiplicando ao longo dos anos, acompanhando o desenvolvimento das tecnologias digitais. Essa relação entre máquina e ser humano, ou entre usuários via computador, permitiram a criação das primeiras comunidades virtuais. Os primeiros desenvolvedores da internet, no caso programadores, foram os pioneiros na formação desses laços via rede, como aponta Castells:

Os primeiros usuários de redes de computadores criaram comunidades virtuais, para usar a expressão popularizada por Howard Rheingold (1993/2000), e essas comunidades foram fontes de valores que moldaram comportamento e organização social. (2003. p. 46).

Não muito distante das primeiras comunidades virtuais, esses vínculos foram sendo cada vez mais desenvolvidos por outras razões; ou seja, não seria só o interesse pela internet, computador e/ou a programação que iria atrair indivíduos e conectá-los de tal maneira. Tais vínculos podem ser listados de várias maneiras, sendo música, livros, vídeos, filmes, artistas, esportes e, principalmente, os jogos eletrônicos, e da mesma variedade de relacionamento, essas conexões podem ser feitas por várias plataformas. Contudo, o modelo dessas comunidades mais banais, que se vinculam por meio das plataformas por questões culturais em comum, se diferencia das comunidades de programadores por causa do conhecimento técnico da programação - isso não significa uma hierarquia de qualidade, apenas uma constatação. Mas, ao analisar a formação da cultura Demoscene e o relacionamento entre os seus integrantes, Maria Elena

descreve de maneira precisa essa conexão dos membros: “Também se caracteriza por ser uma comunidade híbrida, em que não é necessário estar no mesmo lugar para dela participar, visto que a internet permite que membros em diversas localidades trabalhem juntos.” (2022. p. 21).

Esse ponto em comum permite uma constatação que, apesar do conhecimento técnico do saber-fazer da programação, critério base para o reconhecimento mediante a UNESCO, a cultura DEMOSCENE se assemelha às demais comunidades no ciberespaço, híbridas e desterritorializadas. Através desse registro, levanta-se uma questão. Como característica do reconhecimento do patrimônio imaterial, as comunidades possuem seus vínculos singulares e como recomenda a UNESCO para os Estados-membros que protejam as comunidades da seguinte forma: “b) entre as medidas de salvaguarda mencionadas no parágrafo 3 do Artigo 2, identificar e definir os diversos elementos do patrimônio cultural imaterial presentes em seu território, com a participação das comunidades, grupos e organizações não-governamentais pertinentes. (2003)”, ainda uma problematização permanecerá: como os Estados farão essas identificações em comunidades no ciberespaço, em que maior parte delas são híbridas? Seria de fato a melhor maneira de análise para a patrimonialização, ter como referência as orientações acerca do patrimônio imaterial? E, como reflexão do contemporâneo, Dodebei (2007) explicita a imersão das tecnologias digitais em nossos meios, “Encontramo-nos em dois mundos que vêm procurando se assentar entre a concretude do território e a virtualidade do espaço-temporal desterritorializado.”

O diferencial, aqui, é imprescindível, para destacar e fazer a distinção das produções culturais por ou nos meios digitais, antes da popularização da internet e seu após, com marcas profundas na sociedade (SANTAELLA, 2003). A partir dessa observação, é relevante destacar as informações que evidenciam essa potencialidade das tecnologias digitais contemporâneas e suas transformações à sociedade.

A transformação é mais profunda: é a mistura de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: tempo intemporal, utilizando a tecnologia para fugir de contextos de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva,

qualquer valor que cada contexto possa oferecer ao presente eterno. (CASTELLS, 2017. p. 516).

Familiarizados com os aparelhos televisores, essas transformações foram, assim, graduais à sociedade no contemporâneo (SANTAELLA, 2003). O fato que impulsiona o consumo e acesso ao computador e celular no início dos anos 2000 é decorrente de tais tecnologias estarem aptas a conectar com a internet. É a partir dessa conexão que tais tecnologias ampliam seus funcionamentos, a comunicação é mais dinâmica, os acervos são armazenados com maior facilidade, os *downloads* cada vez mais velozes, os arquivos transferidos em questões de minutos, entre outras atividades que passam a, de certa forma, acomodar o trabalho, o entretenimento, a educação, a pesquisa e consulta do usuário. Com acessibilidade à internet, os usuários da grande rede potencializaram não só compartilhar os bens culturais, mas também a uma dinâmica maior da própria produção. “É por essa razão que a era digital vem sendo também chamada de cultura do acesso” (SANTAELLA, 2003. p. 19).

A potencialidade da internet penetrou no contemporâneo e promoveu mudanças significativas na sociedade, o que podemos, assim, destacar como uma característica do tempo presente. Com esse poderio dinâmico para produzir, publicar e transferir arquivos com velocidade, despertou-se a atenção dos pesquisadores da área patrimonial. O enriquecimento cultural que as tecnologias digitais e suas produções impulsionaram ao campo do patrimônio, abriu perspectivas para além da compreensão instrumentalista, como podemos perceber na análise de Vera Dodebei, ao apresentar as potencialidades da relação entre o patrimônio cultural e o ciberespaço:

A passagem acelerada do patrimônio cultural para o território do ciberespaço, com a criação dos museus virtuais, das bibliotecas digitais e dos documentos eletrônicos (de arquivo) fortalece a discussão sobre a qualidade, a quantidade e a diversidade das informações geradas por essas instituições. (DODEBEI, 2015.)

Nesse cenário, no ciberespaço, há uma grande produção e difusão de bens culturais e objetos históricos digitalizados, textos escritos, imagens, registros sonoros, vídeos, entre outros. Em primeiro momento, a noção a respeito do ciberespaço pode parecer um ambiente sem limites, sem barreiras e totalmente virtual. Por virtualidade, compreendemos que o virtual se distingue do digital. Assim, “a diferença entre digital e virtual está diretamente vinculada ao processo, no caso do atributo digital, e no meio ou ambiente, no caso do virtual. Podem

existir, desta forma, objetos digitalizados que habitam tanto o mundo concreto como o mundo virtual, mas o mundo virtual é habitado apenas por objetos digitais.” (2007). E, por essa compreensão do virtual, há a proximidade do patrimônio digital para o imaterial, como relaciona Dodedei:

Aqui fica a idéia de que é possível preservar significados, independentemente dos objetos materiais que são sua referência, o que nos leva ao mundo virtual da informação, considerada um veículo numérico de aproximação entre objeto (significante), sujeito (significado), espaço tempo (contexto). Talvez tenha sido necessário criar o conceito de bem imaterial para que pudéssemos pensar em preservação da memória para além da materialidade. (2011).

E, por abordar a virtualidade, é preciso apresentar o centro de circulação dessas informações dos bens culturais digitais, o ciberespaço. Historicamente, o termo *cyberspace* fora utilizado pelo romancista William Gibson (SANTAELLA, 2003), em sua obra de ficção científica de gênero *cyberpunk* chamada *Neuromancer*, por meio de um enredo que coloca hackers como protagonistas, em que emplacou o termo e o relacionou a computadores e programações. Sendo assim, ao longo dos anos, pesquisadores de várias áreas científicas se debruçaram em compreender as produções culturais, o ambiente virtual e as tecnologias digitais, relacionando os bens culturais digitais e sua existência ao espaço digital, o ciberespaço.

Com todas as tecnologias e dinamismo possível, o volume significativo de produções culturais vai além da digitalização: o que emerge são produções culturais natas no ciberespaço. Assim, podemos caracterizar uma particularidade do próprio patrimônio digital pelo seu dinamismo, em que sua construção pode ser tanto *por* como *no* meio digital. Para esclarecer tal ponto, ao definirmos o uso do termo *por* meio digital, refere-se ao processo de digitalização; logo, ao abordar o termo *no* meio digital, está se fazendo menção às produções originárias do ciberespaço.

Contudo, as produções culturais digitais no ciberespaço são provenientes de vários meios, o que explicita a característica de sua diversidade de objetos culturais. Entre os objetos culturais mais comuns, estão as publicações em mídias digitais que visam o entretenimento: *Facebook*, *Instagram*, plataformas nas quais os perfis variam entre empresas, comunidades ou individuais, que publicam seus acervos de vídeos, animações, fotos e entre outros arquivos. Outra mídia em destaque é o *TikTok*; com objetivo de gerar interações por meio de vídeos curtos,

outro fato a respeito de sua popularização, é que o próprio aplicativo permite aos usuários reutilizarem demais vídeos e produzirem novos conteúdos. Esses são alguns exemplos de plataformas digitais mais consumidas para os usuários. Entretanto, com o desenvolvimento de *softwares*, várias empresas do meio digital, cada vez mais, promovem plataformas com variadas funções, objetivando atrair os usuários para seu consumo. Na área audiovisual digital, temos exemplos de *YouTube* e *Twitch*, duas plataformas de transmissões de vídeos gravados e/ou ao vivo e com capacidade monetização aos usuários. Assim, essas características atraíram o público em busca de informação, descentralizando o acesso das mídias tradicionais (MORAES e CARDOSO, 2023).

Nos últimos anos, tais plataformas apresentaram relevância em transmissões, o que gerou uma competitividade de audiência com canais de televisão tradicionais. Os exemplos mencionados aqui tendem a ilustrar como a cultura digital cresce por meio da medida em que as facilidades que o conhecimento e manuseio de suas plataformas se tornam triviais. Essa familiaridade que as tecnologias digitais e nossa sociedade apresentam no tempo presente podem ser identificadas através de operações do cotidiano sendo produzidas e reproduzidas por essas ferramentas contemporâneas, em substituição das tradicionais. Através dessa análise, Dodebei, no início de 2003, convida-nos a uma reflexão por meio dos seus apontamentos a respeito dessas transformações que levariam nossa sociedade a se familiarizar cada vez mais com as tecnologias digitais:

Embora o documento escrito seja ainda dominante nos estoques de informação de instituições de memória, essa tecnologia vem sendo abalada em sua hegemonia pelas facilidades que as tecnologias da informação e da comunicação proporcionam à sociedade. A indústria eletrônica se esmera na produção de equipamentos que aproximam virtualmente os indivíduos por sons e imagens. O correio eletrônico tradicionalmente produzido pela tecnologia da escrita, ainda que virtualizado imagneticamente, vem sendo substituído pela câmera digital adicionada a microfones para transmissão de voz, o que sintetiza em um único aparato - o computador -, a maioria das relações sociais.

Por outro lado, algumas plataformas são mais complexas e exigem um conhecimento aprofundado de suas utilizações. Nesse caso, de uma forma generalizada, pode-se mencionar as programações, cujas produções estão ligadas à boa parte da estrutura no ciberespaço através das criações, desenvolvimento e manutenção dos *softwares*. Com saber técnico científico,

programadores produzem desde a linguagem operacional do próprio sistema de computação, *sites*, jogos (*games*) até outras produções que sustentam o ciberespaço. Outra referência a mencionar, de exemplo da complexidade do conhecimento no meio digital, é a área de atuação do *designer*. Com uma sensibilidade artística e estética, há a necessidade do conhecimento de uso específico das plataformas digitais para a construção do seu produto. Através de *softwares*, a área de atuação dos *designers* no digital está ligada à diversas produções que vão desde peças, ferramentas, a área da moda, até mobílias, vídeos e animações.

A representação de uma ideia não significa a sua materialização. O processo de registro e de transmissão de imagens passa necessariamente pela utilização de instrumentos. Esses instrumentos são intermediadores da ideia ou imagem para o seu registro (GUILLERMO, 2002. p. 77).

Tais elementos são propriedades da cultura digital e dão noções a respeito do que seria o patrimônio digital. De forma simples ou complexa, a interação de produtor e a produção com os espectadores na própria rede é um atributo especificamente do patrimônio digital. Os usuários da grande rede, assim, com o acesso, conseguem interagir de uma forma maior, mais veloz e presente aos objetos culturais digitais; caso o espectador/usuário tenha acesso aos *hardwares* necessários, ele pode interagir, com as devidas autorizações, com a obra e tanto alterá-la quanto destruí-la. Como indicativo dos fatores que levam toda essa interatividade com as plataformas digitais via as tecnologias, Alves elenca quatro fontes relevantes, sendo eles:

- i. o intenso processo de aumento da velocidade, de armazenamento e transmissão de dados no âmbito da Internet, materializado na tecnologia do streaming, que somente se tornou possível com o advento da computação em nuvem;
- ii. a profusão global dos dispositivos digitais móveis, notadamente os smartphones (em 1990 havia em todo o mundo cerca de 300 milhões de aparelhos celulares, em 2016 esse número foi de 8 bilhões de aparelhos, sendo 5 bilhões de smartphones, cerca de 70% da população mundial);
- iii. a convergência digital, que liga e conecta diversos dispositivos entre si, múltiplos suportes e linguagens, originando o fenômeno transmídia, inteiramente ligado à Internet das coisas;
- e
- iv. o advento da Internet 2.0, fase da Internet na qual a maioria dos dados (textos, notícias, vídeos, músicas, mensagens, imagens etc.), é criada, compartilhada e consumida pelos próprios usuários, conectados e engajados nas principais redes sociais

digitais globais, como Facebook, Instagram, WhatsApp, YouTube, Twitter etc. (no início de 2018 o Facebook possuía 2,1 bilhões de usuários). (2019. p. 139-140).

Além da internet e seu potencial de criar e recriar conexões, vínculos e publicações, outro elemento a mencionar a respeito da grande transformação tecnológica são os processadores. Criados com objetivo de sustentar toda a estrutura do computador, seu desenvolvimento específico opera e potencializa outras peças dentro das tecnologias, o que permite que computadores, ou até mesmo aparelhos celulares, possam produzir objetos culturais. O desenvolvimento do processador em sua capacidade, e a redução de seu tamanho físico, permitiu que muitas tecnologias digitais contemporâneas elevassem seu poder de produção no meio digital. Esse poderio de desenvolvimento, alinhado aos aparelhos celulares, trouxe inovações significativas, permitindo que, além de um meio de comunicação, os celulares tivessem outras funções, como gravar vídeos, fotos e mensagens instantâneas através da internet. Alguns modelos de aparelhos mais avançados têm a capacidade de suportar jogos digitais que, até então, somente os computadores tinham a devida competência. Em um exemplo com pouco mais aprofundamento, a respeito de celulares com inovações digitais, é possível, neles, produzir *designs* gráficos. Toda essa capacidade produtiva nos meios tecnológicos faz da cibercultura um interessante e desafiador objeto de estudo:

Um fervilhar de publicações impressas e um pipocamento incessante de *sítes* na internet exibindo uma semiodiversidade indescritível falam hoje em nome dessa nova forma de cultura. Os estudos sobre cibercultura estão sobretudo voltados para as construções culturais e reconstruções nas quais as tecnologias atuais se baseiam e que, conversivamente, contribuem para desenvolver. (SANTAELLA, 2003. p. 105)

O desafio, então, consiste em analisar os bens culturais digitais. Como visto, além da diversidade, seu volume e interatividade tornam, assim, complexa a compreensão sobre a cibercultura e o patrimônio digital. No meio científico, há um laborioso caminho a ser percorrido. A discussão deve ser aprofundada no que diz respeito a digitalização e interação. No próximo capítulo, irei abordar, especificamente, os desafios do ofício de historiador no contemporâneo, frente à expansão do patrimônio digital e a efemeridade característica do ciberespaço.

3. OFÍCIO DE HISTORIADOR NO CONTEMPORÂNEO E O PATRIMÔNIO DIGITAL

As tecnologias se tornaram objetos importantíssimos para a pesquisa e consulta histórica. Surgiram máquinas fotográficas com capacidade de maior foco e alcance; gravadores, ao longo dos anos, foram sendo substituídos por celulares; câmeras de filmagens apresentaram um suporte maior nos arquivos; documentos antigos puderam ser digitalizados e disponibilizados ao público; computadores ganharam maior capacidade de armazenamento; não seria mais preciso revelar filmes; entre outras tantas atividades a respeito da produção ou reprodução de fontes históricas ampliaram seu potencial em virtude do desenvolvimento tecnológico.

Tais exemplos refletem como as tecnologias digitais, além de estarem presentes em nosso cotidiano, fazem parte, também, dos nossos ofícios profissionais. A relação com as tecnologias digitais que nossa atual sociedade vem apresentando, permite identificarmos, assim, a grande difusão de informações via rede, pela quantidade, velocidade e interatividade. Essa usualidade dessas ferramentas digitais, faz reconhecer que somos a sociedade de informação, como acentua o historiador Juan Andres Bresciano:

No tempo atual, a consolidação de uma sociedade da informação, baseada na generalização das tecnologias digitais, das redes telemáticas e dos dispositivos móveis, modifica não só a forma como o passado é estudado, mas também a organização disciplinar da História como ciência e a seu relacionamento com a sociedade. (2015. p. 13).

A partir dessa reflexão, é desafiador analisar os impactos e como tais objetos digitais são suportes para a pesquisa histórica no contemporâneo. Essa árdua tarefa é decorrente da dificuldade de acompanhar a velocidade que as transformações tecnológicas apresentam e como os efeitos dessas progressões impactam nas produções culturais no meio digital. O resultado desse rápido desenvolvimento tecnológico promoveu a produção de documentos próprios do meio digital e a sua reprodução e multiplicação de maneira singular. Uma capacidade significativa de muitas informações pode ser concentrada em um único documento digital, sendo esses objetos produzidos por plataformas de textos, vídeos e/ou imagens fixas. Objeto esse, o documento digital, que Bresciano (2015. Minha tradução.) ao descrever sobre suas capacidades,

identifica-o como documento multimídia, “Como resultado, nasce o documento multimídia que reúne todos os meios possíveis de transmissão de informação, articulados através da tecnologia de hipertexto¹⁸.”

O documento multimídia pode ser transferido, compartilhado, editado, modificado, multiplicado ou até mesmo deletado. Ao observar tais apontamentos, os desafios do historiador no contemporâneo vão além da profusão de fontes históricas no meio digital. A prática de pesquisas e coleta de dados, via rede, torna-se um ambiente profundo e de grandes questionamentos acerca dos objetos próprios do meio digital. O dinamismo próprio na troca de informações, o volume significativo de objetos culturais digitais, os mais variados meios de informações, entre outras características do meio, tornam os documentos digitais passíveis de constantes questionamentos quanto a sua originalidade e autenticidade.

Diante do exposto, essas são questões-chaves deste capítulo, que procura aprofundar o debate conceitual sobre os desafios teórico-metodológicos do patrimônio digital ao ofício de historiador no contemporâneo. Aprofundamento esse que é ciente do grande desafio ao ofício de historiador, pois reconhece que debates acerca de tecnologias digitais estão sendo estudados há décadas e, somente nos últimos vinte anos que seus objetos culturais vêm sendo alvo de estudos.

3.1 O ofício de historiador e a Lei nº 14.038/2020: produtos e serviços histórico-digitais

Na esteira desse debate, é importante discorrer acerca da Lei Nº 14,038, de agosto de 2020. Norma essa, executada em contexto pandêmico, que regulamenta a profissão de historiador no Brasil e discorre a respeito das atribuições, comprometeros e, principalmente, define o que o Estado brasileiro considera atribuições dos historiadores:

Art. 3º O exercício da profissão de Historiador, em todo o território nacional, é assegurado aos:

- I - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;
- II - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

III - portadores de diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

IV - portadores de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que tenha linha de pesquisa dedicada à História;

V - profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de Historiador, a contar da data da promulgação desta Lei.

Importante salientar que a referida Lei passou por um laborioso processo desde 2009. Sua gênese remete a autoria do Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, através do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, na Comissão de Assuntos Sociais. Em continuidade, no ano de 2012, o Projeto de Lei passa a ser debatido por outras comissões; mas, nesse período por meio da PL n. 4.699-B. Essa circulação em meio às comissões, como característica das leis construídas no país, apresentara discussões significativas, a destacar, de maior criticidade, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos.

Ao discorrer em seu relatório sobre a PL. n. 4.699-B, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos ressaltou que tal projeto não seria inédito, ao mencionar o Projeto de Lei n. 2467, de 1983, de autoria do Deputado José Carlos Fonseca, que foi arquivado. Ainda sobre o relatório, outra informação a ser destacada consiste no apontamento da Comissão sobre a ausência do conceito de definição o que é o Historiador, mas que, em contrapartida, apresenta os ofícios da profissão:

O texto do Projeto não oferece um conceito de Historiador, mas restringe o exercício da atividade aos graduados em curso superior e aos portadores de diploma de mestrado ou doutorado em História e atribui-lhes, privativamente, o magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior; a organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História; o planejamento, a organização, a implantação e a direção de serviços de pesquisa histórica; o assessoramento, a organização, a implantação e a direção de serviços de documentação e informação histórica e o assessoramento voltado à avaliação e à seleção de documentos, para fins de preservação, bem como a elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos. (BRASIL, 2012).

Partindo dessa observação e analisando a tramitação do projeto de lei, de autoria do Senador Paulo Paim, o registro como celetista foi a questão que levou adiante a aprovação como lei federal. Essa constatação é feita ao comparar e analisar os textos apresentados em 2009, 2012, 2015 e 2020. Nota-se a presença de registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no documento de 2009; já, na aprovada Lei. 14.038, em 2020, a conclusão é a mesma, apesar da mudança de texto: “Art. 7º O exercício da profissão de Historiador requer prévio registro perante a autoridade trabalhista competente.” (BRASIL, 2020).

Entretanto, algumas alterações significativas foram feitas ao longo dos anos, motivadas por vários fatores. O que compete trazer para a discussão nesse momento é justamente o Art. 4º, que diz respeito às atribuições do historiador, que sofreu alterações em 2012. No texto apresentado na Câmara dos Deputados em 2009, o que podemos considerar como o texto inicial, o inciso II do Art. 4º, apresenta a seguinte informação: “II – organização de informações para publicações, exposições e eventos em empresas, museus, editoras, produtoras de vídeo e de CD-ROM, ou emissoras de televisão, sobre temas de História;” (BRASIL, 2009. p. 1). Através dessa informação, podemos fazer algumas considerações que, inicialmente pelo reconhecimento por parte do legislativo brasileiro às capacidades das tecnologias digitais, por conseguinte, fica a cargo do historiador gerir tais ferramentas para além da produção de fontes, como, também, para a preservação e manutenção de temas relacionados à História.

O texto de 2009 fez uma abordagem que evidenciou as tecnologias digitais como ferramentas presentes no ofício de historiador. Entretanto, o texto de 2012, que seria o substitutivo e que serviu de base decisiva para o projeto final de 2020, apresentou alterações significativas no que diz respeito às atribuições do historiador e sobre sua relação com as tecnologias digitais contemporâneas e o ofício de historiador. Ao expor de maneira simplificada os incisos correspondentes ao Art. 4º, que compete às atribuições do historiador, o segundo inciso foi reduzido a tal proposta: “II – organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;” (BRASIL, 2020). Portanto, como visto, a responsabilidade de gerir os acervos permaneceu como uma das atribuições do

historiador; porém, há ausência de menção às tecnologias digitais contemporâneas no texto final.

A falta de referir as tecnologias digitais contemporâneas abre margem para diversas compreensões acerca do ofício de historiador. Entendimentos esses que podem considerar, às vezes, equivocadamente, o historiador como uma profissão alheia às tecnologias digitais contemporâneas e que é capaz apenas de operar ferramentas tradicionais do seu ofício. É a partir dessa constatação que é possível obter alguns vestígios da dimensão que é o desafio do historiador no tempo presente. Tal observação, em primeiro momento, pode ser considerada exagerada, mas se fundamenta ao registrar que, não fazer menção dessas ferramentas ao ofício de historiador, além de conflitar com o texto de 2009, conflita com o desenvolvimento de uma sociedade que se relaciona cada vez mais através das tecnologias digitais contemporâneas.

A dimensão dessa preocupação pode ser compreendida não só pela tarefa do historiador em operar a manutenção de acervos digitalizados, mas também nas demais atribuições de seu ofício, como: pesquisa histórica, relatórios, avaliações, pareceres, laudos e entre outras ações, que estão presentes nos incisos III, IV, V e VI do Art. 4º. Boa parte dessas atribuições são registradas como característica do ofício de historiador, pois são práticas e, em sua maioria, em objetos materiais. Contudo, com a diversidade de plataformas e objetos culturais digitais, como proceder todos esses atributos nesses bens culturais? Por mais que um volume de orientações técnicas possa ser considerada uma limitação ao profissional da História, no que tange aos objetos culturais digitais, urge a necessidade para além de regulamentações profissionais: é preciso aprofundar o conhecimento técnico e, para isso, é importante constar em documentos oficiais a presença de tais tecnologias como ferramentas imprescindíveis do historiador contemporâneo.

Tais apontamentos são relevantes e necessários, pois a Lei. Nº 14.038, apesar de ser debatida entre comissões, deputados e senadores, foi construída e acompanhada por instituições do campo do historiador, em destaque a ANPUH³¹

³¹ Fundada no estado de São Paulo no ano de 1961, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH, é uma instituição que se propõe a capacitar profissionais da História. Para alcançar seus objetivos, ela promove discussões, capacitações, estudos e

(Associação Nacional dos Professores Universitários de História). Sendo uma das organizações protagonistas que atuou junto ao legislativo federal pela aprovação da Lei, a ANPUH, periodicamente, publicou em seu site informativos dos desdobramentos do Senado, como também articulou e mobilizou os interessados a fazerem pressão pela ratificação. Ao analisar as publicações por parte da ANPUH, nota-se que o seu posicionamento se centrou em contribuir em questões relacionadas às disciplinas que envolvem a História, como também nos cursos que formam o historiador. Esse posicionamento crítico da ANPUH, juntamente a outras organizações, é registrado com três ressalvas que expuseram o foco da instituição em relação ao texto original, como ela apresenta:

1. A exemplo de outras leis de regulamentação profissional, a dos historiadores deveria incluir um mecanismo de reconhecimento pleno e registro formal de todas as pessoas que já trabalham no campo histórico, independentemente de sua formação acadêmica original (por analogia com a maior parte dessas outras leis, e mesmo com projetos arquivados que tentaram regulamentar a profissão de historiador, a sugestão foi de cinco anos de exercício prévio).

2. Tendo em vista que a formação de historiadores da ciência plenamente profissionais não se dá apenas em cursos de graduação ou pós-graduação em história, mas é obtida igualmente, e com frequência cada vez maior, em programas de pós-graduação interdisciplinares ou da área de ensino, mantivemos nossa posição já conhecida de que seria fundamental que a lei os reconhecesse sem distinção (valendo o mesmo princípio para os historiadores profissionais da educação ou da arte, que costumam se formar em linhas de pesquisa históricas de programas de pós-graduação de suas áreas).

3. No que se refere ao ensino de história, mantivemos a posição há muito explicitada de que, no caso do magistério superior, a autonomia universitária é o valor fundamental, sendo inaceitável reservar a atuação nesse nível de ensino apenas aos historiadores com registro profissional; e, no caso do magistério na educação básica, a preparação em curso de licenciatura deveria ser explicitamente prevista. (2015).

Da mesma maneira, outras instituições somaram forças pela aprovação da Lei junto a ANPUH. Organizações que também apresentaram críticas significativas em 2012 a respeito da regulamentação da profissão de historiador

formações no campo da História por meio dos seus eventos. Um dos exemplos da sua articulação é o Simpósio Nacional de História, considerado por ela, como o maior evento da América Latina no campo da história. Mais informações: <https://anpuh.org.br/>

foram a Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC)³² e a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).³³ Ambas instituições fomentaram apontamentos acerca da formação do historiador como profissão para além da formação na graduação no curso de História. A SBHE, em seu manifesto, reiterou a crítica de que a formação do historiador pode ser oriunda de diversas graduações ou, até mesmo, de áreas da pós-graduação, principalmente dos estudos relacionados à área da educação:

Trata-se, portanto, de uma expressiva comunidade acadêmica solidamente estabelecida, cuja formação e cujo investimento em pesquisa acham-se profundamente enraizados na área de educação, ainda que em interface com a História. A disciplina História da Educação, para exemplificar, tem o seu nicho principal nos cursos de formação de professores, podendo aparecer como optativa em outros cursos (inclusive de História). Da mesma forma, cursos de mestrado e doutorado da área de educação têm sob a sua responsabilidade a formação específica de historiadores da educação. (SBHE, 2012).

Apesar da atuação fundamental da ANPUH e das demais instituições citadas no que diz respeito à profissionalização do historiador, o debate contemporâneo acerca das tecnologias digitais no ofício do historiador não foi primordial. Essa ressalva é feita em decorrência de situar por onde e como o historiador atua, questão essa que foi abordada em 2012, porém não é apresentada em nenhum dos textos que serviram de base para a Lei. Nº 14.038/2020. Algumas dessas reflexões vêm sendo discutidas no meio acadêmico, principalmente questões no âmbito da digitalização e da arquivística digital, áreas em que é notório um vasto material científico.

3.2 Os desafios do historiador-pesquisador no âmbito da arquivística digital

No âmbito arquivístico, há, para o historiador, produções que o asseguram quanto ao processo de salvaguarda dos objetos históricos. Ao produzir acervos digitais, além da responsabilidade da preservação e transmissão de informações por meio dos objetos culturais digitais destinados ao público-alvo, deverá,

³² Criada no ano de 1983 na cidade de São Paulo, a Sociedade Brasileira de História da Ciência tem por objetivo estabelecer relações, no âmbito acadêmico, entre pesquisadores, professores e acadêmicos cujo interesse seja a História das Ciências. Mais informações: <https://www.sbhc.org.br/>

³³ Fundada no ano de 1999, a Sociedade Brasileira de História da Educação é uma associação de caráter civil, que tem por finalidade atuar no desenvolvimento dos profissionais da educação ligados ao campo da História. Mais informações: <https://sbhe.org.br/>

também, assim, analisar as fontes digitais produtoras dos objetos culturais: metodologicamente, buscar a fundo a origem das produções históricas que estão expostas em canais digitais, e promover uma comparação das fontes físicas e digitais, para que seja possível conseguir tirar conclusões a respeito das fontes. Essa credibilidade às fontes digitais ainda é tema de discussões por pesquisadores do campo digital, em debates sobre confiabilidade, origem e veracidade. Como aponta Bresciano:

No caso específico dos documentos eletrônicos, o trabalho heurístico não é menos exigente quando comparado às fontes clássicas. [...]

Dadas as objeções de alguns pesquisadores sobre a confiabilidade dos novos recursos heurísticos, desenvolveu-se uma sólida reflexão metodológica, destinada a estabelecer pautas de validação dos documentos eletrônicos. Nasceu, assim, uma heurística digital, que responde a uma crítica interna e externa das fontes. (2015. p. 27 e 28. Minha tradução.).

Analisar as fontes que surgem no ciberespaço pode parecer, em primeiro momento, um processo impreciso e quase que impossível, devido ao modo em que os objetos digitais são hospedados na rede. Ao compararmos o ofício de historiador em analisar as fontes tradicionais (que podemos exemplificá-las como: livros, artigos, jornais, entrevistas, áudios, entre outros documentos), esse sujeito, o historiador, tem praticamente um ritual, que, devido ao seu rigor metodológico no tratamento das fontes, não as manuseia de qualquer forma, não registra uma gravação/imagem em qualquer material e, muito menos, uma filmagem com qualquer aparelho. Portanto, todo esse cientificismo acerca dos estudos decorre do fato de que o historiador tem compreensão, devido a sua formação crítica, de que os objetos e sujeitos históricos são muito mais do que bases de informações. Ao abordar sobre essa questão, Barros justifica a razão da História ser uma entre tantas ciências:

As fontes, e multiplicação de metodologias apropriadas para o trabalho sobre cada tipo diferenciado de texto – bem como a compreensão de que as fontes não contêm apenas informações, mas principalmente discursos a serem analisados – tornam-se a base do seu método. (2022. p. 45)

Porém, no ciberespaço, o historiador irá se deparar com os bens virtuais; por isso, não será possível obter algumas experiências semelhantes às fontes tradicionais, não dedilhará folha por folha, ou apertará o *play* do gravador para

ouvir e/ou ver a sua fonte, mas irá clicar nos itens desejados, rolará o cursor para subir, descer e/ou marcar o texto. Ao confrontarmos os procedimentos tradicionais que o historiador está familiarizado, seu ofício permanecerá o mesmo: analisar os conteúdos históricos com a criticidade que confere ao seu ofício. Entretanto, uma boa parte dos primeiros acervos históricos nos meios digitais foi proveniente da transferência do material para o digital; já, no tempo presente, o ciberespaço é uma nascente de fontes próprias do meio digital. É importante, nesse caso, reconhecer que dentro do ciberespaço há dois modelos significativos de fontes: as virtuais e as digitais. Essa distinção se faz necessária para discorrer a respeito do ofício de historiador na Era Digital. Para esse discernimento qualitativo, em considerações a respeito dessas fontes, o historiador José D'Assunção Barros explicita que:

Temos, de um lado, as fontes digitais; e, de outro, as fontes virtuais. Podemos distinguir o primeiro grupo do segundo com a ideia de que as fontes digitais são digitalizações de fontes que existem no mundo físico (p. ex., oriundas de uma instituição que digitalizou ou microfilmou o seu acervo, e o tornou acessível na Web). Ou, ainda, estão incluídas nas fontes digitais aquelas digitalizações que já circulam na Internet no formato pdf, ou através de e-books que apresentam versões digitais de livros impressos, e outros tipos mais. Já as fontes virtuais, mais propriamente ditas, são aquelas já nascidas no ambiente da virtualidade. Há uma variedade muito grande delas: os blogs, sites, chats, e-mails, redes sociais com suas postagens, plataformas de compartilhamento de vídeos como o YouTube, e todo o vasto universo de fluxos e fixos que contribuem para configurar o ciberespaço. (2022. p. 64).

Em meio ao primeiro tipo de fontes - as digitais -, instituições ou organizações científicas vêm adotando cada vez mais esse procedimento por diversas razões, sendo para compartilhar, divulgar e/ou salvaguardar algum material que seja de grande valor histórico. Nesse âmbito de proteção e exposição, instituições públicas patrimoniais cada vez mais usufruem das plataformas digitais para a exposição e publicação de seus materiais, assim se comunicando com a sociedade. O historiador, então, tem o desafio de comunicar além dos seus pares. Mas, em primeiro momento, antes de se conectar ao leitor/usuário, o historiador precisa fazer o exercício de compreender a característica, que é singular, da comunicação no ciberespaço. Sendo assim, a hipertextualidade se faz presente, tornando a comunicação via rede dinâmica em relação aos meios de comunicação tradicionais. De forma descritiva, e de maneira

explicativa, Dodebei faz um comparativo entre as práticas de leitura, e, para exemplificar, compara a tradicional de rolo e a por meio digital, que pode vir a ser repleta de *hiperlinks*:

A aproximação da técnica do manuscrito à do hipertexto é, neste particular, a de rolagem remetendo aos índices, com a diferença da inserção no tempo. Se para os rolos as relações temáticas se processavam mediante a consulta em “tempo linear” aos índices ou catálogos, para o hipertexto, a consulta é realizada em “tempo real. (2003).

De maneira peculiar, o leitor, imerso em sua atividade de leitura, pode, como destaca Dodebei, sem um procedimento padrão, navegar via texto digital para outras fontes e referências. Muitas dessas possibilidades estão presentes nos textos via *hiperlinks*, nos quais o usuário pode clicar e ser direcionado a outras páginas da web, como também abrir outras abas e, por sua própria decisão, explorar outros documentos ao mesmo tempo. Distinguindo *hiperlinks* de hipertextos, Prado ressalta que os hipertextos, no contemporâneo, apresentam ainda uma dinâmica muito mais acessível, interativa e desafiadora, e que o autor propõe uma metodologia própria:

Além da interação entre os usuários da internet, sejam eles autores ou leitores, o hipertexto favorece a interatividade dos usuários com o ambiente web, possibilitando-lhes uma relação mais ativa com as informações e formas peculiares de navegar pelo conteúdo, uma vez que eles podem escolher quais links serão acessados e em que sequência isso será feito. Não se trata, evidentemente, de *hiperlinks* que promovem apenas a ligação entre textos, mas que conectam e remetem a páginas web nas quais convergem múltiplas mídias: textos, imagens, infográficos, áudios, vídeos etc. (2021. p.14).

Boa parte desses documentos produzidos nos meios digitais estão em acervos de instituições públicas ou privadas, mas que, de alguma maneira, passaram por um processo de digitalização. Método esse que geralmente é baseado em práticas tradicionais de conservação e manuseio de bens materiais. Uma das referências dessa dissertação foi a pesquisa no próprio acervo da UNESCO através do Unesco Doc, que, apesar de possuir um vasto material digitalizado que, inclusive, serviu de fontes a essa escrita, o seu portal apresenta dificuldades nos critérios de busca dos documentos. O que se deseja apontar é que boa parte do tempo foi consumida em pesquisa no site devido a suas

ferramentas de pesquisa limitadas, a exemplo da classificação cronológica, na qual o pesquisador tem de eliminar os anos indesejados um por um.

Outro ponto de desafio ao historiador relacionado aos *hiperlinks*, é a parte de fazer a pesquisa no próprio ciberespaço. Como já compreendido, as informações promovidas pelos objetos digitais podem levar o pesquisador a entrar numa imersão via rede ao dar sequência de cliques nos *hiperlinks*. Esse alerta é devido a variedade de fontes que, possivelmente, estão ligadas dentro do próprio texto. Para exemplificar, o meio mais comum, devido ao fácil acesso, é o Wikipedia, que, em seus textos, possui *hiperlinks* que o usuário, em meio a sua leitura e pesquisa, pode clicar e dar sequência a sua pesquisa abrindo novas abas que contém outro texto. Para facilitar essa compreensão sobre os *hiperlinks*, a figura 2 foi extraída do Wikipedia, como pode ser visto abaixo:

Figura 2 - Hiperlink no Wikipedia



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Por isso, há o processo de paciência. Apesar da velocidade com que a internet promove os seus objetos e nos conecta via os nós dessa rede (Castells, 2015), podemos perder o foco da pesquisa e nos desvirtuarmos do objetivo. Em determinados momentos da pesquisa, ao compartilhar a sua experiência, o autor desta dissertação distanciou-se do seu principal objetivo ao navegar imerso nos

hiperlinks. Por essa razão, a rigorosidade metodológica é necessária aos historiadores na sua pesquisa no ciberespaço para não cometer desvios e manter-se dentro dos seus objetivos. Para manter o foco, Barros aponta que o historiador precisa estabelecer o centro da sua pesquisa:

Por isso, faz parte da metodologia do historiador que analisa redes sociais, ou que as toma como fontes, identificar os “centros”. Caso contrário, pode se perder em um labirinto de nós e conexões. Mas, um alerta já familiar à historiografia tradicional: o que define a importância deste ou daquele discurso, fluxo ou fixo para uma pesquisa é o problema historiográfico que se tem em vista. (2022. p. 73).

Ao focalizar o centro de sua pesquisa, se ater aos problemas permitirá que, mesmo em meio a significativa quantidade de fontes, o historiador possa desenvolver e apresentar o seu produto. Nesse âmbito da pesquisa histórica no ciberespaço, as fontes virtuais permanecem um desafio contemporâneo; em contrapartida, as fontes digitais se apresentam de maneira mais cômoda. Apesar dessa facilidade de acesso, a produção dessas fontes digitais não representa ausência de critérios científicos para a sua elaboração. Reconhecendo a potencialidade da digitalização como meio de preservação, mas também de facilidade para a pesquisa histórica, o historiador Juan Andres Bresciano aponta que, havendo a necessidade de critérios a serem estabelecidos para a digitalização, essa metodologia precisa ir além da transferência para o ciberespaço:

O investigador, a equipe de investigadores ou a instituição que decidir recorrer à digitalização deve possuir as ferramentas necessárias para garantir a consulta dos materiais a potenciais usuários.

Não basta ter à disposição os instrumentos de reprodução para que o processo tenha sucesso: é necessária uma infraestrutura que permita amplo acesso — através da divulgação através de uma edição em CD ou em um site - e um serviço regular, por meio de um compromisso institucional que garanta a continuidade do acesso e aconselhe o do usuário. (2010. p. 20. Minha tradução.).

Compreendendo que a digitalização acelerou o processo de transferência dos bens materiais ou imateriais para o ciberespaço, e mesmo que esse processo possua critérios, essa ação apresenta um desafio ao historiador não só pela qualidade dos objetos transferidos, mas também no sentido quantitativo. Porém, boa parte desses materiais que se encontram alinhados ao método de seleção,

manutenção, arquivística e gestão para a digitalização é desenvolvido por instituições patrimoniais que já utilizam do seu conhecimento sobre as tecnologias digitais recentes para esse processo. Dentre essas tecnologias contemporâneas de destaque, e presente em algumas instituições internacionais, a inteligência artificial se sobressai, sendo destinada a fazer todo o labor da arquivística.

Como uma tecnologia contemporânea ao uso comum, a Inteligência Artificial não é uma criação recente. Sua presença e atuação já foram identificadas, por exemplo, em agendamentos para envio de e-mails e outras funções programadas para aplicativos. Mas, ganhando cada vez mais presença no mercado, essa tecnologia - Inteligência Artificial - pode ser encontrada em diversas plataformas. Suas multifuncionalidades têm entusiasmado alguns pesquisadores, como ressalta o historiador Giliard da Silva Prado (2021. p. 15). Porém, da mesma maneira de outras plataformas, seu uso exige um rigor do historiador para a produção de fontes ou análises de documentos.

Fortes e Alvim (2020), em seu trabalho, tecem três apontamentos significativos sobre a potencialidade de utilização da inteligência artificial, uma dessas observações, como é constatado, é o uso para traduções de idiomas em materiais danificados. Analisando essas constatações sobre o uso da inteligência artificial, tal tecnologia pode, primeiramente, ser indicada para identificação e autoria de documentos, metodologia que já é utilizada por diversas instituições, que através da análise de como foi escrito o documento, reconhece estilos de caligrafia, permitindo identificar a autoria e outros dados. O segundo processo é a modelagem de tópicos, que consiste, nas palavras dos autores, em: “A modelagem de tópicos consiste em encontrar tópicos abstratos, dentro de uma coleção de documentos previamente selecionada, gerando a identificação de grupos de documentos.” (2020. p. 219). Por fim, a terceira - e última - recomendação corresponde a extração de informações de documentos através de termos pré-especificados. Para isso, Fortes e Alvim estabelecem que tal metodologia, por meio da inteligência artificial, pode:

Por exemplo, em acervos digitalizados de jornais de negócios que contenham anúncios de “eventos de sucessão de gerenciamento” (aposentadorias, nomeações, promoções, etc.), é possível, por meio dessa técnica, extrair os nomes dos participantes (empresas e indivíduos), o cargo envolvido em cada um desses eventos, o motivo da abertura vaga e assim por diante. A EI também pode

ser utilizada para preencher bancos de dados a partir de fontes de informação estruturadas, de fontes de informação não estruturadas ou até mesmo de textos livres. (2020. p. 221).

Tais contribuições são de grande valor para o ofício de historiador no tempo presente; entretanto, o desafio maior está em fontes não oficiais ou não digitalizadas. Portanto, como visto, a função do historiador se difere muito de práticas comuns sobre a pesquisa histórica, o que suscita, a partir desse momento, questões acerca do arquivamento desses documentos digitais e sua destinação à pesquisa histórica: como armazenar tais documentos históricos digitais? O computador é capaz de armazenar todo e qualquer tipo de objeto? A resposta para tais questionamentos podemos encontrar nas palavras de Barros, ao exaltar a potencialidade do computador, que vai muito além de uma ferramenta para armazenamento:

O potencial multifuncional dos computadores é surpreendente: executam com ganhos inúmeras atividades mais simples – como a de produção e edição de textos (o que terminou por transformar as antigas e tradicionais máquinas de escrever mecânicas em meras peças de museus), até tarefas mais complexas de armazenamento e processamento de dados, cálculos realizados em larga escala e com grande velocidade, produção de realidades virtuais, execução de jogos de todos os tipos, edição de imagens fixas ou de imagens-movimento. (2022. p. 24-25).

Para além da diversidade e quantidade, bens produzidos que são expostos no ciberespaço se tornam potenciais desafios ao ofício de historiador no que diz respeito à autoria dessas fontes. A dificuldade que o historiador tem em identificar a autenticidade de objetos ou fontes no ciberespaço não é tarefa exclusiva desse meio; esse desafio característico do ofício de historiador também é identificado em fontes materiais, como reflete Prado:

A impossibilidade de determinação da autoria tem sido, por vezes, apontada como um fator que indicaria a inadequação do uso de alguns documentos digitais na pesquisa histórica. Há, no entanto, uma longa tradição de uso de diversos documentos em suporte físico – como é o caso de cartas, textos literários, panfletos políticos etc. – em relação aos quais não é possível estabelecer com exatidão a autoria em virtude do recurso ao anonimato, dos pseudônimos, ou simplesmente do péssimo estado de conservação em que se encontram as páginas do manuscrito ou do impresso no arquivo, mas que, nem por isso, deixam de ser fundamentais na busca de respostas para determinadas problemáticas de pesquisa. (2021. p. 11).

Como visto, as fontes digitais e materiais possuem similaridades no que diz respeito a identificar os autores. Entretanto, às fontes digitais, o desafio é mais complexo pois, em determinadas plataformas, elas podem ser alteradas, modificadas e, até mesmo, apagadas. Nesse laborioso processo do historiador, fazer a pesquisa históricas nos meios digitais necessita de cuidados maiores no seu processo investigativo, como destaca o historiador Fabio Chang de Almeida: “Ao contrário de um livro ou uma revista impressa em papel, na Internet muitas vezes é mais difícil avaliar a autoria e procedência do material. Tais características implicam a adoção de critérios cuidadosos para a seleção de fontes da Internet a serem utilizadas em uma pesquisa histórica.” (2022. p. 171).

Como reconhecido, o ciberespaço é um ambiente que potencializa a volatilidade de seus objetos; portanto, há riscos significativos de documentos sofrerem adulterações ou plágios. Para a seguridade da documentação digitalizada, o historiador Bresciano traz contribuições significativas à prática da gestão documental digital para certificar a autoria. Aportes esses que são contemporâneos: dois deles são acessos às ferramentas mais comuns - a assinatura eletrônica e a marca d'água:

(i) A assinatura eletrônica. Os documentos tradicionais possuem assinaturas, rubricas, sinais e selos que permitem sua validação. Algo análogo acontece com as fontes digitais. Ao analisar a assinatura eletrônica, desaparecem as incertezas quanto à autoria de um documento⁵⁴.

(ii) A marca d'água. Este procedimento é usado para verificar a autenticidade do papel, de um manuscrito ou impresso, evitando, assim, falsificações. A marca d'água consiste em uma imagem que aparece devido à diferença de espessura em uma folha de papel. Na área de informática, esse procedimento clássico é adaptável de tal forma que, atualmente, existem programas que incorporam uma imagem associada a um documento. Caso haja dúvidas sobre a autenticidade, o pesquisador pode tornar visível a marca d'água, utilizando o programa apropriado⁵⁵. (2010. p. 52. Minha tradução).

Contribuições essas, como de marca d'água e assinatura eletrônica, vêm sendo utilizadas cada vez mais por instituições oficiais, como no caso do Brasil, que através da Lei nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020³⁴, durante a pandemia de COVID-19, estruturou todo um sistema para que os cidadãos pudessem, por

³⁴ Para maior informação e acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/114063.htm

meio do sistema eletrônico governamental, assinar documentos de suas autoridades. Essa adaptação é significativa, pois permite uma relativa autonomia ao cidadão que, no seu desejo privado, pode autenticar documentos de qualquer origem, bastando que o material seja compatível com o sistema.

Entretanto, muito dessas dificuldades é decorrente da efemeridade como essas fontes são hospedadas nas webs (PRADO, 2011. p. 11). Essa dinâmica de publicar determinado conteúdo, deletá-lo ou ser removido por infringir determinadas diretrizes, faz com que muitos acervos fiquem inacessíveis. Apesar da volatilidade, boa parte dos objetos digitais que permanecem registrados, podem não estar mais acessíveis; entretanto, dentro da programação das plataformas digitais, existe toda uma estrutura que armazena as informações que são registradas no ciberespaço. Uma referência dessa potencialidade de armazenamento das plataformas digitais pode ser mais bem compreendida quando Barros traz exemplos de empresas que se apropriaram dos dados de seus usuários de forma abusiva por não serem autorizados a obter essas informações:

Ao lado disso, os casos emblemáticos que desnudaram abusos na investigação global de dados da Internet revelaram que se encontram bem desenvolvidos muitos programas capazes de registrar e armazenar dados identificadores, trocas de mensagens e ações realizadas pelos usuários⁶⁴. Entre estas ações que deixam rastros – apenas para citar algumas possibilidades – estão os históricos de pesquisas, conteúdos de e-mails, transferências de arquivos, vídeos, fotos, chamadas de voz e vídeo, logins e detalhes de redes sociais. (2022. p. 78).

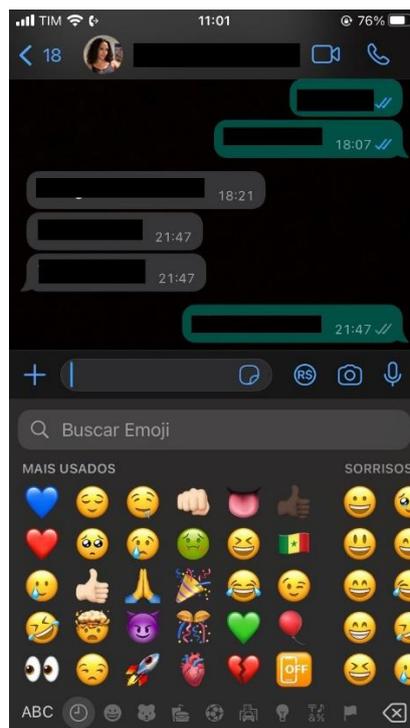
Dessa maneira, por mais que esteja familiarizado com os procedimentos metodológicos em busca da autenticidade, no âmbito digital o que pode facilitar o ofício de historiador, seria concessão de acesso à tais fontes por meio da autorização dessas empresas, ou de um processo investigativo laborioso para ir a fundo em publicações mais antigas. Essa acessibilidade, ou obstinação, pode vir a ser frutífera ao historiador em sua pesquisa, como aponta Barros:

De maneira direta através da paciente navegação através da Internet acessível ou de programas que podem revelar a Internet oculta, ou ainda de maneira indireta através de fontes tradicionais – como os processos e as matérias jornalísticas –, o ciberespaço pode se tornar um livro aberto às mais variadas investigações, historiográficas ou não⁶⁵. (2022. p. 79.)

Porém, tais mecanismos de programação, em grande potencial, ainda só são possíveis através dos computadores. Reconhecer toda essa potencialidade

presente no computador, caso seja capacitado com os devidos *softwares*, é fazer valer o uso dele também como ferramenta para além da pesquisa histórica, mas para a produção de fontes, que por diversos meios, sendo eles por textos, áudios e/ou vídeos. Essa diversidade e quantidade de fontes traz um desafio ao historiador que, apesar de fazer parte de seu ofício, é característico das expressões culturais do ciberespaço; nesse caso, a forma como os textos são digitados. Indo além da questão dos *hiperlinks*, essa peculiaridade comunicativa é identificada por: abreviações das palavras ou gírias próprias das comunidades do ciberespaço, que também podem ser os ícones fornecidos pelas plataformas de comunicações, que são: *stickers*, *gifs* e *emojis*. Para demonstrar a presença de tais objetos na comunicação digital via aplicativos, a figura 3 apresenta os emojis, ícones disponíveis pelas próprias plataformas digitais.

Figura 3 Emojis presente no teclado do WhatsApp.

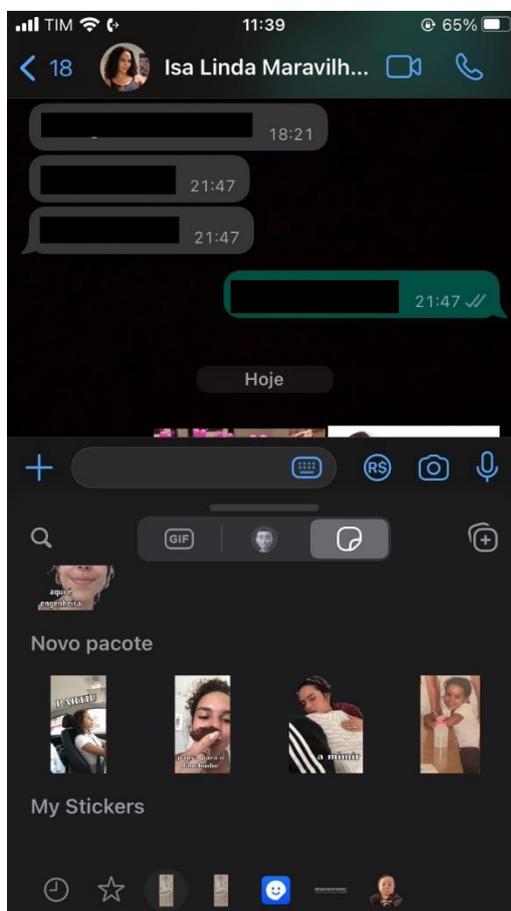


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Outro exemplo que é característico na comunicação digital, são os *stickers*, popularmente conhecidas como figurinhas. Esses objetos são criações próprias dos usuários em plataformas específicas e diferente dos emojis, os *stickers* precisam ser passar por um processo de incorporação ao teclado do usuário. Tais expressões, os *stickers*, podem ser imagens fixas ou animadas, que representam

a comunicação e interação dos indivíduos. Como pode ser compreendido através da figura 4, os usuários podem se expressar da maneira que mais lhes convém, sem seguir um padrão e suas mensagens compactadas em apenas um ícone:

Figura 4 *Stickers* presentes no teclado do *WhatsApp*



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Tais itens, que representam expressões, podem ser encontrados em comunicações nas plataformas mais acessadas pelos usuários, como o *WhatsApp*, *Telegram*, *Facebook*, *X* (antigo *Twitter*) ou *Instagram*. “O uso das múltiplas formas de registros das experiências humanas disponíveis na web como fontes da pesquisa histórica requer lidar com fontes que se caracterizam por serem abundantes, voláteis, dinâmicas, efêmeras, fragmentadas, lacunares etc.” (PRADO, 2021. p. 10).

Para alguns historiadores, discutir a relevância dessas expressões para a historiografia pode vir a ser uma afronta, pois além de serem comunicações específicas de determinados grupos no ciberespaço, são entendidas como

comunicações triviais por eles. Ausentar essas expressões da discussão do ofício de historiador no tempo presente pode legitimar, ainda mais no campo da historiografia, uma escrita academicista e, conseqüentemente, isolar as produções do público. Portanto, analisar essas fontes em potencial é chegar o mais próximo de entender boa parte das relações contemporâneas, como Almeida destaca, ao problematizar se uma conta na plataforma X (antigo *Twitter*) deve ser considerada como fonte histórica: “Tal material pode e deve ser analisado pelos historiadores, pois ao não o fazer se estaria correndo o risco de negligenciar períodos e acontecimentos importantes da História do Tempo Presente.” (2022. p. 127).

Entretanto, para analisar boa parte das publicações em plataformas digitais, é preciso, também, fazer estudos acerca da utilização dos aparelhos celulares. Essa relação decorre de que boa parte dos usuários de tais aplicativos têm o seu acesso através dos seus *smartphones* - desafio que apresentaremos no próximo tópico.

3.3 Celulares e aplicativo: desafios contemporâneos ao ofício de historiador

As transformações tecnológicas do aparelho celular permitiram a expansão da sua função. O celular não é mais apenas uma ferramenta para comunicação oral. É, também, uma ferramenta para o ofício de historiador, sobretudo para registro audiovisual, coleta e propagação de informações (dentre outras funções com utilização de inúmeros aplicativos de auxílio ao ensino, à pesquisa e à produção de conhecimento histórico). A sua multifuncionalidade e transformação ao longo dos anos está relacionada a uma das características da revolução microeletrônica: a estrutura física mais compacta possível e as capacidades virtuais as maiores possíveis. Paralelamente, o celular foi acompanhando o desenvolvimento do computador e demais tecnologias digitais contemporâneas:

Ao final deste processo de progressiva redução e rápida expansão social dos dispositivos computacionais, o indivíduo comum passaria a ter ao seu dispor, a um simples toque dos dedos, todas as multifuncionalidades de um computador e de um celular, além de outras como as de máquinas fotográficas digitais e microcâmeras de vídeo, além da concomitante integração à rede mundial de computadores³¹. (BARROS, 2022. p. 27).

Em meio a toda essa potencialidade, é preciso fazer apontamentos sobre o celular que, podemos assim considerar, é uma das tecnologias mais

transformadoras no meio da comunicação. Destaques que só foram possíveis devido à disputa de mercado entre as empresas privadas responsáveis por sua produção. Desde a década de 1980, tais empresas visaram à construção de um objeto que pudesse concentrar toda a funcionalidade da comunicação, seja por voz, texto, vídeo e/ou imagens; sendo assim, essa tecnologia passou a ser uma das mais consumidas no mercado global. Para reforçar esse argumento, Briggs e Burke trazem informações significativas em um dos territórios mais ricos do mundo e apontam as empresas em disputa:

Em 2000, havia cinco milhões de telefones celulares no Reino Unido. Em 2004, eles eram quase 50 milhões. [...]

Apesar disso, a competição na produção de telefones celulares era dura. Philips, Ericsson, Sony e Nokia estavam entre os fabricantes que faziam ofertas ideais, e a Vodafone — freqüentemente fora das páginas de publicidade e do noticiário. 2006. p. 327).

O crescimento do usufruto dos celulares se consolida ainda mais no mercado com o advento da possibilidade de conexão com a internet. A capacidade de conexão na rede via celular também movimentou o desenvolvimento de *softwares* para serem consumidos pelos usuários. Sendo assim, as plataformas digitais, que podemos também chamar de aplicativos, oferecem uma variedade de serviços aos usuários, seja para compras, relacionamentos pessoais, trabalho, estudo etc. Dentre tantas capacidades, podemos destacar o uso para agregar ao conhecimento da disciplina de História, como é registrado por Bresciano, destacando a potencialidade desses meios no campo histórico:

A utilização de aplicativos digitais para os celulares inteligentes está em constante crescimento, visando, principalmente, proporcionar passeios históricos através da geolocalização do quadrante urbano. (BRESCIANO. 2015. p. 74. Minha tradução.).

Como uma ferramenta muito poderosa, o celular ampliou a capacidade da sociedade de informação de ir além da interação digital com chamadas de vídeos, publicações em páginas de mídias sociais; também permitiu que, dentro dessa interação social, fossem ampliados os espaços para debates históricos patrimoniais. Essa capacidade que o celular contemporâneo detém permite que o usuário, ao acessar a internet, tenha múltiplas possibilidades. Uma dessas qualidades é a de promover ao pesquisador/usuário que, no seu interesse público ou privado, possa obter informações sobre determinados assuntos ou localidades

através de sites ou plataformas digitais, inclusive facilitando para a produção de fontes históricas:

Se no passado os historiadores precisavam viajar para outros países, nos casos em que as suas fontes estivessem nesses lugares e não tivessem sido publicadas, hoje é possível fazer uma boa pesquisa historiográfica de qualquer parte do mundo ligada à rede, sobre qualquer temática histórica relacionada a qualquer outra parte do mundo. (BARROS, 2022. p. 63).

Portanto, outro atributo significativo dos aparelhos celulares, principalmente os de última geração, é a oportunidade de produzir fontes históricas além das tecnologias tradicionais. Da mesma maneira que se exige um rigor científico às análises dessas fontes presentes no meio digital, é preciso, também, para as produções e publicações. Todo esse critério, como destaca Prado ao analisar a pesquisa histórica no meio digital, é para que, durante o método do usuário, haja a compreensão de uma estrutura que se movimenta por meio de algoritmos, e que, em determinados casos, podem ocultar ou evidenciar fontes:

Dentre outras tantas questões, é fundamental que os historiadores entendam, por exemplo, a lógica algorítmica que preside os sistemas de recomendação de conteúdo em ambientes digitais como websites, redes sociais e plataformas de streaming e o que isso pode indicar em relação aos interesses econômicos e políticos subjacentes à vigilância e ao controle exercidos na internet.” (2021. p. 15).

A internet possui, a quem tem acessibilidade, uma significativa possibilidade de usos por meio de seus aplicativos. A facilidade que ela permite ao historiador de fazer a sua pesquisa sem demandar muitos deslocamentos, a coloca como planetária e livre, como destacado por Barros (2023); mas, como identificado por meio de Prado (2021), ela não o é. Essa virtualidade é admirável e já foi apresentada por Castells, em *A Galáxia da Internet*, de 2003; entretanto, apesar de a internet estar além dos centros militares e acadêmicos, o grande controle dos mecanismos de pesquisa, sendo eles básicos ou científicos, estão geridos por empresas privadas. Como visto, essa lógica desenvolvida através da programação faz toda uma análise de perfil do usuário através da sua navegação. Prado descreve o processo de engenhosidade algorítmica da seguinte maneira:

Uma dessas dinâmicas é a personalização de conteúdo. Para isso, os algoritmos de inteligência artificial coletam dados pessoais – a partir das buscas realizadas pelos usuários e de seus

cliques, likes, compartilhamentos etc. – com a finalidade de analisar a navegação de cada indivíduo e traçar o seu perfil. Em seguida, com base na previsão algorítmica, são estabelecidos filtros de personalização de conteúdo que são um dos principais responsáveis pela maximização dos lucros com publicidade on-line pelas grandes empresas de tecnologia, uma vez que os anunciantes conseguem oferecer e vender produtos e serviços direcionados especificamente às necessidades e aos desejos de cada usuário. (2021. p. 23-24).

Todo esse perfilamento do usuário promovido pelas empresas da web induz ao consumo dos conteúdos. É importante salientar que, em meio a esse processo de direcionamento de conteúdo, uma das empresas hegemônicas é o Google, que além de possuir outros aplicativos sob seu domínio, possui sua expressividade no Scholar Google (Google Acadêmico). Por mais que a criticidade de Prado, nesse caso, seja direcionada ao âmbito comercial, ela também deve ser replicada por todos os historiadores quando direcionada às plataformas de pesquisa científica. Tomando como exemplo o Google Acadêmico (vamos referenciá-lo dessa maneira para melhor compreensão), essa é uma das plataformas digitais com maior acesso por parte do meio científico, concentrando um vasto material e fazendo concorrência aos demais aplicativos de pesquisa do meio.

Portanto, a criticidade que o historiador possui, em seu ofício, no tratamento das fontes históricas, também deve permanecer nas plataformas de pesquisa científica. Para além dos aplicativos de pesquisas científicas, o rigor metodológico deve se fazer presente aos demais aplicativos de comunicação. Aplicativos de comunicação esses que, muito presentes no celular, como o *WhatsApp* e o *Telegram*, ou as redes sociais *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Tik-Tok*, são grandes produtores de conteúdos que podem vir a ser fontes importantes (BARROS, 2022. p. 67). Sendo assim, é preciso estabelecer critérios para coletar informações através dessas plataformas digitais e, assim, compreender uma infinidade de temas relacionados a História. “Nas “redes sociais gerais” – seja com relação ao seu tratamento como objeto ou como fonte – os historiadores podem encontrar materiais relacionados a todas as dimensões da vida social.” (BARROS, 2022. p. 68).

Essa rigorosidade metodológica é de suma importância para informações obtidas via plataformas digitais no celular, em decorrência de conflitos com o

significativo volume de informações falsas. Não sendo uma prática inédita ou característica exclusiva das plataformas digitais, as informações falsas, infelizmente, sempre se fizeram presentes na história da humanidade, vide o caso de Nero que, ao incendiar Roma, culpabilizou os cristãos. E aqui é importante destacar que, com a grande e rápida circulação de informações, os celulares, através de seus aplicativos de comunicação, intensificaram, nos últimos anos, a propagação de inverdades, que, no ciberespaço, ganharam a nomenclatura de *fake News*. A ascensão significativa dessas informações falsas está relacionada a dois incidentes em duas das maiores potências econômicas mundiais e, conseqüentemente, com um grande acesso à internet. No caso, os Estados Unidos e a Inglaterra, como descreve o historiador Giliard da Silva Prado:

Sobretudo nos últimos anos, as notícias falsas – ou as fake news, como tem sido mais frequentemente denominado esse fenômeno da cultura digital mesmo fora dos países de língua inglesa – conheceram uma disseminação sem precedentes no contexto de importantes acontecimentos políticos, como o referendo do Brexit que aprovou, em junho de 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia; e as eleições presidenciais dos Estados Unidos, realizadas em novembro do mesmo ano, que resultaram na vitória de Donald Trump. (2021. p. 22).

Essa onda significativa de *fake News* também atingiu o Brasil, com grande intensidade, a partir do ano de 2018. De forma violenta, tais inverdades circularam de forma rápida e direta, com textos reduzidos ou por plataformas audiovisuais que, em seus conteúdos, possuíam nenhum compromisso científico, disseminaram tais conteúdo de uma forma tão efetiva a uma boa parte dos brasileiros que, ao receberem essas *fake News*, as aceitaram de forma inerte e acrítica. Exemplificando um dos marcos impactantes mais catastróficos à política nacional, Barros traz, sobre o Golpe de 2016:

Para dar o exemplo trazido ao Brasil nos tempos recentes com o Golpe de 2016, uma parte expressiva da população parece ter aceitado passivamente as investidas da mídia tradicional que buscaram apagar da memória democrática as conquistas sociais das duas décadas anteriores, das quais muitos se beneficiaram como trabalhadores e cidadãos. (2022. p. 88).

Entender a dinâmica de comunicação e circulação de informações, verdadeiras ou falsas, é característica do ofício de historiador. Sendo essas comunicações via celular, através das plataformas digitais, o pesquisador tem compromisso para além de encontrar fontes seguras. Algumas das razões para a

crescente da circulação dessas informações falsas, é o fato de que as redes sociais têm dado ênfases às emoções e opiniões, colocando os fatos em segundo plano (PRADO, 2021. p. 23). Identificar essas características de circulação das informações via as plataformas digitais, não é colocar o celular ou a internet como inimigos, mas sim perceber que tais comunicações estão sendo desenvolvidas sem nenhum senso de criticidade.

Em suas atribuições para a pesquisa nas diversas plataformas digitais, principalmente via celular, o historiador, em suas atribuições, deve empregar a sua criticidade para, também, expor o fruto de suas pesquisas. Por isso, é importante, além do saber científico para o ofício de historiador, o letramento digital; ou seja, a sua capacitação para compreender como os grupos ou indivíduos produzem seus bens culturais e se comunicam nas plataformas digitais no ciberespaço. A criticidade para essa capacitação apontada por Prado é endereçada aos historiadores, mas bem serve a todos que pesquisam sobre a cultura digital como um todo:

Embora, na maioria dos casos, ainda estejam realizando o seu próprio letramento digital, os historiadores têm um papel importante não apenas em relação ao estabelecimento da verdade acerca de fatos históricos do passado, mas também no sentido de contribuir para a compreensão dos interesses que estão em jogo nos usos públicos do passado em cada tempo presente, de modo a articular diferentes temporalidades e favorecer uma compreensão mais ampla do contexto histórico a partir do qual os fenômenos sociais podem ser explicados. (2021. p. 29).

Urge a necessidade de produzir conhecimentos científicos acerca das plataformas digitais, indo muito além da cognição de como esses aplicativos funcionam, entender mais que publicações, textos, vídeos ou fotos. A importância do letramento digital é real e urgente, como visto, para que o pesquisador possa compreender as articulações dentro do ciberespaço, identificar os atores envolvidos, e entender as razões pelas quais, cada vez mais, há uma imersão de sujeitos dentro do ciberespaço. Mas toda essa rigorosidade e criticidade do historiador por meio do letramento digital não terá funcionalidade se todo esse conhecimento se limitar a discutir apenas dentro da academia. Por isso, é relevante que esses conhecimentos científicos estejam também na própria rede:

Na verdade, a plataforma precisa ser utilizada cada vez mais pelos comunicadores honestos, legítimos nas suas áreas de atuação e que trabalhem com responsabilidade social. A capacidade de interação proporcionada pelo YouTube, Twitter e Instagram precisa ser bem aproveitada por todos aqueles que têm algo a dizer⁵⁸. As universidades precisam ocupar as redes; a ciência precisa combater a pseudociência nas mesmas plataformas nas quais esta última prolifera. Cientistas, artistas, escritores e historiadores precisam participar cada vez mais das redes sociais para ampliar o alcance de seus trabalhos de qualidade. (BARROS, 2022. p. 72).

Essa crítica produzida por Barros é necessária; entretanto, esse conhecimento não pode estar concentrado somente naqueles que possuem formações acadêmicas. Há um conhecimento da própria cibercultura que está longe da programação, da arquivista, das artes plásticas, da literatura, do direito e demais especializações. Esse conhecimento próprio da cibercultura pode vir das próprias comunidades virtuais que se originam no ciberespaço; sociedades essas que desenvolvem os seus próprios acervos, sua comunicação, suas hierarquias e, até mesmo, as suas fontes históricas. Como referência dessas comunidades, podemos destacar a comunidade *gamer*, que unificada pelo jogo eletrônico, desenvolve estruturas que, em determinadas sociedades, seus conhecimentos passam distante do acadêmico, mas nem por isso são menos valiosos historicamente. Mas, especificamente sobre essas expressões culturais próprias do meio digital, veremos adiante no tópico a seguir.

3.4 Os desafios do ofício de historiador no âmbito da História digital e da história pública digital

A construção da história pública digital promove uma ampliação em debates históricos que, até então, estavam armazenados em academias, arquivos privados ou museus. A “história digital” (digital history), que disciplina a relação entre as tecnologias de rede e a disciplina história, por meio das plataformas sociais e das mídias sociais, contribuiu, assim, para abrir a um público maior, e também de forma participativa, à “alta cultura” e, nos melhores casos, com a mediação de historiadores profissionais, os historiadores públicos (NOIRET, 2014 apud NOIRET. 2015. p. 34). ³⁵Debater acerca de fontes que são produzidas por canais oficiais, como museus, bibliotecas ou demais instituições públicas, faz o

³⁵ Um debate mais específico acerca da História Pública em Serge Noiret (2015), Juniele Rabelo de Almeida (2018) e Ricardo Santhiago (2018 e 2020).

ofício de historiador, ao analisar os documentos digitais, ser mais seguro e relativamente regular. Regularidade essa relativa, pois espera-se que tais instituições, que possuem métodos científicos para publicações de materiais físicos, possuam também critérios técnicos aos documentos digitais. Nesse âmbito, há materiais que detêm significativas considerações. Em uma das preciosidades, o historiador Juan Andres Bresciano estabelece seis critérios imprescindíveis para o processo de digitalização, entre as orientações de gestão, seleção e conservação. Destaca-se, neste momento, o terceiro tópico, a respeito da manutenção:

(iii) Os documentos digitalizados devem ser organizados e classificados e devem constituir um fundo que tenha mantido a sua unidade e integridade. Em certas ocasiões, as fontes estão desordenadas e os conteúdos de diversas coleções foram intercalados arbitrariamente. Se o historiador não considera situações desse tipo, pode realizar uma edição digital acrítica, que apresenta, como um todo coerente, o que nada mais é do que um conglomerado de peças reunidas de forma aleatória. (2010. p. 20. Minha tradução.).

Reconhecendo a limitação que faz com que instituições patrimoniais e arquivísticas, como a UNESCO, não tenham avançado significativamente no que tange ao patrimônio digital, trabalhos dissonantes apresentam novas perspectivas e estímulos à pesquisa. Esses trabalhos são de suma importância, pois evidenciam bens culturais que, possivelmente, podem não serem reconhecidos por instituições patrimoniais. Portanto, dar visibilidade a determinados produtos originados no ciberespaço sob uma metodologia científica é superar o isolamento academicista e valorizar o saber próprio da cibercultura.

A proximidade de nossa sociedade e as tecnologias digitais contemporâneas possibilita a ascensão e multiplicação de bens individuais e/ou coletivos. É comum que usuários ocupem o ciberespaço por meio de plataformas digitais para expor seus registros de memória. Entre tantos aplicativos, as redes sociais sintetizam essa característica contemporânea, desejosa de publicar vídeos, imagens ou textos, como Ramos e Martins descrevem essa experiência:

Nas redes sociais, fatores de coesão e coerência se entrelaçam formando uma imagem real ou encenada de seu usuário. Em vez de ícones, cada postagem tem uma interface textual e representa um recorte da vida de seu usuário. Assim, momentos são selecionados e compartilhados, motivados por interesses pessoais ou profissionais, por exemplo, geralmente subjetivos.

Cada postagem (mensagem escrita, vídeo, fotografia) é um texto produzido e arquivado nesse macrotexto denominado perfil; [...] (2018. p. 122).

Como visto, a motivação de indivíduos ou coletivos a publicarem vídeos, fotos, ou textos nas redes sociais, podem ser de várias razões, mas é importante destacar que o atrativo dessas tecnologias consiste na interatividade, que é uma característica do ciberespaço. As publicações são desenvolvidas pelos usuários, que, primeiramente, precisam criar uma conta na plataforma desejada -algumas pagas; outras, gratuita - e, a partir da validação, que geralmente é rápida, o indivíduo faz suas postagens, como é a expressão designada para se fazer uma publicação. Sendo assim, há dois pontos a serem destacados que estimulam o volume significativo de publicações no ciberespaço. O primeiro decorre da dinâmica da interatividade, que permite aos usuários trocarem informações a respeito de suas publicações, por meio de curtidas, comentários ou compartilhamentos, o que, na comunicação da cibercultura, é reconhecido como engajamento das divulgações. E, por abordar as exposições, que é a segunda consideração, é, aqui, tida de grande relevância, pois os usuários fazem as suas postagens, termo usado para designar uma publicação, sem ter a necessidade de um rigor metodológico científico para analisar as suas fontes ou objetos. Essa capacidade pode ser simplesmente motivada pelos seus desejos de expor o seu material e, ainda mais, o permitindo excluir a publicação caso ocorra algo que o incomode. São esses atrativos que podemos identificar na nossa sociedade contemporânea, em que se percebem várias gerações se apropriando das tecnologias digitais:

Atualmente, o processo de criação de conteúdo na Internet ocorre cotidianamente, por pessoas de diversas faixas etárias (inclusive crianças). Em muitos casos, o mecanismo foi naturalizado a ponto de ocorrer de maneira mais ou menos inconsciente: através do telefone celular, quando avaliam um restaurante, curtem um vídeo no YouTube, escrevem um comentário no Facebook ou compartilham uma notícia no Twitter, as pessoas estão criando conteúdo na Internet. A Internet faz parte do dia a dia da maioria das pessoas, tanto nos centros urbanos quanto nas áreas rurais. (ALMEIDA, 2022. p. 120).

Por essa experiência singular do nosso tempo, é importante salientar que tais registros, apesar da maioria não possuir um rigor científico, expressam além da captura de momentos desejados. Há, por trás, toda uma relação de produzir a imagem, selecionar, publicar e esperar a interatividade com os demais usuários;

ou seja, toda uma estrutura de construção das relações dos envolvidos. Relações essas que podem ser permanentes, formando comunidades, ou momentâneas, por um simples comentário ou curtida nos textos, fotos e/ou vídeos. Essa característica do contemporâneo permite que os usuários possam produzir o que Giliard da Silva Prado conceitua como a História Digital. Sendo assim, temos como compreensão de História Digital, de acordo com as palavras do historiador:

Em uma perspectiva distinta, o que se propõe aqui é que a história digital seja definida primordialmente em função do caráter digital daquilo que constitui por excelência o objeto de estudo da História, ou seja, as experiências humanas no tempo. Portanto, mais do que os suportes nos quais estão registradas, são as próprias experiências humanas digitais – sociais, políticas, culturais, econômicas, científicas etc. – que devem ser definidoras desse campo de estudos. (PRADO, 2021. p. 6)

A utilização dessas tecnologias para a publicação dos seus objetos não é só de interesse de pessoas desconhecidas. Muitas celebridades, sendo elas da área do cinema, televisão e, principalmente, da política, têm se apropriado desses espaços para expor os seus objetos e manterem vínculos com seus fãs ou apoiadores. Uma dessas plataformas, que nesse caso focamos para exemplificar, é o X (antigo *Twitter*). Nela, os usuários fazem publicações, que podem ser por vídeos ou fotos, mas a mais comum é em forma de textos. Através de uma série de abas, os usuários interagem, publicando as suas opiniões ou argumentos de acordo com o tema. Nessa plataforma, o que faz dela uma interação mais ativa, é justamente a sua capacidade de caracteres, como Almeida apresenta esse aplicativo:

Como derivação do conceito blog, surgiu uma ferramenta de uso ainda mais simples, chamada por alguns de microblog. Existem vários serviços do tipo, que possibilitam aos seus usuários a publicação e o recebimento de mensagens curtas. O mais popular dentre eles é o Twitter, lançado em 2006, e que limita o tamanho das mensagens em 280 caracteres⁸. A ferramenta tornou-se um sucesso mundial, não só entre usuários domésticos, mas também entre instituições e políticos. Estes costumam considerar o Twitter uma ferramenta prática e ágil para comunicação com seu público. (2023. p. 119).

O objetivo aqui não é repetir o conteúdo acerca das plataformas, mas sim reforçar a argumentação de que esses aplicativos têm uma grande potencialidade de virem a ser fontes históricas. Fontes que, às vezes, podem não ser produzidas por uma entrevista, por um livro ou artigo de um historiador, mas estarem em

algumas publicações de determinada figura pública. Tais publicações podem ter a qualificação de uma fonte histórica e servirem de base para a crítica histórica. Um dos exemplos é o do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro: “Outro exemplo são as mensagens publicadas na Internet pelo Presidente Jair Bolsonaro, em sua conta oficial no Twitter. Tal material constitui um potencial acervo de documentos digitais primários para pesquisas históricas.” (ALMEIDA, 2022. p. 129).

Isso, apesar de que o ex-presidente tenha feito uma prática que dificulte a pesquisa histórica - que é a de publicar e, em sequência, excluir as suas postagens, as suas publicações nas plataformas digitais podem servir de estudos para compreender a sua gestão presidencial. Reforçado, assim, o acesso em massa nas plataformas digitais, é notório que todo e qualquer indivíduo/coletivo, caso tenha acesso às tecnologias digitais adequadas, consegue produzir conteúdo. A depender de qual seja o seu material, é preciso uma plataforma específica para atender todos os requisitos, como para publicar vídeos, fotos, áudios e/ou textos, mas de qualquer maneira, há uma variedade de plataformas digitais para isso. Essa descentralização que a internet promoveu aos meios de informação ascendeu novos produtores de fontes históricas:

Da mesma forma, a democratização do acesso a tais dispositivos – câmeras digitais, filmadoras e celulares que tiram fotos e também fazem gravações audiovisuais – transforma o cidadão comum em produtor de fontes históricas, sobre situações cotidianas ou sobre os acontecimentos mais dramáticos que afetam uma sociedade. (BRESCIANO, 2010. p. 122-123. Minha tradução.)

Analisando as publicações, abordamos, em certa medida, as que podem vir a causar impactos na história. Entretanto, a maior parte das publicações nas redes sociais estão relacionadas às individualidades de seus usuários. Muitas dessas publicações individuais, que estão somente nas plataformas digitais, são conceituadas, de acordo com o historiador Fabio Chang de Almeida, como documentos digitais “exclusivos” (2022. p. 126). Tais publicações, geralmente, representam uma perspectiva individual do sujeito, que, ao fazer uso da plataforma digital, expõe o que ele determina ser relevante. É nesse processo de seleção privada do sujeito que há outro desafio à pesquisa histórica, pois ao momento que o usuário promove a História Digital, muitas das publicações sofrem alterações por meio de aplicativos. O que queremos abordar é que muitos

usuários utilizam de filtros - alguns são indicados pelas próprias plataformas digitais, que modificam a sonoridade, a fonte e até mesmo a imagem -. Outro fator, que é característico das tecnologias digitais contemporâneas, é o registro de imagens ou vídeos por meio da técnica das *selfs* (BARROS, 2022. p. 75).

O historiador, através da sua formação acadêmica, possui teorias e metodologias para analisar imagens, sendo elas fixas ou em movimento, até mesmo formações para análise de fontes orais. Mas, todo esse conhecimento não pode ser aplicado à risca nas imagens e vídeos que estão publicados nas redes sociais, principalmente no Instagram. Como identificado, as *selfs* são registros que têm por objetivo centrar na imagem, ou vídeo, no autor do material; portanto, mesmo se estiver na presença de outros sujeitos e objetos, o foco será nele ou nela. Nessa centralidade da imagem, a *self* inviabiliza uma noção mais completa dos demais elementos que compõem esse registro, desafiando o historiador, na sua pesquisa, a obter compreensões mais amplas acerca desse documento. Portanto, somado ao conhecimento tradicional de análise de fontes orais, imagens ou audiovisuais, há uma atenção especial para o tratamento das *selfs*, não só pela imagem em si, mas também em toda a relação por trás de sua produção:

Além de pensar como as práticas sociais interferem na produção das imagens, os historiadores que as analisam devem ter em vista que a manipulação da realidade imagética é corriqueira e facilmente realizável nas plataformas de imagens da atualidade. (BARROS, 2022. p. 75).

Sendo assim, a História Digital vem sendo um desafio na pesquisa histórica nos meios digitais em decorrência de suas particularidades. Notamos, aqui, algumas peculiaridades acerca das publicações dos usuários, que geralmente estão relacionados a registros de imagens, áudios ou textos. Porém, dentro desse rico espaço para estudo e pesquisa, o ciberespaço, há outros objetos que são frutos desenvolvidos por *softwares*, e que podem impactar aos usuários uma quebra na noção do tempo e espaço. Materiais desafiadores, que são produzidos por indivíduos ou coletivos que objetivam representar seus bens culturais se manifestando no ciberespaço, que podem vir a ser patrimonializados.

3.5 Patrimônio digital e ofício de historiador no contemporâneo

Grandes observações são feitas aos documentos que são digitalizados; mas, aos objetos que nascem digitais, a faculdade de compreensão e estudo é

ainda mais desafiadora. Saliento, assim, que o patrimônio digital pode vir a ser revolucionário. Ao ampliar os debates sobre patrimônios, o digital também se faz presente pela sua própria construção; isto é, aquele que nasce no universo digital e conecta os espectadores de diferentes localidades, permitindo a consolidação de uma comunidade, com símbolos e vocabulário próprio do universo virtual. Essa transformação é outra problemática; não em um sentido negativo, mas desafiador, pois, como visto, a pandemia da COVID-19 apresentou regras de isolamento que estimularam nossa sociedade da informação a se conectar através das tecnologias digitais para socialização. Notamos, assim, uma nova forma de expressão comum aos usuários do *WhatsApp*: a usual utilização de imagens cômicas, conhecidas como *stickers* ou figurinhas, que se tornou uma referência marcante dessa comunicação. Por essa comunicação característica própria do meio digital, que, às vezes, aparece verbalizada no cotidiano, mas, muitas vezes, digitada nas plataformas presentes no ciberespaço, é atrativa, como aponta Bresciano:

A comunicação multimídia através da Internet consegue harmonizar, em alguns casos, o rigor conceitual com uma apresentação atrativa. De fato, a incorporação de elementos gráficos e interativos capta mais facilmente a atenção de quem não pertence ao mundo acadêmico, mas que pretende obter informação, ocasional ou regular, sobre temas que não são a sua especialidade. (2015. p. 38. Minha tradução).

Por mais que a análise de Bresciano seja sobre a interatividade em textos que possuam uma metodologia científica em sua organização, com *hiperlinks*, notamos que as comunicações nas plataformas digitais se distanciam desse rigor metodológico. Portanto, essas novas formas de expressões, que são oriundas do próprio meio digital, mesclam a comunicação do mundo virtual e real, caracterizando a nossa sociedade contemporânea, marcada pela cibercultura. Nesse âmbito, não podemos limitar nossos estudos sobre a comunicação no ciberespaço a textos, *hiperlinks* e digitalizações.

Além dos desafios já apresentados, o campo da comunicação visual é outro foco para a discussão sobre o ofício de historiador no contemporâneo. Como o historiador lidará com uma comunicação virtual, a qual é representada através de símbolos imagéticos, que expressam emoções, questionamentos, símbolos, comunidades, ideologias ou, até mesmo, identidade? Portanto, frente a esses

desafios, que consideramos potenciais novas fontes, e suas manifestações, Giliard da Silva Prado traz uma reflexão que se estende a tudo que está relacionado ao ciberespaço e a cultura digital.

Essa constatação se repete agora com as fontes digitais que, de modo semelhante ao que ocorreu em renovações metodológicas anteriores, têm desafios específicos a serem enfrentados e demandam novos saberes e técnicas de análise resultantes de diversas contribuições interdisciplinares. (2021. p. 14).

Lidar com uma representação fora do nosso habitual pode causar uma certa dificuldade de compreensão, visto que dentro do nosso cotidiano estamos acostumados, através das palavras, buscar definições para nossos desejos, emoções ou, até mesmo, contestações. Por tais reflexões, espero buscar uma parcial definição, ao longo desse capítulo, sobre o patrimônio digital, mas focando nos bens culturais próprios do ciberespaço. Essa preocupação decorre de que, como referência a esse assunto, a UNESCO utilizou do termo nascido digital para se referir a documentos que, potencialmente, seriam considerados patrimônio digital.

Como em todo patrimônio documental, os princípios de seleção podem variar entre os países, embora os principais critérios para decidir quais materiais digitais manter sejam o significado e o valor cultural, científico, evidencial ou outro valor duradouro. Os materiais "digitais nascidos" devem claramente ter prioridade. As decisões de seleção e quaisquer revisões subsequentes precisam ser realizadas de maneira responsável e baseadas em princípios, políticas, procedimentos e padrões definidos." (UNESCO, 2003, p. 7).

Essa definição pode ser considerada paradoxal, pois permite um entendimento complexo e, ao mesmo tempo, limitado. Como já debatido, os documentos digitais podem ter origens variadas, como também o próprio objeto em si, pode ser além de um texto ou imagem em aplicativos como PDF, Word, Excel e JPG. Portanto, é preciso ir além da digitalização, e centrar a discussão sobre o patrimônio digital nas comunidades que são originadas no ciberespaço ou que ocupam o ambiente virtual para expressar suas manifestações culturais. É importante destacar que, para a existência de um bem cultural próprio do meio digital, sua comunidade não necessariamente tem de ser originária desse meio.

Assim, tomo mais uma observação de identificação acerca da cultura digital, que através dessa comunicação simplificada, mas não empobrecida, e

característica do universo virtual, somada à conectividade que a internet promove, fortalece laços de relacionamento para a sustentação de uma comunidade. Essas sociedades que se originam e desenvolvem as características desse meio digital, permitem a seus usuários uma possível ruptura com as tradicionais fronteiras de Estados. Um dos casos que cito dessa conectividade e interatividade para a quebra de barreiras é a crescente comunidade *K-Pop*. Influenciados pela *Hallyu Wave*, como ficou conhecida essa expansão da cultura sul-coreana, muitos brasileiros buscaram recontextualizar, assimilando elementos do *K-Pop* no seu cotidiano, em vez de sua própria cultura brasileira.³⁶ Essa é uma observação a respeito desse exemplo, cuja intenção não é deslegitimar a cultura *K-Pop* e suas influências, mas sim abraçá-la como estímulo aos estudos e pesquisas nos seus impactos por meio da cultura digital.

Historicamente, as identidades nacionais foram inventadas (ANDERSON, 2008) e legitimadas através de eventos que, organizados hierarquicamente pelas instituições governamentais, impunham suas ideologias. Ao discutir sobre os patrimônios reconhecidos que representaram figuras dominantes e colonizadoras, Canclini traz reflexões significativas:

Daí sua principal atuação dramática seja a comemoração em massa: festas cívicas e religiosas, comemorações patrióticas e, nas sociedades ditatoriais, sobretudo restaurações. Celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que o protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. (CANCLINI. 2000. p. 163).

Continuando as provocações e reflexões acerca do ciberespaço e dos objetos culturais digitais, objetiva-se acender um debate sobre o patrimônio cultural, que anteriormente foi visto como instrumento de produção e criação de identidades que falsamente representavam o pertencimento da sociedade a um nobre ou um Estado. O ciberespaço permite novas compreensões de identidade e de tempo, desafio ao historiador, que, em seu rigor científico, entre tantos

³⁶ Berto e Almeida trazem dados significativos acerca dessa recontextualização cultural, que de acordo com os pesquisadores “Além disso, 92,2% dos respondentes não são de família asiática, sendo um indicativo de que a maioria dos fãs de K-pop no Brasil possui afinidade com a cultura e o estilo musical independente da origem familiar.” (2015. p. 41).

Disponível em < https://www.researchgate.net/profile/Mariza-Almeida/publication/280627217_Quem_sao_os_fas_de_K-pop_no_Brasil/links/55bff4f308ae092e9666a412/Quem-sao-os-fas-de-K-pop-no-Brasil.pdf#page=39> Acesso em 21 mai. 2022.

critérios, visa estabelecer a periodização dos documentos. Como discorre o historiador Bresciano, colocando luz ao problema no tempo presente sobre a potencialidade que a internet e o ciberespaço detêm de desterritorializar os seus usuários:

Graças a eles, a distância deixa de ser um impedimento para a interação em tempo real, de modo que tais sujeitos que residem em países distintos podem se relacionar cotidianamente no espaço de encontro que proporciona o ciberespaço. Se constata, então, uma desterritorialização dos vínculos no plano pessoal, no institucional e no coletivo. A interação virtual e a consolidação dos novos grupos sociais conduzem, por sua vez, a gênese de outras formas de sociabilidade, que possuem seus próprios códigos, sua própria comunicação e suas próprias limitações. (2015. p. 18-19. Minha tradução.).

A força dessa desterritorialização evidencia, assim, algumas características dessa sociedade imersa na cultura digital. Cada vez mais os usuários buscam a conectividade para fortalecer os seus vínculos, e como já compreendido, encurtando distâncias que em décadas passadas só seriam possíveis por meio do deslocamento físico. Portanto, os usuários das comunidades digitais passam a valer da sua presença no ciberespaço através de suas publicações; ou seja, buscam reafirmar uma existência no ciberespaço.

No mundo digital, os indivíduos não possuem mais somente uma existência presencial; tão importante quanto esta é a sua existência virtual. A sociedade digital é também a sociedade da exposição. Damo-nos a conhecer a pessoas que nunca nos encontraram fisicamente, e também passamos a conhecer pessoas com as quais, em muitos casos, só travaremos contato através de computadores. (BARROS, 2022. p. 1).

É importante ressaltar que a constante exposição, a que se refere Barros, não consiste em algo desorganizado, aleatório e sem finalidades. A constatação decorre de que as plataformas digitais que são destinadas a hospedar os conteúdos dos seus usuários, podemos exemplificar o *Instagram* ou *Facebook*, possuem estruturas que identificam datas ou permitem a criação de acervos selecionados. Porém, é preciso destacar que a História Digital vai além das redes sociais; ela está presente, também, em comunidades em que todas as suas expressões e manifestações culturais são virtuais, como por exemplo, a *gamer*.

O desenvolvimento da comunidade *gamer* é derivado dos jogos eletrônicos, conhecidos como videogames. Os primeiros *consoles*, como a comunidade *gamer*

identifica o popular videogame, têm sua origem datada em 1974, pela criação de Nicolas Bushnell (BURKE e BRIGGS, 2006. p. 281). Com o advento da revolução microeletrônica, primeiramente, os computadores e, posteriormente, o celular passaram a ofertar jogos em suas plataformas. As comunidades desses dois últimos modelos, o computador e o celular, criaram laços maiores em decorrência de que suas tecnologias permitem uma comunicação com um grupo maior de jogadores. Essa participação coletiva nos jogos *on-line*, é decorrente da melhoria da internet, como destaca o psicólogo Henrique Silva Siqueira:

Com o passar dos anos e o desenvolvimento dos meios de comunicação surgiram os jogos para celulares, os consoles portáteis (aparelhos eletrônicos que podiam ser montados e desmontados nas televisões e jogados em vários lugares, tanto em casa quanto fora dela) e a melhoria dos serviços e conexões de internet tornaram possível a criação de jogos online em escala massiva, os chamados MMOs (Massively Multiplayer Online, por definição ou “Multijogador Online em Massa”). (2017.).

Essa relação entre jogadores, podendo estar conectados a partir de várias localidades, também é fortalecida pelos elementos que compõem o próprio jogo. Um dos exemplos de jogos *on-line*, que merece apresentação para a contextualização, é o *Counter Strike: Global Offensive*. O *CS:Go*, como é popularmente conhecido, foi criado em 2012. Ele é fruto do desenvolvimento de sua produtora, a Valve, que a partir de 1999, foi lançando versões do *Counter Strike* (DA SILVA, 2022. p. 44). Possuindo insígnias, que são característicos do próprio jogo, elas podem ser conquistadas através de premiações ou reconhecimento pelo tempo de atuação dos jogadores. Entre as insígnias, há aquelas chamadas de *skins*. Possuindo um valor histórico ou financeiro, esses itens podem ser compreendidos da seguinte maneira, como descreve o publicitário Adriano Kramer da Silva:

O item continua com a mesma funcionalidade, mas quando ele tem uma skin, passa a ter uma na coloração/pintura diferente. No caso do CS, esses itens podem adquiridos através de caixas que o jogo dá ao jogador e através de site de vendas ou apostas. Esse comércio faz com que o mercado do CS seja bem ativo. (2022. p. 55).

Compreendendo como um item próprio Counter-Strike, as *skins* não podem ser transferidas para outros jogos, ou seja, são ícones exclusivos. O objetivo dessa exclusividade, é fazer com que os usuários nas plataformas de jogos *on-line* possam identificar o Counter-Strike através dessas estilizações

características de seus ícones. Percebe assim, que possuindo noções estéticas, esses designs potencialmente dão significados aos ícones do jogo, sendo financeiro, artístico ou histórico. Como forma de apresentar tais itens, as *skins*, a figura 5 tem por objetivo ilustrar esse objeto presente no acervo dos jogadores.

Figura 5 Arte em objeto do jogo Counter-Strike: Go



Outro item a ser destacado sobre o *CS:Go*, e que faz parte do desejo dos jogadores, são as medalhas por tempo de jogo. Medalhas essas que não podem ser comercializadas, e formam a parte de honraria dos jogadores. Obter medalhas mais antigas e acumulá-las, permite a um jogador ganhar destaque para além da habilidade. Essa notoriedade é reconhecida pela estética de como as medalhas são apresentadas, como também do jogador obter um item que historicamente representa a linha cronológica do jogo, ontem contém a história do desenvolvimento do próprio game. Para exemplificar o design, como também o registro cronológico das medalhas, apresentamos uma medalha de 2018, considerada uma honraria recente, mas com valor histórico presente no acervo do jogador, como podemos ver abaixo na imagem na figura 6.

Figura 6 Medalha de 2018 presente em acervo de jogador



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Após fazer a breve apresentação desses itens e do *Counter Strike*, retornamos ao objetivo desse tópico, o ofício de historiador diante os bens culturais digitais. Chamando a atenção, como a imagem acima ilustra, o acervo do usuário é organizado de acordo com as datas e possui exposição em destaque no inventário do jogador. Apesar de não termos conhecimento se o jogo teve um especialista no âmbito da arquivística ou um historiador, podemos notar que alguns critérios de organização desse inventário foram feitos de forma semelhante aos que são empregados para a gestão de determinados patrimônios materiais como: datação, identificação, proteção e conservação.

O historiador contemporâneo, ao pesquisar sobre o patrimônio digital, precisa estar atento à quantidade e diversidade de bens culturais próprios do ciberespaço. E, como característica do tempo presente, com o crescente acesso de usuários à rede, ascendem, cada vez mais, objetos culturais próprios do ciberespaço. Como analisado anteriormente no segundo capítulo, o reconhecimento da Cultura *Demoscene* ao tipo patrimônio imaterial no âmbito da UNESCO definiu que toda expressão cultural no ciberespaço é compreendida como um bem intangível:

Assim, no caso da *Demoscene*, o patrimônio digital imaterial pode ser caracterizado como práticas de comunidades de codificação de softwares, de criação colaborativa de vídeos ou jogos de

videogames. Grupos de pessoas que se unem com um objetivo digital comum, com práticas comuns e com a transmissão desses conhecimentos digitais de geração em geração, sem um local físico pré-determinado, mas sim na e em rede. (MARCOS, 2022. p. 65).

Em conflito a essa tendência de expansão e multiplicação dos bens culturais digitais, questionamos a postura da UNESCO em definir a cibercultura como patrimônio imaterial e não patrimônio digital. Sendo assim, ao estabelecer que o patrimônio não se reduza ao antigo, mas sendo algo permanente, contínuo, vivo, apresento uma crítica de Poulot, que se reflete como orientação para questões referidas acima: “O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica.” (POULOT. 2009. p. 12). Essa questão temporal é outro desafio a respeito da análise dos objetos culturais digitais. Com especificidades, o ciberespaço pode desterritorializar os seus usuários, como também permitir que seus registros continuem ativos e modificados ao longo do tempo. Um exemplo são as conversas via aplicativos como *WhatsApp*, *Telegram*, ou chats das redes sociais, em que se identifica que as mensagens podem ser modificadas ou apagadas. Mas, o desafio maior ao historiador na análise desse objeto - as conversas por meio de aplicativos - é a continuidade atemporal do conteúdo. As conversas podem ocorrer a qualquer momento, dia e hora, a depender, apenas, da interação dos envolvidos. Situação essa que, em outros meios de comunicação, não seria possível. Sendo assim, o ciberespaço reorienta o tempo, como discorre Barros:

Deste modo, os conceitos de “tempo” e de “diálogo” – para além da nova noção de “espaço virtual” – são redefinidos através da Web, já que um novo modo de lidar com o tempo pode ser costurado através de um diálogo no qual dois ou mais usuários conversam através de mensagens que se respondem umas às outras em momentos distintos. (2023. p. 21).

Sendo assim, as expressões culturais próprias do ciberespaço requerem uma atenção minuciosa por parte do historiador, que, mesmo munido de seus atributos, enfrenta desafios próprios do seu tempo. O patrimônio cultural é um instrumento do presente e com muitas discussões e questionamentos sobre as suas definições; porém, a respeito do patrimônio digital, essas discussões ainda não chegaram a conclusões precisas, somente a continuidade de pesquisa, publicações e debates acerca do patrimônio digital promoverá a solução para a

maioria dos questionamentos. Cabe, assim, de qualquer forma, que nós, como historiadores, estejamos atentos às devidas mudanças promovidas pela cultura digital, a acompanhar seus impactos e nos adaptarmos às novas ferramentas digitais para ampliação e melhoria de nossas pesquisas. Portanto, os desafios contemporâneos ao ofício de historiador na internet são identificados como múltiplos e, a velocidade com que tais tecnologias digitais vêm sendo desenvolvidas desperta preocupações de que a demanda para a compreensão e solução desses problemas dificilmente será solucionada. Mas, pensar dessa maneira é um equívoco ocasionado pela ânsia das respostas e da fluidez com que esse ambiente, o ciberespaço, interage entre si e com os usuários. Como visto, algumas publicações já foram desenvolvidas, o que, a certo modo, evidencia orientações ao ofício de historiador no tempo presente, guarnecendo de conteúdo, métodos e práticas para aprimorar, cada vez mais, o tratamento aos documentos digitais. O que compete ao nosso meio é promover ações que possam compartilhar os aprendizados científicos adquiridos, para que se possa impulsionar outros projetos no desenvolvimento e compreensão sobre as técnicas do historiador diante o ciberespaço e a cultura digital.

Uma missão às instituições representativas que orientam a pesquisa histórica, no caso da UNESCO e dos países que colaboram com ela, que através de convenções visam estabelecer critérios à pesquisa histórica, é a necessidade emergencial e contínua de debater sobre o patrimônio digital e as fontes digitais. O que problematizo neste momento não será a definição de patrimônio digital, mas sim às consequências que estão por vir com a ampliação do acesso ao mundo virtual, de grupos que até então foram excluídos, e que muitos materiais podem vir a ser perdidos devido à falta de reconhecimento ou de conhecimento. Importante destacar que um patrimônio, para se manter vivo, não necessita do selo de uma instituição; porém, para que ele, criteriosamente, seja preservado, é necessário referenciais para a prática da manutenção e salvaguarda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por propósito desenvolver reflexões contemporâneas acerca da relação entre tecnologias digitais e o ofício de historiador no tempo presente.

Colocando como objeto central de estudo o patrimônio digital, esse trabalho focou na UNESCO e na fabricação da noção de patrimônio digital. A razão pela escolha da UNESCO decorre do seu alcance e participação global. Apesar de ela promover a Carta para Salvaguarda do Patrimônio Digital, em 2003, tal movimento não representa pioneirismo, e, como visto ao longo desses capítulos, é possível identificar que estudos acerca dos bens culturais digitais antecedem a sua recomendação, evidenciando, assim, que essa organização, além de parcerias com outras instituições, também se apropria de debates sobre os tipos patrimoniais.

Nesse âmbito da UNESCO, foi discorrido, no primeiro capítulo, sobre a trajetória da organização. Caminho esse marcado por conflitos, atravessamentos, desenvolvimentos, avanços e muitas disputas de poderes. Os produtos emitidos por ela não estariam isentos dessas bagagens pois, como de conhecimento nos capítulos anteriores, os documentos finais não representam o processo como um todo sobre a fabricação, reconhecimento ou manutenção dos patrimônios promovidos por ela.

Apresentamos, no primeiro capítulo, a história da UNESCO, partindo do tempo presente, para discorrer a respeito da sua institucionalidade. Identificando, assim, que, mesmo em seus primórdios, a UNESCO objetivava ser uma organização universalista, mas que, por fim, reproduz políticas ocidentais e eurocentristas. Detentora de uma grande influência política, oriunda de instituições que a antecederam, essa Organização tomou forma tecnicista no início dos anos de 1950. Percebemos, assim, que essa mudança decorreu dos conflitos internos entre Estados-membros e seus gestores, ao não obterem conclusões sobre determinados assuntos. Tais divergências ficaram evidentes ao contextualizarmos a Guerra Fria (1945 – 1990) que, em meio as disputas entre EUA e URSS, interpretamos que a UNESCO adotou decisões tecnicistas como meio de evitar debater assuntos sensíveis à época. Sendo assim, muito do que se define acerca do patrimônio cultural dentro da UNESCO está associado à

tomada de definições em decorrência da Guerra Fria, principalmente durante os anos de 1950, 1960 e 1970.

Para abordar a UNESCO, sua história e as tensões que cercam as noções de patrimônio, é imprescindível discorrer sobre a Convenção de 1972. A definição de Patrimônio Mundial, que foi atravessada por interesses políticos e econômicos, evidencia, na década de 1970, os interesses dos Estados-membros em fazer usufruto da UNESCO para criar uma marca que mercantiliza o patrimônio. Da mesma maneira, como muitos entusiastas se apropriaram do alargamento da noção de patrimônio, de resultado da Convenção de 1972, citamos, como resultados práticos da UNESCO, a continuidade do reconhecimento de bens culturais materiais. Ao discutir sobre essa seara, que diz respeito ao patrimônio, Canclini (2000) define o patrimônio como um objeto não inocente; ou seja, independente se ele está controlado por Estados, instituições ou comunidades, concluímos que ele é político.

Compreender o patrimônio como uma construção política é, também, notar que as ferramentas que compõem esse objeto, tão disputado, também o são. Portanto, as tecnologias têm uma filosofia política, e, por trás delas, há ideias e interesses, como aprendemos com Langdon Winner. Como reflexo desse aprendizado, as tecnologias não são recursos: são artefatos de poder que operam e legitimam visões políticas e econômicas. Força econômica essa mostrada nesta dissertação, que é o capitalismo.

Conforme os estudos relacionados aos desenvolvimentos tecnológicos, principalmente a partir dos anos de 1990, nota-se o desenvolvimento dos meios de comunicação e, conseqüentemente, acessíveis à sociedade por meio das empresas e mercados especializados. Essa sociedade consumista não pode estar dissociada das revoluções industriais e, muito menos, dos atravessamentos produzidos pela Guerra Fria. Como consequência do desenvolvimento capitalista, compreendemos que a revolução microeletrônica é o elo que relaciona a otimização e o consumo das tecnologias digitais contemporâneas. Dessa forma, na sociedade contemporânea, as tecnologias estão relacionadas ao mercado capitalista neoliberal e estão, cada vez mais, conectadas aos nossos fazeres, como resultado da globalização capitalista. A UNESCO, como instituição internacional, também esteve historicamente a par dos desenvolvimentos

econômicos e tecnológicos, como podemos notar nas Cartas emitidas a partir do final dos anos de 1990 e, principalmente, nos anos 2000.

As Cartas promovidas pela UNESCO, a partir dos anos 2000, que estão relacionadas ao patrimônio digital, são apresentadas no segundo capítulo. No laborioso processo de coleta e seleção de informações das Cartas, registra-se, de primeiro momento, que, apesar do fim da Guerra Fria, muitas tensões ainda são presentes nos bastidores da Organização. Entendemos, assim, que mesmo os recentes documentos relacionados aos patrimônios são afetados de maneira direta ou indireta pelas disputas políticas, que, a exemplo da Guerra Fria, atravessaram as noções de patrimônio. Essas observações são consideradas em meio à emergência da noção dos bens intangíveis, através da Carta para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, de 2003. A lentidão de ampliação do reconhecimento, no âmbito da UNESCO, sobre os bens culturais imateriais ocorreu, praticamente, mais de quatro décadas depois da Convenção de 1972, em decorrência de uma herança ocidental e eurocentrista.

Essa herança é sentida nas Cartas que apresentam temas relacionados ao patrimônio e a cultura digital. Através de recomendações meramente técnicas, a UNESCO, mesmo que possua parcerias institucionais, não avançou muito para além da digitalização. Também é identificado que, apesar da preocupação dessa organização com determinados bens em risco, a sua noção para o uso das tecnologias digitais contemporâneas é apenas de entendê-los como recursos. Esse apontamento decorre de que a UNESCO promove a Carta de Salvaguarda do Patrimônio Digital, em 2003, com objetivo de formar acervos através das digitalizações. Sendo assim, desconsiderando toda a filosofia política por trás desses artefatos, que são as tecnologias digitais contemporâneas, a UNESCO negligencia toda estrutura que há no mercado das tecnologias digitais, como também os bens culturais no ciberespaço. Tendo como principal alvo dessas digitalizações os bens intangíveis, a UNESCO tratou de aproximar os bens culturais digitais ao tipo de patrimônio imaterial, genericamente, por serem objetos virtuais.

Reconhece-se, assim, que a limitação compreendida pela UNESCO acerca das tecnologias digitais contemporâneas resulta na negligência de estudos e entendimentos sobre o ciberespaço e os bens culturais digitais. Por apresentar

um conhecimento reduzido em seus documentos oficiais ao abordar sobre o patrimônio digital e mencionar a cultura digital, não há indícios de que possamos perceber precisamente o que a UNESCO considera, realmente, como o patrimônio originalmente digital (nascido digital). Com isso, de forma simplificada, podemos identificar os objetos digitais que são apresentados na maioria de seus documentos, tais como textos, vídeos, áudios e imagens em movimento. Dessa forma, generaliza o conhecimento acerca dos objetos culturais digitais com orientações insuficientes para toda complexidade que é o patrimônio digital.

Nota-se, nos últimos tempos, uma postura, por parte da UNESCO, em seus documentos, de orientar os seus Estados-membros por meio de recomendações. O que pode parecer, quando se confrontando com documentos anteriores, como é o caso da Convenção de 1972, que os mais recentes não possuem autoridade, efetividade e compromisso. Por fim, não menos importante, constata-se que a posição da UNESCO em considerar os patrimônios digitais ao tipo imaterial é equivocada. Como descrito nos capítulos anteriores, as produções culturais digitais vão além de um saber técnico de programação ou *design*, pois envolvem experiências que são próprias do seu meio, nas diversas formas de comunicação, nos diversos tipos de bens, nas diversas conexões e, principalmente, no seu potencial de desterritorialização. Outra especificidade identificada desse bem cultural, é em relação a noção de tempo, visto que o bem cultural digital pode passar por diversas transformações ao longo do tempo, apresentando uma característica efêmera. Ou seja, uma multiplicidade de fatores compõe o que é especificamente o bem cultural digital; portanto, ressaltamos a urgência de um novo tipo de patrimônio, que seja especializado nesse campo, o patrimônio digital. Essa exigência decorre da compreensão que conhecimentos científicos acerca desse bem cultural devem ser reconhecidos e compartilhados, para que potenciais expressões culturais do ciberespaço possam vir a ser patrimonializadas e preservadas às futuras gerações.

No capítulo final, o Ofício de Historiador no Contemporâneo, discutiu-se como o historiador tem desafios em relação a estudar e pesquisar os bens culturais digitais no tempo presente. Reconhece-se que, sobre a digitalização de patrimônios, há produções significativas e boa parte delas contribuem profundamente para a especialização do historiador diante os bens culturais

digitais. Como notamos, tais conhecimentos apresentam algumas propostas, como assinatura digital ou de marca d'água para autoria de documentos. Considerações de grande relevância; porém, os conhecimentos científicos produzidos acerca da digitalização focam apenas na questão documental, o que, através de nosso estudo, é, relativamente, uma pequena parte comparada aos demais objetos culturais que existem no ciberespaço.

Portanto, compreende-se que, para os desafios referentes à autenticidade, seleção, exposição e coleta de informações sobre documentos digitalizados, há uma vantagem, comparada a outros objetos digitais. Igualmente, no campo da arquivística digital, desde 2005, instituições arquivísticas, em parceria ou não com a UNESCO, apresentam documentos acerca da manutenção dos bens digitalizados. Nota-se que o desenvolvimento no campo da digitalização e arquivística decorre do incentivo, por parte das instituições patrimoniais, em produzir e ampliar acervos, pautando a preservação e manutenção desses bens.

Em contrapartida, identifica-se a ausência, por parte das instituições patrimoniais, de manuais, resoluções ou recomendações a respeito de documentos nascidos no ciberespaço. Documentos esses, a serem destacados, provenientes dos *softwares*, que só existem por meio do sistema computacional, e que, da mesma maneira, só podem ser transferidos, armazenados e expostos por toda uma estrutura computadorizada. Nesse âmbito, de análise, estudo e pesquisa dos objetos nascidos digitais, entende-se que o desafio do historiador em relação à autenticidade dos bens culturais digitais permanece, visto que há insuficiência de estudos específicos sobre. Portanto, é registrada a urgência, como apontado por Prado (2021), do historiador ampliar a interdisciplinaridade no campo da pesquisa, fazer pontes de conhecimento com outras áreas científicas, como da programação, design e comunicação.

No que tange a historiografia, é observado que com o significativo número de comunidades formadas no ciberespaço, novas formas de comunicação são identificadas. Para além dos textos contendo *hiperlinks*, destaca-se a presença da comunicação característica dessas comunidades, como também nos próprios aplicativos de relacionamento, expressões essas que são características do tempo presente. Assim, identifica-se, como característica da comunicação contemporânea, textos abreviados e/ou com imagens animadas, conhecidas

como *stickers*. Ao ofício de historiador, para compreender tais comunicações, salientamos que se façam estudos científicos a respeito das relações entre os usuários na rede, para além das tecnologias digitais que as produzem. Pontuamos que, o historiador, em seu ofício no tempo presente, precisa reconhecer a potencialidade das fontes presentes em diversas plataformas digitais. E, por essas plataformas digitais, como por exemplo *WhatsApp*, *X* (antigo *Twitter*), *Telegram*, *Twitch* e demais redes sociais, identificamos uma redefinição no que se refere a tempo e comunicação, devido sua dinâmica de edição e exclusão dos seus conteúdos.

Considerando que as tecnologias digitais contemporâneas se fazem presentes em nossa sociedade somente nas últimas duas décadas, a localizamos como a sociedade de informação, como afirma o historiador Juan Andres Bresciano. Ao caracterizar a sociedade contemporânea como acessível à grande circulação de informações via rede, defendemos o ofício de historiador com o compromisso de buscar os fatos. Tal apontamento pode parecer óbvio aos pesquisadores mais experientes; mas, em virtude do alcance e multiplicação de informações falsas - as *fake News* -, o historiador tem mais que um desafio, mas uma adversidade nos estudos e pesquisas. Portanto, destacamos a importância de os historiadores ocuparem as redes para a divulgação científica e compartilhar suas produções com o público.

Por mais que haja o reconhecimento em relação ao crescente número de acesso e produções culturais digitais, ressaltamos que o ciberespaço ainda é um espaço desigual. Em reconhecer esse desequilíbrio de acesso tanto à internet quanto às tecnologias digitais, o ciberespaço se torna um espaço de disputas quando determinados grupos, considerados as minorias, ocupam a rede como estratégia para ampliação de suas vozes. A ascensão de novas fontes por meio do net-ativismo, permite ao ciberespaço ser um ambiente rico para a pesquisa histórica, pois ao descentralizar os espaços políticos, promove os bens culturais que representam grupos, até então, marginalizados.

Entretanto, destacamos que, apesar da internet promover uma série de ações que possam ser eficientes à sociedade, sua estrutura é organizada por meio de algoritmos que coordenam os conteúdos que são acessíveis aos usuários. Boa parte de seu conteúdo é financiado por empresas privadas, que, ao ter controle

sobre os mecanismos de pesquisa, controlam quais conteúdos estão mais disponíveis que outros. Perceber essa articulação via algoritmos faz da pesquisa histórica um desafio maior ao ofício de historiador, pois além do volume significativo, isso não representará qualidade de conteúdo ou facilidade ao encontrar os objetos desejados. Sendo assim, contrariando a escassez de orientações científicas à pesquisa nos meios digitais, é de responsabilidade do historiador produzir métodos que possibilitem coletar informações com maior eficácia. Ao navegar por diversos sites, destacamos atenção redobrada para as análises de fontes nos meios digitais, pois ao fazer a pesquisa na rede, além de estar ciente das influências via algoritmos, nem todos os sites são seguros em relação ao fornecimento de conteúdo.

Foram apresentadas, até esse momento, significativas anotações acerca do ofício de historiador diante a patrimônio digital. A presente dissertação objetivou listar uma série de desafios, debatê-los e expor as potenciais considerações. Reconhecendo as próprias limitações, é importante destacar que nossa análise teve por foco apenas a *Web*, conhecida como a parte acessível a todos usuários e, com isso, sobre a *Deep Web* não foi pesquisada. Percebemos, assim, que mesmo por analisar somente a parte da *Web*, o ciberespaço como todo, incluindo a *Deep Web*, possui muitos desafios ao historiador. A diferença entre os modelos de *Web* pode ser compreendida através dos apontamentos de Barros:

Tudo o que não é visto livremente na Web, a princípio poderia ser referido como Deep Web, o que inclui as já mencionadas Intranets. Mas a designação terminou por deslizar, nos anos mais recentes, para designar os endereços que não são indexados pelos motores de busca, como aqueles utilizados pelo Google, Bing e similares. Há uma série de dados e conteúdos que só podem ser acessíveis, na Deep Web, pelos internautas que conhecem os endereços ocultados do grande público e que precisam de credenciais para serem acessados. (2023. p. 81).

Como resultado, almeja-se que esse trabalho seja de grande potencial às demais pesquisas científicas acerca do patrimônio digital. De maneira satisfatória, alguns questionamentos perdurarão, sem saber quando serão solucionados. Mas, é de conhecimento que pesquisas só avançam por meio das problematizações. No que tange ao patrimônio digital, a sua fabricação não foi finalizada no âmbito da UNESCO. Em contrapartida, para aqueles que vivenciam as comunidades

digitais, que produzem inúmeros bens culturais próprios do meio digital, sendo designers, gamers, digitais influencer, programadores e entre outros, esse patrimônio já está disponível e representa o contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. Internet, fontes digitais e pesquisa histórica. *In*: BARROS, José D'Assunção (org.). **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

ALMEIDA, Janiele Rabelo de. O que a história oral ensina à história pública. *In*: MAUAD, A na Maria, SANTHIAGO, Rodrigo e BORGES, Viviane Trindade. (orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 101-120

ARRAES, Marcos Alexandre. Guerra Fria: Uma arqueologia do conceito (e sua atualidade) a partir do ocidente. **História Social e Política** – v. 32, n. 50 Jun/2019. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/4619/2710>
Acesso em: 22 de jul. 2023.

BARROS, José D'Assunção. Revolução digital, sociedade digital e História. *In*: BARROS, José D'Assunção (org.). **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

BRESCIANO, Juan Andrés. La Historia local en tiempos de Internet. Nuevos cauces para una especialización disciplinaria. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 05 - 22, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306122014005>
Acesso em: 27 dez. 2023.

BRESCIANO, Juan Andrés. Los estudios históricos en la sociedad de la información. *In*: BRESCIANO JUAN Andrés; GIL, Tiago (Org.). **La historiografia ante el giro digital: Reflexiones teóricas y prácticas metodológicas**. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur. 2015.

BRIGSS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica, Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução: Heloisa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2000.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica, Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. Encontros Bibli: **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S.l.], v. 12, n. 23, dez. 2007. pp. 152-170. Disponível em: [Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade | Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação \(ufsc.br\)](#). Acesso em: 15 jan. 2024.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. A construção do patrimônio digital: dimensões da política cultural para preservação e acesso. **Seminário Serviços de Informação em Museus**, p. 37-46, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322696.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo. Estação Liberdade; Editora UNESP, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Bens Culturais e as Relações Internacionais: O patrimônio como espelho do soft power. In. CHRISTOFOLETTI, R. **Patrimônio como esteio das Relações Internacionais: Em questão de soft power**. Santos, SP. Universitária Leopoldianum. 2017, p. 13 – 40.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo.; BOTELHO, Maria Leonor. As relações internacionais ligadas à preservação do patrimônio mudarão em um mundo pós pandemia? **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 3–12, 2020. DOI: 10.34019/2594-8296.2020. v 26.32546. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/32546>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CHUVA, Marcia. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial**: historiando concepções práticas. In Alice Duarte (ed.), **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35. 2020.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, M. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN. 2012, p. 147-166. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf Acesso em: 3 jun. 2022.

COOMBE, Rosemary J. WEISS, Lindsay M. Neoliberalism, Heritage Regimes and Cultural Rights. **Global Heritage: a reader**. New York: Wiley/Blackwell, 2015. p. 43 -70.

DODEBEI, Vera et al. **Digitalização do patrimônio e organização do conhecimento**. VIII ENANCIB–Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador, 2007. Disponível em: [E O PATRIMÔNIO \(ufba.br\)](http://www.ufba.br/ENANCIB2007/Artigos/01_Digitalizacao_do_patrimonio_e_organizacao_do_conhecimento.pdf) Acesso em: 14 jan. 2024.

DODEBEI, Vera Lúcia. Patrimônio e memória digital. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S. l.], v. 5, n. 8, 2015. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4759>. Acesso em: 27 dez. 2023.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. PETITJEAN, Patrick. Paulo Carneiro: um cientista brasileiro na diplomacia da Unesco (1946-1950). In: MAIO, Marcos Chor org. **Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Unesco, 2004, p. 195-214. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fczqd/pdf/maio-9788575415092-09.pdf> Acesso em: 6 mar. 2023.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensão e reaproximação (1889-1954)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012

DUTRA, Flora. **A história do telefone celular como distinção social no Brasil. Da elite empresarial ao consumo da classe popular**. Revista Brasileira de História da Mídia – N. 02, jul./dez. 2016 – p. 102-116. Disponível em <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/download/4798/3087> Acesso em 5 jul. de 2022.

EDMONDSON, Ray. **Arquivística audiovisual: filosofia e princípios**. Brasília. UNESCO. 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259258>. Acesso em: 10 out. 2021.

Falcão, Thiago. "Mundos virtuais como híbridos entre jogos eletrônicos e comunidades virtuais." **Brazilian Symposium on Games and Digital Entertainment**. Rio Grande do Sul-São Leopoldo: SBGames. Vol. 2007. 2007. Disponível em: <https://www.sbgames.org/papers/sbgames07/gameandculture/full/gc5.pdf>
Acesso em: 14 jan. 2024.

FERNANDES, João Pedro Teixeira. Da utopia da sociedade em rede à realidade da sociedade de risco. **Análise Social**, 207, xlviii (2.º), pp. 260-286.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: CHAGAS, Mario e ABREU, Regina. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONTENELE, Sabrina. OKSMAN, Silvio. Questões contemporâneas do patrimônio cultural. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 7, p. 243-254, 2018. Disponível em: https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista_CPFn07.pdf#page=51 Acesso em 19 jan. 2024

FORTES, Alexandre; ALVIM, Leandro Guimarães Marques. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 207- 227, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e68270>
Acesso em: 18 jan. 2024.

FRANÇOISE, Choay. **A Alegoria do patrimônio**. 3. ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP. 2006.

HEINICH, Nathalie. A Fabricação do Patrimônio Cultural. Tradução: Diego Machado Finder e Fernando Cesar Sossai. **Em Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia. N. 32. 2018.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: O breve século XX 1914 - 1991**. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

JUBRAN, Bruno Mariotto. A política externa soviética e seus designios: O caso Comecon. In: **5º Encontro Nacional da Abri – Associação Brasileira de Relações Internacionais**. 2015. Anais eletrônicos, Belo Horizonte. p. 1-16. 2015. Disponível em: http://www.encontronacional2015.abri.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=15%20#php2go_top. Acesso em 1 mai. 2021.

LIMA, Elaine F. A UNESCO e os “interesses comuns da humanidade”: Identidade e tradição em um centro histórico patrimônio mundial. In. Anais I Seminário Nacional de Sociologia da UFS. 2016. Sergipe. 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12972/2/UnescoInteressesComunsHumanidade.pdf> Acesso em: 2 mar. 2023.

MARCOS, Maria Elena. **Patrimônio e Cultura Digital: Uma análise sobre o patrimônio digital no âmbito da UNESCO – O caso Demoscene**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville – Univille. Joinville. p. 146. 2022.

MESKELL, Lynn. **A Future in Ruins: UNESCO, World Heritage and the Dream of Peace**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MESKELL, Lynn; BRUMANN, Christoph. UNESCO and new world orders. In: MESKELL, Lynn (ed.). **Global Heritage: a reader**. New York: Wiley/Blackwell, 2015. p. 22 -42.

NDORO, Webber. WIJESURIYA, Gamini. Heritage Manegement and Conervation: From Colonization to Globalization. **Global Heritage: a reader**. New York: Wiley/Blackwell, 2015. p. 131 -147.

NOIRET, Serge. **História Pública Digital**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>. Acesso em 1 set. 2021.

PEIXOTO, Paulo. A Corrida ao Status de Patrimônio Mundial e o Mercado Urbano de Lazer e Turismo. **Veredas - Revista Científica de Turismo**, [s. l.], v. 1, n. 1, p.23-45, 2002.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944 – 2008)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal

Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2009.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Gestão conflitiva de memórias documentais pela UNESCO**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. V. 36. N.105. p. 1-17. abril, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KnwgRmyjGKxJKMm8ybM76Nx/?lang=pt> Acesso em: 26 nov. 2022.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII – XIX: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. 2ª ed. Barcelona: Ariel S. A. 2004.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima Ramires. Ciberespaço e patrimônio cultural digital. PatryTer, v. 2, n. 3, p. 26-36, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/44724/pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

RAMOS, Penha Élide Ghioto Tuão. MARTINS, Analice de Oliveira. Reflexões sobre a rede social Instagram: do aplicativo à textualidade. Texto Digital, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 117-133, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2018v14n2p117/38182> Acesso em: 24 de jan. 2024.

RODRIGUES, Luís Nuno. Da criação da UNESCO a adesão de Portugal (1946 – 1965). In. COLÓQUIO Portugal e a UNESCO – Encontros e Desencontros. 2005. Lisboa. **Relações Internacionais**, Lisboa. p. 167 – 181. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/da-criacao-da-unesco-a-adesao-de-portugal-1946-1965/13039> Acesso em: 04 mar. 2023.

SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, pp. 286-309, jan./mar., 2018.

SANTHIAGO, Rogério. TRINDADE, Viviane Borges. RODRIGUES, Rosa Rogério. **O devir público da História no tempo presente: Outras linguagens, outras narrativas**. Canoa Do Tempo, 12(01), 13–38. 2020.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. Revista Teias, v. 18, n. 48, p. 5-16. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25231> Acesso em: 26 de jul. 2023

SCIFONI, Simone. Patrimônio Mundial: do Ideal Humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 77-88, 2003. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123833. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123833>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

SILVA, Adriano Kramer da. Counter-Strike: Um jogo feito por pessoas e alavancado por sua comunidade. Monografia. Comunicação Social – Publicidade e Propaganda. Centro Universitário da Serra Gaúcha – FGS. Caxias do Sul. 2022.

SIQUEIRA, Henrique Silva. Jogos eletrônicos e comunidades: a influência da indústria de jogos eletrônicos na contemporaneidade. 2017. 26 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia)** – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14539> Acesso em: 14 jan. 2024.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Routledge, 2006.

SOSSAI, Fernando Cesar. Notas sobre o digital: historicidade e direcionamentos contemporâneos. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4553>. Acesso em: 01 março. 2023.

SOSSAI, F.C. **A construção de consenso nos bastidores da OCDE: notas sobre educação e tecnologia (1960-1992)**. Joinville, SC: Editora Univille, 2022.

STEINKE, Valéria Fernanda Serpa. **O Patrimônio e a Construção da Ideia de Patrimônio Mundial (UNESCO, 1960 – 1980)**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville – Univille. Joinville. p. 181. 2019.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Brasília: Iphan, 2012, p.25-39. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

VIDAL, Moroni de Almeida. FONTOURA, Arselle de Andrade. UNESCO: historicidade e emergência da noção de patrimônio mundial. In. **Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH – SC**. 2018. Joinville: Univille. 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1541619641_ARQUIVO_ArtigoANPUHSC-Modificado06-11.pdf Acesso em: 30 abr. 2023.

VIEIRA, Friederick Brum. O TRATADO DA ANTÁRTICA: PERSPECTIVAS TERRITORIALISTA E INTERNACIONALISTA. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 49-82, 2006. DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2006.81808. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81808>. Acesso em: 19 abr. 2023.

WINNER, Langdon. Artefatos têm política? **Analytica**-Revista de Filosofia, v. 21, n. 2, p. 195-218, 2017.

Fontes primárias

ONU – Organização das Nações Unidas. Carta das Nações Unidas. São Francisco, 1946. Disponível em: [Carta-ONU.pdf \(un.org\)](#) Acesso em: 7 jan. 2023.

UNESCO. **Carta de Atenas**. Atenas, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UNESCO. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UNESCO. **Recomendação de Paris**. Paris, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf> Acesso em: 10 mar. 2023.

UNESCO. **Carta de Veneza**. Veneza, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado**. Paris. 1954.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.** Paris. 2002.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial.** Paris. 2003.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Report by the Director-General on the Consultation Process and the Revised Draft Recommendation on the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace.** Paris. 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380299?posInSet=3&queryId=3b6f47d2-ba60-42fe-8c2f-1200efe1c080> Acesso em: 20 mai. 2023.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Recommendation Concerning the Promotion and use of Multilinguism and Universal Acces to Cyberspace.** Paris, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380299?posInSet=11&queryId=30129d86-150d-4991-bced-0cbf7162e55b> Acesso em: 25 nov. 2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital.** Paris. 2003.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. **Carta para a preservação da arquivística digital.** Brasil. 2005. Disponível em: [Charter for the Preservation of Digital Archivistic Heritage - UNESCO Digital Library](#) Acesso em: 21 nov. 2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris, 1972. Disponível: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por Acesso em: 10 mar. 2023.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **De ideias a ações – 70 anos de UNESCO.** São Paulo: Brasileira, 2015. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235065?posInSet=1&queryId=1224277b-df2a-4335-8a19-4e28b24964b6> Acesso em: 19 fev. 2023.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. **The Unesco/Persist Guidelines for the selection of digital heritage for longterm preservation.** Paris, 2016. Disponível em: [The UNESCO/PERSIST guidelines for the selection of digital heritage for long-term preservation - UNESCO Digital Library](#) Acesso em: 25 set. 2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial.** Paris, 2017.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial.** Paris, 2021. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/> Acesso em: 10 mar. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Levantamento de informações sobre o patrimônio digital em artigos

ESTADO DA ARTE				
ANO	TÍTULO	AUTOR	PRINCIPAIS CONCEITOS	MODELO/ORIGEM
2022	Patrimônio Digital em discussão na área de Ciência da Informação	Cezar Kipinski; Fernanda Barbizan Kressin; Keitty Rodrigues Vieira.	Patrimônio cultural; Patrimônio digital; Comunicação; Memória; Ciberespaço.	Artigo - SCIELO
2021	Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet.	Gilliard da Silva Prado	Internet; Historiador; História.	Revista Tempo & Argumento
2019	O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram.	Stphanie Sá Leitão Grimaldi; Maria Nilza Barboza Rosa;	Patrimônio digital; Memória;	Artigo - SCIELO

		José Mauro Matheus Loureiro; Bernardina Freire de Oliveira.	Cibercultura; Identidade.	
2014	Time Trails: patrimônio digital em presença no nosso dia a dia.	Gabriella Giannachi; William Barrett; Paul Farley; Andy Chapman; Thomas Cadbury Rick; Lawrence Helen; Burbage.	Patrimônio digital; Memória; Aplicativos; Musealização.	Artigo - REDALYC
2019	Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões	Julio Cesar de Lima Ramires Ramires	Patrimônio digital; Patrimonialização; Ciberespaço.	Artigo - REDALYC

2013	Preservação da informação arquivística digital: repercussões para o patrimônio cultural	Murilo Bilig Schafer; Daniel Flores.	Patrimônio; Documentos digitais; Arquivística.	Artigo - REDALYC
2015	Informação, memória e ciberespaço: considerações preliminares no campo da Ciência da Informação no Brasil.	Fabiana Aparecida Lazzarin; Carlos Xavier de Azevedo Netto; Marckson Roberto Ferreira de Souza.	Ciberespaço; Comunicação; Memória; Informação.	Artigo - REDALYC
2020	O patrimônio cultural nas cidades inteligentes	Juliana Martins de Castro; Renata Maria Abrantes Baracho.	Patrimônio; Tecnologias digitais; Preservação.	Artigo - REDALYC
2015	Patrimônio e memória digital.	Vera Dodebei	Memória;	Revista Morpheus - Unirio
2014	História e Internet: Conexões possíveis	Nucia Alexandra Silva de Oliveira	Internet; História;	

			Tecnologias digitais.	Google Acadêmico - Revista Tempor & Argumento
2005	Plan estratégico sobre la conservación y preservación del patrimonio digital en la Comunidad Autónoma de Euskadi	Alejandro Cuesta	Patrimônio Digital; Arquivística; Memória; Identidade.	I Conferência Internacional sobre políticas culturais, (izenpe.eus)
2005	La carta sobre la preservación del patrimonio digital: algunas reflexiones	Yarina Amoroso Fernández	Documento; Patrimônio Digital; Tecnologias.	Coloquio Internacional sobre el Patrimonio Documental en Papel y Digital
1997	O património digital.	Fernanda Maria Campos		Leituras: revista da Biblioteca Nacional

APÊNDICE B - Levantamento de informações sobre patrimônio digital em teses e dissertações

ESTADO DA ARTE							
ANO	AUTOR	TÍTULO	TESE/DISSERTAÇÃO	PPG	PRINCIPAIS CONCEITOS	ASPECTOS METODOLÓGICOS	SITE
2019	Marina Gowert dos Reis	Patrimônio Cultural Brasileiro na era digital: da digitalização de acervos à preservação participativa na internet.	TESE	Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL	Patrimônio; Patrimônio digital; Digitalização.	Pesquisa qualitativa.	BDTI
2021	Jeferson Mendonça dos Santos Silva	O Patrimônio Fotográfico na Era Digital: gestão de documentos fotográficos natos digitais no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz	DISSERTAÇÃO	Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz.	Patrimônio;	Pesquisa qualitativa.	BDTI

					Arquivo digital; Preservação.		
2020	Stephanie Sá Leitão Grimaldi	O conceito de Patrimônio Cultural Digital na Ciência da Informação e os quadros ultramodernos da memória social	TESE	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFPB		Pesquisa qualitativa.	
2020	Cristiane Castellani Chagas dos Santos	Cultura digital e patrimônio documental: Um panorama da transformação digital nos arquivos, museus e centros de documentação paulistas	DISSERTAÇÃO	Engenharia e Gestão da Inovação - UFABC	Patrimônio documental; Era digital;	Pesquisa qualitativa.	BDTI

					Digitalização; Museus; Acervos; Arquivos.		
2018	Hildete Santos Pita Costa	Terreiro Tumbenci: um patrimônio afro-brasileiro em museu digital	TESE	Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – UFBA	Patrimônio; Museu; Digitalização.	Pesquisa qualitativa.	BDTI
2022	Maria Elena Medeiros Marcos	Patrimônio e Cultura Digital: Uma análise sobre o patrimônio digital no âmbito da UNESCO – O caso DEMOSCENE	DISSERTAÇÃO	Patrimônio Cultural e Sociedade – Univille	Patrimônio; Patrimônio digital; Unesco; Cultura Digital.	Pesquisa qualitativa.	Univille

2021	Ana Lidia Marreiros Tavares Vieira	Redes sociais de compartilhamento audiovisual como espaço de constituição dos patrimônios digitais indígenas no Brasil	DISSERTAÇÃO	Ciências do Patrimônio Cultural – UFPA	Patrimônio; Memória; Identidade; Patrimônio digital; Etnomídia.	Pesquisa qualitativa.	CAPES
2017	Rubens Ramos Ferreira	A musealização do Patrimônio Digital no Museu da Pessoa.	DISSERTAÇÃO	Museologia e Patrimônio – UERJ	Patrimônio; Patrimônio Digital; Museologia; Arquivo.	Pesquisa qualitativa.	CAPES
2015	Marcela Werneck Pereira Jeronymo	Patrimônio Digital e Ciberativismo: A defesa da Aldeia Maracanã no Facebook.	DISSERTAÇÃO	Memória Social – UERJ	Patrimônio digital; Ciberativismo; Memória; Identidade.	Pesquisa qualitativa.	CAPES

APÊNDICE C - Levantamento de informações sobre as Cartas da UNESCO

ANO	MODELO	FONTE	TÍTULO	OBSERVAÇÕES
2003	Carta	Unesco	Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar o projeto. (pg. 1) - Servir como ponto de referência (pg. 1) - Fomentar a cooperação, conscientização e capacitação e propor padrões éticos, orientações legais e técnicas, suportar a preservação do patrimônio digital; (pg. 1) - Tecnologias digitais como espaço de grande criações e distribuições de informações. - Onde os recursos “nascem digitais”, não há outro formato além do objeto digital. (Qualquer objeto digitalizado poderia ser patrimônio?) - Sem definição do que é patrimônio digital. - Reconhece o desenvolvimento tecnológico como evolução, porém uma preocupação à preservação.

2005	Carta	UNESCO Conarq	Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital	<ul style="list-style-type: none"> - Informação nos sistemas informatizados é patrimônio arquivístico digital (pg. 1) - Preocupação com investimentos nas preservações, encontrando no digital uma ação mais econômica. - Arquivo digital deve registrar as ações humanas, com fidedignidade e autenticidade para fornecer evidências. - Novamente a preocupação com desenvolvimento tecnológico e a possível perda dos acervos. - Preservar é garantir a acessibilidade. - Alerta sobre a dependência dos arquivos digitais. (pg. 2)
2003	Recomendação	UNESCO	Recommendation Concerning the	<ul style="list-style-type: none"> - Alertas sobre políticas públicas, inclusivas e de direitos humanos acerca das novas tecnologias digitais.

			<p>Promotion and use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Notando a diversidade linguística na rede e o acesso às informações são debates contemporâneos. - Instituições públicas ou privadas devem usar a rede para promover uma unidade em prol da educação, ciência e comunicação. - Alerta de inclusão dos indígenas. - Estados membros no compromisso de garantir acessibilidade à internet, para educação, informação e aprendizado.
2016	Diretriz	UNESCO	<p>The UNESCO/PERSIST guidelines for the selection of digital heritage for long-term preservation</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alerta para a circulação de informações na rede. - Dificuldade de preservar muito conteúdo. - Digital information does not have the same longevity as physical objects, documents, and books, which often will survive for centuries. (pg. 3) - Problemas já relatados em outras cartas.

			<ul style="list-style-type: none">- Compromisso de cada Estado com organizações e lideranças responsáveis com o patrimônio digital. - Acervo digital não significa estar on-line. - The challenge of long-term preservation in the digital age requires a rethinking of how heritage institutions identify significance and assess value. (pg. 5) - Conceitos de coleta (pg. 7) - Seleção por meio institucional, estratégias e princípios. (pg. 9).
--	--	--	---

ANEXOS

ANEXO A - Lista de membros da UNESCO em 2023 por ordem alfabética

LISTA DE PAÍSES MEMBROS DA UNESCO EM 2023		
Organização	País	Membro a partir de:
1	Australia	04/11/1946 AUS
2	Brasil	04/11/1946 BRA
3	Canada	04/11/1946 CAN
4	China	04/11/1946 CHN
5	Dinamarca	04/11/1946 DNK
6	República Dominicana	04/11/1946 DOM
7	Egito	04/11/1946 EGY
8	França	04/11/1946 FRA
9	Grécia	04/11/1946 GRC
10	Índia	04/11/1946

		IND
11	Líbano	04/11/1946 LBN
12	México	04/11/1946 MEX
13	Nova Zelândia	04/11/1946 NZL
14	Noruega	04/11/1946 NOR
15	Arabia Saudita	04/11/1946 SAU
16	Türkiye	04/11/1946 TUR
17	Polônia	06/11/1946 POL
18	Bolívia	13/11/1946 BOL
19	Síria	16/11/1946 SYR
20	Haiti	18/11/1946 HTI
21	Peru	21/11/1946 PER
22	Filipinas	21/11/1946 PHL

23	Venezuela	25/11/1946 VEN
24	Bélgica	29/11/1946 BEL
25	Holanda	01/01/1947 NLD
26	Equador	22/01/1947 ECU
27	Libéria	06/03/1947 LBR
28	Cuba	29/08/1947 CUB
29	Luxemburgo	27/10/1947 LUX
30	Uruguai	08/11/1947 URY
31	Honduras	16/12/1947 HND
32	Colômbia	31/10/1947 COL
33	Itália	27/01/1948 ITA
34	El Salvador	28/04/1948 SLV
35	Afeganistão	04/05/1948

		AFG
36	Áustria	13/08/1948 AUT
37	Irã	06/09/1948 IRN
38	Hungria	14/09/1948 HUN
39	Argentina	15/09/1948 ARG
40	Iraque	21/10/1948 IRQ
41	Tailândia	01/01/1949 THA
42	Suíça	28/01/1949 CHE
43	Mianmar	27/06/1949 MMR
44	Mônaco	06/07/1949 MCO
45	Paquistão	14/09/1949 PAK
46	Sri Lanka	14/11/1949 LKA
47	Guatemala	02/01/1950 GTM

48	Panamá	10/01/1950 PAN
49	Suécia	23/01/1950 SWE
50	Costa Rica	19/05/1950 CRI
51	Indonésia	27/05/1950 IDN
52	Jordânia	14/06/1950 JOR
53	República da Coreia	14/06/1950 KOR
54	Japão	02/07/1951 JPN
55	Camboja	03/07/1951 KHM
56	Vietnã	06/07/1951 VNM
57	Laos	09/07/1951 LAO
58	Alemanha	11/07/1951 DEU
59	Nicarágua	22/02/1952 NIC
60	Espanha	30/01/1953

		ESP
61	Nepal	01/05/1953 NPL
62	Líbia	27/06/1953 LBY
63	Chile	07/07/1953 CHL
64	Rússia	21/04/1954 RUS
65	Belarus (Antiga Bielorrússia)	12/05/1954 BLR
66	Ucrânia	12/05/1954 UKR
67	Paraguai	20/06/1955 PRY
68	Etiópia	01/07/1955 ETH
69	Bulgária	17/05/1956 BGR
70	Romenia	27/07/1956 ROU
71	Finlândia	10/10/1956 FIN
72	Marrocos	07/11/1956 MAR

73	Tunísia	08/11/1956 TUN
74	Sudão	26/11/1956 SDN
75	Gana	11/04/1958 GHA
76	Malásia	16/06/1958 MYS
77	Albânia	16/10/1958 ALB
78	Guiné	02/02/1960 GIN
79	Benin	18/10/1960 BEN
80	Congo	24/10/1960 COG
81	Costa do Marfim	27/10/1960 CIV
82	Mali	07/11/1960 MLI
83	Madagascar	10/11/1960 MDG
84	Niger	10/11/1960 NER
85	Senegal	10/11/1960

		SEN
86	Camarões	11/11/1960 CMR
87	República Central Africana	11/11/1960 CAF
88	Burquina Faso	14/11/1960 BFA
89	Nigéria	14/11/1960 NGA
90	Somália	15/11/1960 SOM
91	Gabão	16/11/1960 GAB
92	Togo	17/11/1960 TGO
93	Kuwait	18/11/1960 KWT
94	República Democrática do Congo	25/11/1960 COD
95	Chad	19/12/1960 TCD
96	Chipre	06/02/1961 CYP
97	Irlanda	03/10/1961

		IRL
98	Mauritânia	10/01/1962 MRT
99	Tanzânia	06/03/1962 TZA
100	Serra Leoa	28/03/1962 SLE
101	Iêmen	02/04/1962 YEM
102	Argélia	15/10/1962 DZA
103	Mongólia	01/11/1962 MNG
104	Trinidad e Tobago	02/11/1962 TTO
105	Jamaica	07/11/1962 JAM
106	Ruanda	07/11/1962 RWA
107	Uganda	09/11/1962 UGA
108	Burundi	16/11/1962 BDI
109	Quênia	07/04/1964 KEN

110	Islândia	08/06/1964 ISL
111	Malawi	27/10/1964 MWI
112	Zâmbia	09/11/1964 ZMB
113	Malta	10/02/1965 MLT
114	Guiana	21/03/1967 GUY
115	Lesoto	29/09/1967 LSO
116	Barbados	24/10/1968 BRB
117	Maurício	25/10/1968 MUS
118	Bahrein	18/01/1972 BHR
119	Catar	27/01/1972 QAT
120	Omã	10/02/1972 OMN
121	Emirados Árabes	20/04/1972 ARE
122	Bangladesh	27/10/1972

		BGD
123	Gâmbia	01/08/1973 GMB
124	Portugal	11/09/1974 PRT
125	República Popular da Coréia	18/10/1974 PRK
126	Guiné-Bissau	01/11/1974 GNB
127	São Marino	12/11/1974 SMR
128	Granada	17/02/1975 GRD
129	Suriname	16/07/1976 SUR
130	Papua-Nova Guiné	04/10/1976 PNG
131	Moçambique	11/10/1976 MOZ
132	Seychelles	18/10/1976 SYC
133	Angola	11/03/1977 AGO
134	Comores	22/03/1977 COM

135	Essuatíni (Antiga Suazilândia)	25/01/1978 SWZ
136	Cabo Verde	15/02/1978 CPV
137	Namíbia	02/11/1978 NAM
138	Dominica	09/01/1979 DMA
139	Guiné Equatorial	29/11/1979 GNQ
140	Botswana	16/01/1980 BWA
141	São Tome e Príncipe	22/01/1980 STP
142	Santa Lucia	06/03/1980 LCA
143	Maldivas	18/07/1980 MDV
144	Zimbábue	22/09/1980 ZWE
145	Tonga	29/09/1980 TON
146	Samoa	03/04/1981 WSM
147	Bahamas	23/04/1981

		BHS
148	Butão	13/04/1982 BTN
149	Belize	10/05/1982 BLZ
150	Antigua e Barbuda	15/07/1982 ATG
151	São Vicente e Granadinas	14/01/1983 VCT
152	Fiji	14/07/1983 FJI
153	São Cristóvão e Névis	26/10/1983 KNA
154	Djibouti	31/08/1989 DJI
155	Quiribati	24/10/1989 KIR
156	Ilhas Cook	25/10/1989 COK
157	Lituânia	07/10/1991 LTU
158	Estônia	14/10/1991 EST
159	Letônia	14/10/1991 LVA

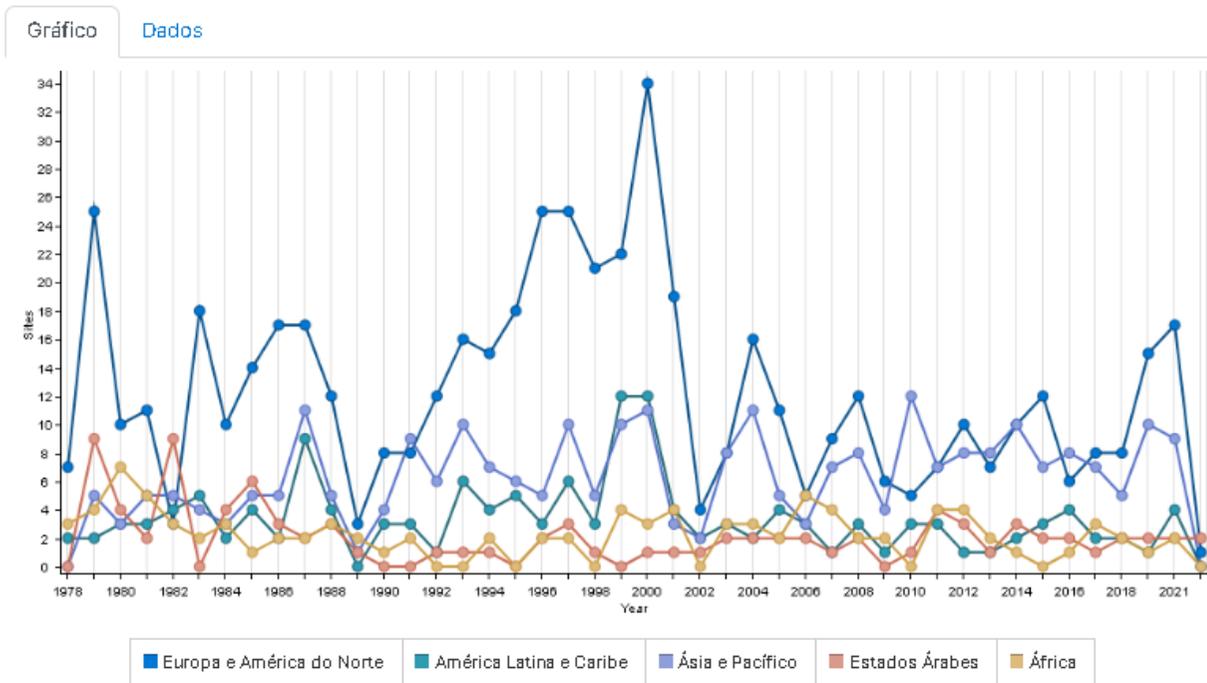
160	Tuvalu	21/10/1991 TUV
161	Cazaquistão	22/05/1992 KAZ
162	República da Moldávia	27/05/1992 MDA
163	Eslovênia	27/05/1992 SVN
164	Croácia	01/06/1992 HRV
165	Quirguistão	02/06/1992 KGZ
166	Azerbaijão	03/06/1992 AZE
167	Armênia	09/06/1992 ARM
168	Georgia	07/10/1992 GEO
169	Eslováquia	09/02/1993 SVK
170	Tchéquia (Antiga República Tcheca)	22/02/1993 CZE
171	Tadjiquistão	06/04/1993 TJK

172	Bósnia e Herzegovina	02/06/1993 BIH
173	Macedônia do Norte	28/06/1993 MKD
174	Turcomenistão	17/08/1993 TKM
175	Eritréia	02/09/1993 ERI
176	Ilhas de Salomão	07/09/1993 SLB
177	Andorra	20/10/1993 AND
178	Niue	26/10/1993 NIU
179	Uzbequistão	26/10/1993 UZB
180	Vanuatu	10/02/1994 VUT
181	África do Sul	12/12/1994 ZAF
182	Ilhas Marshall	30/06/1995 MHL
183	Nauru	17/10/1996 NRU
184	Reino Unido	01/07/1997

		GBR
185	Palau	20/09/1999 PLW
186	Micronésia	19/10/1999 FSM
187	Servia	20/12/2000 SRB
188	Timor-Leste	05/06/2003 TLS
189	Brunei Darussalam	17/03/2005 BRN
190	Montenegro	01/03/2007 MNE
191	Singapura	08/10/2007 SGP
192	Sudão do Sul	27/10/2011 SSD
193	Palestina	23/11/2011 PSE

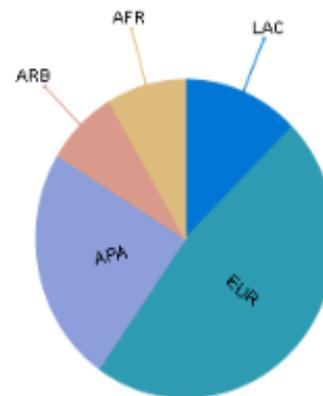
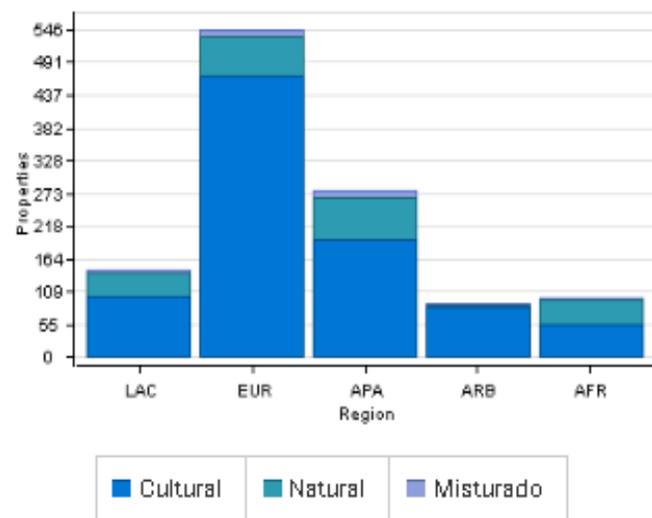
ANEXO B - Gráfico que apresenta os números do Patrimônio Mundial por região.

Número de propriedades do Patrimônio Mundial inscritas a cada ano por região



Fonte: World Heritage List Statistics. Disponível em: <[UNESCO World Heritage Centre - World Heritage List Statistics](https://whc.unesco.org/en/statistics/)> Acesso em: 1 mai. 2023.

ANEXO C - Gráficos que apresentam a proporção do Patrimônio Mundial por região



Fonte: World Heritage List Statistics. Disponível em: <[UNESCO World Heritage Centre - World Heritage List Statistics](https://whc.unesco.org/en/statistics/)> Acesso em: 1 mai. 2023.

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 26 / 04 / 2024.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (x) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Guilherme José Moraes

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai

Coorientador: _____

Data de Defesa: 27 de março de 2024

Título: Patrimônio Digital no Âmbito da Unesco: Desafios Contemporâneos ao Ofício de Historiador

Instituição de Defesa: Univille

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (x) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.

Documento assinado digitalmente
gov.br
GUILHERME JOSE MORAES
Data: 26/04/2024 16:21:35-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor

Joinville, 26 de abril de 2024

Local/Data

